

KARINE DE SOUZA SILVA

**O CUSTO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO
NA AMÉRICA LATINA**

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Odete Maria de Oliveira

Florianópolis

1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE MESTRADO

A dissertação O CUSTO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO NA AMÉRICA
LATINA


Elaborada por KARINE DE SOUZA SILVA

E aprovada por todos os membros da banca examinadora, foi julgada adequada
para a obtenção do título de MESTRE EM DIREITO

Florianópolis, 16 de novembro de 1998

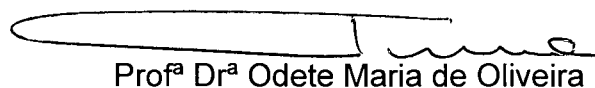
BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Odete Maria de Oliveira


Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmmer


Prof. Dr. Rogério Silva Portanova

Professora Orientadora


Profª Drª Odete Maria de Oliveira

Coordenador do Curso


Prof. Dr. Ubaldino Cesar Balthazar

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom supremo da vida e por me permitir concretizar esta importante etapa.

À minha família pelo estímulo e apoio incondicionais.

Ao meu namorado Carlos pelo amor, paciência e companheirismo.

À minha orientadora, Professora Odete Maria de Oliveira, mulher de grande valor, exemplo de dignidade, retidão e sabedoria, um registro de admiração, também, pela enorme capacidade acadêmica e profunda gratidão pela confiança, dedicação, estímulo e compreensão essenciais. Pessoa que me orgulha ter encontrado nesta existência.

À Cecília, Cinthya, Sandra e aos companheiros do Joana de Ângelis e do Sorriso de Criança pelas vibrações de espiritualidade, carinho e fé.

Aos amigos Adriane Canan, Jeferson Perin e Daniel Cerqueira, por me acolherem carinhosamente no momento de minha chegada a Santa Catarina.

Aos colegas do CPGD/UFSC, pela oportunidade de amadurecimento acadêmico.

Aos professores do CPGD/UFSC, especialmente Antônio Carlos Wolkmer, Rogério Portanova, pela gentileza de participaram da banca de Mestrado.

À Mel, Rose, Gilvana e Ivonete sempre amigas e solidárias.

A Joaquin Herrera, David Sanches, Franz Hinkelammert, Rodolfo Stavenhagen e demais professores do Mestrado em Direito da Universidade Internacional de Andaluzia –Espanha - pelos conhecimentos democraticamente socializados e pelo precioso material bibliográfico.

Aos colegas da Universidade Internacional de Andaluzia, com quem partilhei maravilhosos momentos de minha vida.

À CAPES, pela concessão da bolsa de Mestrado.

A todos os brasileiros, em especial aos nordestinos, que custearam os meus estudos, a quem, na verdade, se destina este aprimoramento.

Dedicatória

Aos meus pais, minha maior fonte de incentivos.

A vovô Moisés pelo imenso carinho.

Aos meus irmãos, Alex, Murilo e Brunno, com quem dividi os momentos lúdicos da vida.

Ao meu namorado Carlos Frederico por seu eterno amor.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VIII
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL: ASPECTOS GERAIS.....	06
1.1. Antecedentes históricos.....	07
1.2. Em busca de um conceito do fenômeno.....	23
1.3. As abrangentes mutações.....	32
1.4. Dimensões do processo.....	40
1.5. A Mobilização global.....	60
CAPÍTULO II - NEOLIBERALISMO: POLÍTICA DA SOCIEDADE GLOBAL.....	64
2.1. Gênese e evolução do modelo.....	65
2.2. A trajetória neoliberal na América Latina.....	75
2.3. O papel das elites.....	89
2.4. O Estado Neoliberal.....	95
2.5. O Direito e a questão social-laboral.....	101
CAPÍTULO III - GLOBALIZAÇÃO: O CUSTO SOCIAL.....	112
3.1. Metáfora (falácia) Desenvolvimentista.....	113
3.2. Triunfo do mercado e cultivo da desesperança.....	124
3.3. Exclusão social global.....	132
3.4. O Terceiro Mundo e a ordem globalizada.....	152
3.5. O caminho da resistência.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	166

RESUMO

O presente trabalho procura, em perspectiva interdisciplinar, focalizar os diversos aspectos do processo de Globalização Neoliberal Capitalista como o novo paradigma que se instala em todo planeta, afetando as relações sociais, econômicas, tecnológicas, políticas, de meio ambiente, qualidade de vida, entre outras. Esse fenômeno, ao mesmo tempo em que gera importante acumulação de riqueza, causa alarmante nível de pobreza, tanto no âmbito interno como externo, provocando, em consequência, um dramático quadro de exclusão social em quase todas as regiões do mundo e, principalmente, no continente latino-americano.

Para realização dessa tarefa, procede-se, inicialmente, à exposição do fenômeno da Globalização da Economia Mundial de maneira genérica. Partindo da perspectiva histórica, indaga-se sobre um possível conceito e delineiam-se características relevantes que configuram o processo global. Através de um corte epistemológico elucida-se a natureza sócio-cultural e econômico-político-jurídica da fase atual desse movimento mundial.

Na sequência, procura-se desvendar a trajetória e as caracterizar das políticas neoliberais, por serem consideradas aportes teórico-ideológicos fundamentais à operacionalização desse processo globalizante em marcha.

Por fim, a atenção tenta voltar-se à investigação do custo social que, de forma generalizada, a globalização apresenta aos países periféricos, concedendo especial atenção à América Latina. A identificação do problema resulta de uma abordagem em nível amplo e de vertente internacional, a partir de então, a observação concentra-se na região brasileira e

sua posição no sistema-mundo. Em nível interno, o estudo ocupa-se com a questão da exclusão social e crescente polarização ali existentes, como nas demais sociedades.

ABSTRACT

This project is meant to approach, in a multi-disciplinary perspective, the many aspects of the neo-liberal capitalist globalization process as the new paradigm that is being installed in the whole planet, affecting the social, economic, technological, politic, the environment's, life quality's and other relations. This fact, as it creates an important wealth accumulation, also causes an alarming level of poverty, in both the internal and external fields, with the consequence of a dramatic picture of social exclusion all over the world and, specially, in the latin-american continent.

In order for that to happen, firstly, we expose the globalization of the world's economy in a generic way. From a historical perspective, we show a possible concept and outline the relevant characteristics that shape the global process. With an epistemological approach we solve the social-cultural and economic-political-juridical nature of the current phase of it.

After that, we seek to uncover the path and distinguish it from the neo-liberal politics, for they are considered to be the backing theoretical-ideological necessary to operate this globalization process that is going on.

Finally, we focus on the investigation of the social cost that, in a generalized way, the globalization presents to the peripheral countries, giving special attention to Latin America. The problem's identification results from an approach in a wide level and from an international viewpoint, from then on, the observation focus in the brazilian area and its position in the world-system. In the inner field, this study engages with the social exclusion question and increasing polarization there existing, as in other societies.

INTRODUÇÃO

Neste fim de século, em meio a uma infinidade de crises teóricas e paradigmáticas, principalmente em virtude da falência do modelo socialista no leste europeu, entre outras variáveis, um novo *sensu comum* instala-se definitivamente. Passamos a viver em um mundo globalmente interligado, onde os fenômenos se tornam interdependentes.

Estamos convivendo num cenário complexo, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos da vida: relações sociais, econômicas, tecnológicas, políticas, meio ambiente e qualidade de vida. Submergimos nos tempos da *Globalização*. Este será, portanto, o universo de direção dos holofotes do presente estudo.

Em virtude disto, este trabalho tende a ser eminentemente interdisciplinar. Transita, principalmente em meio às Relações Internacionais, Direito, Sociologia Política, Economia e História. Serão elucidados os diversos aspectos do modelo implantado pelas elites econômicas mundiais, através das políticas neoliberais como principal suporte teórico-ideológico.

O presente tipo de globalização, imposto *pelo alto*, denominado *Globalização Neoliberal Capitalista* situa-se como um novo imperialismo mundial, que se espalha pelos quatro cantos do globo. Transmutado através da noção de progresso - imposto desde a modernidade – apresenta-se, mais uma vez, como imperativo à chegada do desenvolvimento a ser atingido pelos países considerados pobres.

Para isso, a cultura burguesa capitalista conferiu ao mercado a responsabilidade de ser o caminho único e hábil a resolver os problemas da humanidade, levando às populações a uma pretensa riqueza e, finalmente, ao desenvolvimento.

O presente estudo objetiva denunciar esse recente paradigma como mais um modelo de dominação econômico-político-cultural por parte dos países ricos, trazendo à tona a discussão acerca da verdadeira exclusão social imposta a muitos povos do planeta para que esse imperialismo se efetive. Esse processo, ao mesmo tempo em que gera importantes índices de riqueza, causa alarmantes níveis de pobreza, tanto no âmbito interno como externo. Em nível internacional, opera-se, cada vez mais, um afastamento dos países periféricos das importantes esferas de decisão. Já, no plano interno, produz-se crescente exclusão social e um verdadeiro rechaço à efetivação de importantes direitos adquiridos em outras épocas.

Deve-se salientar que esse estudo não pretende desmerecer outras abordagens que, embora desafiem o paradigma dogmático de tais políticas, procuram situar respostas nos limites do parâmetro vigente. Para concretizar nosso objetivo, faz-se necessário refutar, desde logo, a eficácia do discurso neoliberal, ideológico e doutrinador. O propósito, ainda, será indicar o momento atual como o mais fértil para a busca de novas soluções ao paradoxo global. Percorrer, na tentativa de encontrar pistas que levem ao caminho de um mundo possível, realizável, onde caibam todos.

Embora seja esse um processo de emergência mundial, prioriza-se sua caracterização na região latino-americana que, apesar de apresentar algumas diferenças, o fenômeno é comum a toda essa região. Contudo, é válido observar que será dada preferência ao Brasil. Trabalhar-se-á numa perspectiva geral, e preocupada com o

universal, mas assumida como posição de partida e marcha específica, em direção à América Latina.

Tendo em vista, portanto, essa necessidade premente de um marco teórico voltado à realidade, é que este tipo de abordagem se destaca na atualidade do tema. De fato, qualquer reflexão teórica acerca da sociedade, na América Latina, que não leve em conta a sua situação de opressão, miséria e dependência peca por distanciar-se demasiadamente do âmago da questão social nessa região periférica.

A partir da compreensão de tais questões, este trabalho estrutura-se em três capítulos: o primeiro, trata do fenômeno da Globalização da Economia Mundial, de maneira genérica. Optando-se por focalizar, inicialmente, a perspectiva histórica, situando o momento atual como a evolução de relações políticas, econômicas e culturais, originárias de um passado remoto, mais precisamente da antigüidade, buscando, nessa época, o embrião do instinto de dominação e ocidentalização do mundo: pressupostos vitais para a caracterização da sociedade global. Na sequência, partiu-se à difícil indagação conceitual, para então remontar às características mais relevantes que configuram o fenômeno global, delineadas através de um corte epistemológico à natureza sócio-cultural e econômico-política da fase atual deste movimento internacional. Com efeito, toma-se em consideração a possível utilidade analítica de um recorte do paradigma genérico da globalização, de modo a desvendar seus particulares efeitos sobre a categoria fundamental de Estado-nação, sob enfoque de cunho eminentemente jurídico.

O segundo capítulo procura elucidar a operacionalização do suscitado fenômeno global trazendo à baila a caracterização das políticas neoliberais e sua destacada importância para a efetivação desse movimento globalizante em marcha.

Essas políticas, impostas a diversos países, principalmente os periféricos, orientam-se pelos princípios do mercado livre, competitividade, lucratividade, *mão invisível*. Seus teóricos sustentam que a liberdade econômica é o alicerce da liberdade política. Supõem uma democracia que assegure as condições do livre jogo do mercado, processo que haveria de generalizar-se, beneficiando, através da milagrosa e providencial *mão invisível*, setores cada vez mais amplos das sociedades. Presumem que a economia internacional, ou seja, o capitalismo global, é auto-regulável, reequilibra-se naturalmente, e vence suas próprias crises, distribuindo benefícios que são extensivos a todos.

No entanto, são as instituições financeiras mundiais, tais como o FMI, OMC, Banco Mundial e bancos privados de caráter transnacional e, também, o grupo dos países mais ricos do globo que exercem a função reguladora desta fase da globalização neoliberal capitalista. São dos países centrais, de onde são exportados, no todo ou em boa parte, os efeitos nefastos das crises, haja vista que são os dominadores dos recursos financeiros, mecanismos de mercado mundializado e produção de mercadorias que se reverterem de maiores lucros.

Seguindo essa linha, optou-se, neste capítulo, por se inserir a caracterização de tais políticas, situando-as como um tentáculo do ideário global. Procurou-se partir da perspectiva histórica na tentativa de redesenhar os caminhos seguidos pelos teóricos neoliberais. O modo pelo qual foram implantadas tais políticas também será delineado seguindo dos caracteres fundantes que esculpem o modelo neoliberal. Segue-se percorrendo a trajetória neoliberal nos países da América Latina visualizando das tentativas autoritárias de aplicação do referido modelo e os conseqüentes os efeitos nefastos da globalização neoliberal capitalista para nossa região.

Por fim, no terceiro capítulo, a investigação concentrou-se junto à questão social, já que essa globalização implica, entre outras consequências, o acirramento dessas tensões e suas diversas formas de fragmentação. Neste momento, a atenção volta-se ao custo social que, de forma generalizada, a globalização apresenta aos países periféricos da América Latina. A identificação do problema resultará de uma abordagem em nível internacional, a partir da nossa região e sua posição no sistema-mundo, bem como em nível interno, sua manifesta exclusão social e crescente polarização ali existente, como nas demais sociedades.

Para instrumentalização desta dissertação, metodologicamente, preferiu-se partir da caracterização de âmbito geral da globalização e das políticas neoliberalizantes, apresentadas nos dois primeiros capítulos rumo à uma análise de um dos seus principais efeitos sociais que é a exclusão social, e que acontecerá no último momento.

Finalmente, cabe advertir que, por se tratar de um trabalho eminentemente interdisciplinar, este estudo não encontra-se alicerçado em um marco teórico principal. Assim, aborda variadas visões que transitam por alguns campos do conhecimento científico, essenciais para a realização dos objetivos aqui propostos.

CAPÍTULO I – GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL: ASPECTOS GERAIS

Este capítulo apresenta uma visão geral do fenômeno da Globalização da Economia mundial em seus diversos aspectos. Optou-se por trabalhar, inicialmente, a perspectiva histórica, situando-a no momento atual, mas como a evolução de relações políticas, econômicas, culturais e sociais originárias de um passado remoto, mais precisamente da antigüidade. Parte-se da fundação da sociedade civil, segundo as concepções do filósofo Jean-Jacques Rousseau, passando pelas categorias imperialistas do século passado até chegar a um novo tipo de imperialismo mundial, revestido pela expressão terminológica de *globalização*.

Ainda, dentro da vertente histórica, busca-se o embrião do instinto de dominação e ocidentalização do mundo: pressupostos vitais para a caracterização da sociedade global.

Na seqüência, procura-se focalizar uma possível conceituação e as características mais relevantes que configuram a sociedade global, delineando-se, através de um corte epistemológico, em sentido amplo, a natureza desse processo internacional em acelerado movimento. Com efeito, toma-se em consideração a possível utilidade analítica de um recorte do fenômeno genérico da globalização, de modo a salientar seus particulares efeitos sobre as categorias elementares do paradigma jurídico do Estado-Nação.

Tenta-se trabalhar com alguns pressupostos da modernidade, indo além, apontando para uma perspectiva crítica e emancipadora da realidade atual.

1.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Pode-se dizer que a *idéia* da globalização é antiga no pensamento humano. Perpassa toda a história da humanidade. Desde que o homem é considerado como tal, encontra-se presente o ímpeto de extrapolar os limites pessoais e territoriais. Nesse sentido, podemos encontrar resquícios embrionários de tal ânsia desde as grandes migrações que aconteceram na pré-história. Naquela época, homens e mulheres, nômades, impulsionados por questões físicas ou até desejosos de encontrar uma vida melhor, saem em busca de novos horizontes, em outros continentes.

Mas, é só com o surgimento da propriedade privada e conseqüentemente da sociedade civil, que a *voracidade* humana de dominar seu semelhante torna-se latente. A partir daí, cada um passa a defender o que é seu e começar a desejar o que é do outro. Rousseau, ao teorizar a respeito do tema, afirma que o *verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro homem que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: defendei-vos de ouvir*

*esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém.*¹

Neste momento, para Rousseau, houve a primeira revolução: a distinção entre famílias estabelecidas em propriedade. O nomadismo desaparece e surgem as primeiras noções de nação e costumes unitários, pois, *cada um começou a olhar os outros e a ser olhado, passando assim a estima pública ter o seu preço.*²

Desaparecendo a igualdade, aparece o trabalho como necessidade, bem como a opressão e a miséria. A ambição leva o homem, da liberdade e independência, à mediocridade e escravidão. Daí, estrutura-se a dominação e a servidão, a violência e os roubos; os ricos, em seu desejo de dominar e subjugar, aparecem como lobos famintos. Na transposição do estado natural para o estado social é que o estado de guerra se instaura. Os ricos, para garantirem suas usurpações e institucionalizar a desigualdade, propõem um pacto de associação e auxílio mútuo. A vantagem de uma instituição política não lhes representaria perigo. Instaura-se o pacto social como fundamento de legitimidade na estruturação do governo. A liberdade natural é destruída e a criação da sociedade e das leis deram novos entraves aos fracos e força aos ricos.

Muitos anos depois, Karl Marx preocupado com a natureza dura do capitalismo e com a miséria gerada por este modo de produção, faz uma radiografia do surgimento da propriedade privada, dizendo que *a propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital*

¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. p. 259.

² Idem, p. 263. Esse foi, para Rousseau, o passo principal para a desigualdade e o vício, pois deles surgem a vaidade, o desprezo, a vergonha e a inveja. Esse seria o estágio médio entre a indolência do estado primitivo e o social. Para o citado autor, aí situa-se a “juventude do mundo”.

*ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós.*³

São vários e antigos os episódios e tentativas imperialistas de povos e nações. Segundo João Luis Duboc Pinaud, *o historiador Tácito (120 a.C.) foi o primeiro a considerar a retórica do imperialismo supra-nacional para 'justificar' o domínio dos poderosos sobre os povos oprimidos, aqueles juizes e donos desses*⁴. Dos mais variados exemplos imperialistas dos tempos antigos, pode-se destacar, de antemão, tanto a civilização asteca mexicana e as gregas e romanas. E, se, ainda, concebermos a globalização como tentativa de ultrapassar domínios territoriais, no estabelecimento de novos canais de interligação humana temos no mundo grego antigo um significativo exemplo, no dizer de Pinaud, *a palavra cosmopolitismo foi cunhada na Grécia antiga, (século IV a.C.), para homenagear as transformações que Alexandre Magno impunha com as suas conquistas: fusão das culturas helênicas e orientais. Fato é que a palavra 'cosmopolita' (cidadão do mundo) significou a superação do 'Polites', homem da cidade-estado*⁵. Assim é que se formula a tese de 'Homem Mundial': projeto de um homem maior que o homem da cidade, aquele que, através de suas conquistas, extrapolava os limites do feudo, do país, ou seja, o verdadeiro *cosmopolita*.⁶

Outros autores, inclusive, situam o surgimento da idéia global no momento em que Marco Polo foi tentar descobrir e negociar com a Ásia.

³ MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. p.17

⁴ PINAUD, João Luís Duboc. Globalização, Estado e empresa pública. In: ARRUDA JR. Edmundo & RAMOS, Alexandre (Orgs.) *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. P. 293.

⁵ Idem, p. 291-2.

⁶ Dizem, inclusive, que o imperador ao final de suas últimas batalhas, chorou às margens de um rio pois acreditou que não havia mais terras a conquistar, que todo o mundo estava dentro de seu império. Ele ainda não tinha noção do mapa-múndi.

Como se vê, são várias as perspectivas pelas quais se pode vislumbrar o marco zero da globalização.

Do ponto de vista histórico, existem diversas teorias. Todas associam a *idéia* da globalização a épocas remotas da humanidade. No entanto, é quase consenso que a globalização, como fenômeno que permeia nossa época, situa-se em momento mais próximo, no século XVI, com o surgimento do modo de produção capitalista, época que simboliza o fim da idade média e o começo da idade moderna. Por isso, a expressão *globalização do capital*. E tem nas grandes navegações do referido século, o seu marco inicial, com as descobertas da América, em 1492, e da rota marítima para as Índias em 1498, nome que se dava então às terras banhadas pelo Oceano Índico, não apenas à Índia propriamente dita.

Nesse sentido, o economista britânico Adam Smith (1723-1790), autor clássico das teorias do liberalismo, em sua obra *A Riqueza das Nações*, na parte IV, ao discorrer sobre as vantagens que a Europa auferiu da descoberta da América e de uma passagem para as Índias Orientais através do cabo da Boa Esperança observou: *a descoberta da América e a de uma passagem para as Índias Orientais pelo cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes eventos da história da humanidade... não há sabedoria humana capaz de prever que benefícios ou infortúnios podem ainda futuramente advir à humanidade através desses grandes acontecimentos.*⁷

Vasco da Gama e Cristóvão Colombo jamais poderiam imaginar o que representou para o mundo a ousadia de suas empreitadas...Mas, essas descobertas foram

⁷ SMITH, Adam. *A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. P. 116.

impulsionadas pela invasão de Constantinopla pelos turcos, em 1453, pondo fim no comércio dos europeus com o oriente.

Justamente em virtude desse fato, os europeus, então, empenham-se em duas grandes viagens, objetivando comerciar com o Oriente a procura de produtos valiosos na Europa, como sedas e especiarias, cujos preços eram influenciados pelos intermediários tanto muçulmanos como cristãos-árabes, persas, turcos e italianos (principalmente venezianos). Interessante notar que, saqueavam sempre que julgassem necessário. Afinal de contas, comércio e pirataria andavam entrelaçados nessa época, chamada pelos marxistas de *acumulação primitiva do capital*⁸.

Contudo, era a procura pelas especiarias orientais o principal motor das viagens dos dois navegadores. Alguns historiadores relatam que, ao serem indagados sobre o que estavam fazendo ali em Calicute, a resposta dos portugueses tenha sido: *buscamos cristãos e especiarias*.⁹

Embora, os grandes navegadores *Vasco da Gama* e *Cristóvão Colombo* desconhecessem, foram eles os juizes da união de duas vidas que dificilmente se divorciarão. As histórias do modo de produção capitalista e da globalização foram, por eles, seladas e confundem-se ao longo dos tempos. Inclusive, o sociólogo Octávio Ianni, em seu livro, *A sociedade global*, discorre: *a rigor, a história do capitalismo pode ser vista como a*

⁸ BONALUME NETO, Ricardo. *O homem que expandiu o mundo*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 17.maio.1998. Pesquisa na internet. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/mais/fs17059808.htm>.

⁹ Infelizmente são escassos os documentos sobre a era das navegações (como exemplo, basta lembrar que a descoberta do Brasil, por Pedro Álvares Cabral, está descrita em basicamente sete documentos). In: CINCO SÉCULOS DE COLONIALISMO. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 maio. 1998. Pesquisa na internet. <http://www.uol.com.br/fsp/mais/fs17059808>.

*história da mundialização, da globalização do mundo. Um processo de larga duração, com ciclos de expansão e retração, ruptura e reorientação.*¹⁰

Na verdade, a história do capitalismo pode ser identificada com a história da mundialização, já que, desde sua origem, sempre foi um sistema econômico que funcionou em escala internacional¹¹.

A captura e venda de escravos africanos representou uma importante fonte de acumulação inicial de capital nos primeiros estágios do capitalismo. Outra importante meio foi, sem dúvida, a conquista forçada das Américas e África e a conseqüente acumulação de metais preciosos. A subjugação forçada de muitos povos coloniais originou diversos *santuários* privilegiados de lucros para muitas empresas européias criadas pelo governo ou por ele privilegiadas nessa fase do capitalismo.

No entanto, em fins do século XVIII e metade do século XIX, percebe-se um certo abrandamento da ânsia dos capitalistas em conquistar, subjugar, explorar e colonizar as regiões afastadas do Atlântico Norte. As atenções dos capitalistas, agora, se direcionaram no sentido da emergente industrialização. Mas, esse abrandamento foi temporário. Em finais do século XIX, empresas gigantescas e impérios financeiros internos,

¹⁰ IANNI, Octávio. *A sociedade global*. P. 55.

¹¹ Embora de maneira bastante rápida, necessário pincelar as características mais importantes das três fases de expansão do capitalismo. É necessário notar, preliminarmente, que todas as fases notamos um predomínio de uma determinada forma de cultura, de um modelo de acumulação, de uma fonte energética principal e de um tipo de transporte. Além de que, são alguns e determinados países que encabeçam o processo de dominação: 1ª) o capitalismo se organiza em moldes nacionais. Institui a produção de mercadorias, de valores de troca, compreendendo a dissociação entre trabalhador e a propriedade dos meios de produção. A sociedade civil compreendendo classes, movimentos sociais e partidos sintetiza-se no Estado. 2ª) o modo de produção capitalista transborda fronteiras. O comércio, a busca de matérias-primas, a expansão do mercado, o desenvolvimento de forças produtivas, a procura de novas formas de lucro, instituem colonialismos, imperialismos, sistemas econômicos, em geral centralizados em metrópoles. Sempre sistemas centralizados simbolizando países dominantes e coloniais, dependentes ou associados. 3ª) o capitalismo atinge escala global. Declinam os Estados-Nações, tanto dependentes como dominantes em benefício de centros decisórios dispersos em empresas movendo-se por países ou continentes, ao acaso dos negócios, movimentos do mercado, exigências da reprodução ampliada do capital. Idem, p. 36 e ss.

estruturavam-se em todos os grandes países capitalistas, concentrando em suas mãos o poder industrial, financeiro e comercial. Enquanto isso, os principais países capitalistas industrializados submetiam brutalmente áreas em todo o globo, no intuito de alcançar lucros efetivos ou potenciais para enriquecer grandes empresas. Ou seja, ocorre, nesse momento o que observa E. K. Hunt *uma orgia mundial de imperialismo capitalista*¹².

Durante esse frenesi imperialista de finais do século XIX, *ao todo, um quarto da população mundial estava subjugada e sob o domínio dos governos capitalistas da Europa e Estados Unidos*¹³, países que promoveram uma série de sangrentas invasões e subjugação militar na África, Índia, e América Latina.

Duas razões principais, ainda segundo E. K. Hunt, incitavam essas práticas dominadoras pelos os governos capitalistas. Primeiro, quase todas as comunidades viviam em sociedades não capitalistas, o que representava obstáculos à exploração comercial e à ânsia de lucros dessas empresas. Então, as instituições e elos da vida tradicional destas culturas foram brutalmente arruinadas (assim como o foi na fase de acumulação primitiva na Europa) para que se estabelecessem relações comerciais e um processo de dependência universal do mercado, pontos necessários para a exploração comercial. Segundo, destruídos os elos tradicionais e configurada uma dependência comercial do mercado naquelas regiões, *poderia haver termos de troca muito mais favoráveis aos países capitalistas industrializados, se estes países efetivamente dominassem os países subdesenvolvidos*¹⁴. E foi isso o que aconteceu durante toda a história da colonização.

¹² HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. P. 376.

¹³ Idem, p. 377.

¹⁴ Idem, ibidem.

O historiador Héctor H. Bruit denomina esse processo de *imperialismo comercial*, haja vista que, *foi o comércio de matérias-primas, alimentos e bens manufaturados que estimulou os países industrializados a penetrar, controlar e dominar vastas regiões do mundo.*¹⁵

No entanto, o imperialismo tinha outras máscaras e razões mais sutis e menos transparentes. A conquista militar e política de milhões de seres humanos de outras raças e culturas era induzida pela exportação de capitais que não rendiam juros suficientes na Europa. Esta forma de penetração é conhecida como imperialismo financeiro, comandada por poderosos monopólios de banqueiros, investidores e industriais. Assim é que os países industrialmente desenvolvidos trataram de colocar, desde logo, uma considerável fatia de seu capital em países estrangeiros ou colônias para receberem rendas cada vez mais altas por seus investimentos. Desta forma, os grandes grupos financeiros espalham suas ramificações em todo o mundo e suas atividades imperialistas vão comportando mais mecanismos de impor sua vontade às decisões políticas de outros países. Começa aí, então, a divisão do mundo pelos trustes internacionais e termina a repartição da terra entre as nações capitalistas mais ricas.

Nesse sentido, Octávio Ianni, em Teorias da Globalização, diz:

a história moderna e contemporânea pode ser vista como uma história de sistemas coloniais, sistemas imperialistas, geoeconomias e geopolíticas. Cenário da formação e expansão dos mercados, da industrialização, da urbanização e da ocidentalização envolvendo nações e nacionalidades, culturas e civilizações. Algumas das

¹⁵ BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. P. 5.

*nações mais poderosas, em cada época, articulam colônias, protetorados ou territórios em conformidade com suas estratégias, geoeconomias e geopolíticas. As guerras e revoluções povoam largamente essa história, revelando articulações e tensões que emergem e desdobram o jogo das forças sociais 'internas' e 'externas' nas metrópoles, nas colônias, nos protetorados, nos territórios, nos entrepostos, nos enclaves e nas nações dependentes*¹⁶.

Além das razões de ordem econômica, outras de natureza político-estratégica, diplomática e nacionalista, intervêm na expansão imperialista. A idéia de que um país deveria se transformar em potência mundial fazia parte tanto da natureza do capitalismo, dentro do sistema-mundo, como também do imaginário de governantes e da intelectualidade, pois esse *status* significava que o país possuía prestígio internacional e que exercia uma considerável parcela de influência no cenário mundial.

Assim é que a concorrência política começa a induzir à aliança alguns países europeus objetivando evitar um isolamento. *A primeira aliança internacional foi a austro-alemã de 1879, que se transformou em tríplice aliança em 1882, com o ingresso da Itália.*¹⁷ Aos poucos formam-se, então, os blocos beligerantes da Primeira Guerra Mundial.

Este jogo político significou que qualquer mudança de posição, de poder, dentro e fora da Europa, prejudicaria o vizinho. Nesse sentido, a formação de um império colonial por parte de um país foi vista como instrumento de força e prestígio que podia romper o equilíbrio entre as potências.

¹⁶ IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. P. 25.

¹⁷ BRUIT, Héctor H. Op. cit., p. 8.

*Um exemplo claro disto, foi a disputa do Egito entre a Grã-Bretanha e a França*¹⁸.

Assim, possuir colônias se transformou em necessidade vital. Isso implicava tanto a possibilidade de controlar matérias estratégicas como petróleo, cobre, ferro, como ter bases navais em todos os continentes, o que, além de ser uma forma de proteger os coloniais dos governos locais, era, também, um meio de protegê-los de possíveis ataques de potências rivais.

Além disso, como afirma o citado historiador, foi clara a visão de que a *colonização era uma missão civilizadora de uma raça superior, a branca*¹⁹.

Seguindo ainda, o ensinamento de Héctor H. Bruit,

esta convicção baseava-se na superioridade que o europeu e o americano viam em suas instituições políticas, na organização da sociedade, no desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo, esta imagem era estimulada por doutrinas marcadamente racistas como a elaborada pelo filósofo inglês H. Spencer, conhecida por 'darwinismo social'. Segundo essa filosofia, a Teoria da Evolução de Darwin podia ser aplicada perfeitamente à evolução da sociedade. Assim como existia uma seleção natural entre as espécies, ela também existia na sociedade. A luta pela sobrevivência entre os animais correspondia à concorrência capitalista; a seleção natural não era nada além da livre troca dos produtos entre os homens; a sobrevivência do mais capaz, do mais forte era

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Idem, p. 9.

*demonstrada pela forma criativa dos gigantes da indústria que engolia os competidores mais fracos, em seu caminho para o enriquecimento*²⁰.

Por isso, o Estado não deveria intervir, para não interromper o processo natural, pelo qual a natureza premiava o mais forte e punia, ao fracasso, o mais fraco. Em outras palavras, devido à dura concorrência internacional e, principalmente, em nome do progresso, não só seria lícito, como também natural conquistar e destruir sociedades consideradas *selvagens e inferiores*.

Mas, além de estabelecer a superioridade do homem branco em relação aos demais, os darwinistas dão a essa raça o direito de apoderar-se de tudo o que o índio, o negro e o amarelo *não* sabiam bem utilizar. Para isso, portanto, todos os fins justificavam os meios.

A partir do darwinismo, surgiram outros teóricos e suas doutrinas que, contando, inclusive com o apoio da igreja católica, justificavam o expansionismo do século XIX, como positivas iniciativas de conquistar terras e, finalmente, para construir impérios econômicos e políticos mundiais.

O imperialismo usou e abusou da violência mais cruel para dominar e subjugar, fato que custou a vida e o sangue de milhares de latinos, asiáticos e africanos. Pôs fim em várias sociedades milenares, rompendo com sistemas tradicionais de vida e culturas, expropriando terras, impondo sistemas forçados de trabalho e escravidão, submetendo-os a constantes humilhações e injustiças sociais. Por cima de cadáveres, foram construídas

²⁰ Idem, ibidem.

sociedades de angústias e sofrimentos generalizados, as quais nos foram deixadas como herança. Vários autores explicam as causas e conseqüências brutais das políticas expansionistas, dentre eles, podemos destacar Lenin, Rosa Luxemburgo, Eduardo Galeano, Enrique Dussel.

Todos esses fatos nos levam a afirmar que, embora conjugasse em sua espinha dorsal elementos econômicos, políticos e racistas, o imperialismo tinha por trás de si, a expansão e a dominação, em nível internacional, das relações de capitalistas de produção.

Inclusive Octavio Ianni, nesse sentido, afirma que *a gloriosa trajetória do capitalismo, europeização ou ocidentalização do mundo, pode ser vista, também, como uma espécie de holocausto*²¹ e cita, posteriormente, Eugene Linden, quando, preocupado com essas questões reafirma que *até muito recentemente, poucos no mundo desenvolvido preocupavam-se com este holocausto cultural*²².

Do mesmo modo, e de maneira crescente, no mundo globalizado, internacionalizado, as identidades culturais vinculadas ao *mundo pré-moderno* tendem a desaparecer porque são obstáculos ao desenvolvimento, à modernização, à construção da *cidade-global*. Lança-se a idéia de sociedade mundial o que implica a desaparecimento de minorias étnicas e diversidades entre os povos. Assim é que o idioma inglês se torna a língua mundial, os chineses comem no McDonald's e o dólar se constitui na moeda global.

Mas alguns brasileiros, na América Latina, no Caribe e na África, não são tão alienados para não compreender que

²¹ IANNI, Octávio. Op. cit., p. 62.

²² LINDEN, Eugene. apud IANNI, Octávio. Op. cit., p. 63.

*nenhum trabalhador vai morar nessa cidade global. E sabe, nunca serão do povo – por incompatibilidade estrutural existente entre Senhores e Escravos – as riquezas que ela irá gerar. Estamos sim, diante de um outro descobrimento da América, invadindo, espoliando, estiolando nossas culturas, dissolvendo nossa identidade e bloqueando todas as nossas possibilidades.*²³

É lógico que, das entranhas da miséria e do terror colonialistas emergiram movimentos e personalidades revolucionárias, como Fidel Castro, entre outros tantos, comprometidos com a efetivação da democracia e a construção de um mundo mais justo. A luta continua, pois diversamente do que pensam alguns intelectuais, entende-se aqui que o imperialismo não chegou ao fim²⁴, ao contrário, a sociedade globalizada maquia-se de elementos comprovadamente imperialistas, o que a torna tão cruel quanto em épocas passadas.

Por isso é que, alguns autores - como Tarso Genro - associam a globalização a um *novo colonialismo*. Outros, definem como *a nova versão do imperialismo*, como é o caso de João Luis Duboc Pinaud ao considerar que *a globalização, com as privatizações que sua agenda necessita, é uma nova “Pax Romana”, conquistando e saqueando a título de internacionalizar e equilibrar. E sua new face de dominação mediante ordem*

²³ PINAUD, João Luis Duboc. Op. cit., p. 292.

²⁴ Conforme o historiador Héctor Bruit, embora o “imperialismo clássico” tenha uma cronologia definida, - cerca de sessenta anos que se estendem entre fins do século passado e início do atual - não significa dizer que o imperialismo acabou. Muito pelo contrário, ele persiste, vive e se alimenta com uma força demolidora. Entretanto a história do mundo é outra, as forças em ação são diferentes, o sentido da política internacional tem outras características. O que leva a concluir que o imperialismo atual merece abordagem diferente, centrada na ação das multinacionais, na estruturação de um sistema mundial, onde os antigos imperialistas europeus não são mais apêndices do imperialismo norte-americano. Alguns autores chamam tudo isso de “ultra-imperialismo”. In: BRUIT, Héctor. Op. cit., p. 02.

*econômica internacional não esconde que é necessário sofrer o governo dos mais fortes e deixar ao seu arbítrio dar ou tomar o que quiserem, sem outros juizes que eles mesmos.*²⁵

A verdade é que, depois de Vasco da Gama, muitos outros líderes ou imperadores foram tomados pelo ímpeto de estender suas conquistas e, conseqüentemente, dominar o mundo. Átila, Napoleão, Hitler podem ser citados como clássicos exemplos, ou ainda, os impérios britânico e o romano. Posteriormente, a disputa começa a se delinear entre sistemas políticos, como os encabeçados pelos Estados Unidos ou pela antiga União Soviética. Nesse sentido, Giovanni Arrighi afirma que,

*hoje a noção de um governo mundial parece menos fantasiosa do que há anos atrás. O grupo dos sete vem se reunindo regularmente e se parece cada vez mais com um comitê administrador dos assuntos comuns da burguesia mundial. Nos anos 80, o FMI e o Banco Mundial agiram cada vez mais como um Ministério Mundial das Finanças. E, finalmente, os anos 90 começaram com uma reformulação do Conselho de Segurança da ONU, como um ministério mundial da polícia. De maneira totalmente não planejada, começa a surgir uma estrutura de governo mundial, pouco a pouco, sob pressão dos eventos e por iniciativa das grandes potências políticas e econômicas.*²⁶

²⁵ PINAUD, João Luis Duboc. Op. cit., p. 293.

²⁶ ARRIGHI, Giovanni. A desigualdade mundial na distribuição da renda e o futuro do socialismo. In: SADER, Emir. *O mundo depois da queda*. P. 118.

Pois isso, além de concordar com João Duboc Pinaud, considera-se de grande lucidez a opinião do professor Sanjay Subrahmanyam quando afirma que *todos são imperialistas, começando com Gama e acabando com o Banco Mundial*.²⁷

Mas, não se deve deixar de registrar a crucial importância da década de 80 na intensificação dos processos globalizantes. Foi, nesse momento, que começaram a surgir as perplexidades que ainda ocuparão o centro de nossas atenções, durante muitos dos anos vindouros.

Apesar de ser considerada como uma década inexistente na história da humanidade, é lá onde encontraremos o embrião de todas as grandes transformações que perpassam esse fim de século. Realmente, no tocante às questões sociais, deveremos apagá-la de nossas mentes. Entre outros acontecimentos, interessa recordar que foi nessa década que intensificaram-se as relações comerciais entre países de praticamente todo o mundo; momento em que surgem as contradições nos países de socialismo real; e quando os países começaram a se organizar em grandes blocos, revelando por consequência, os primeiros indícios de dismantelo do Estado-nação.

Boaventura de Sousa Santos assevera que,

No seu decurso aprofundou-se a crise do Estado – Providência nos países centrais e a partir dela agravaram-se as desigualdades sociais e a exclusão social de tal forma que esses países assumiram características típicas de países de países periféricos. Nos países periféricos, então, o agravamento das condições sociais, já de si tão

²⁷ Segundo Sanjay Subrahmanyam em entrevista concedida a Jean Marcel Carvalho França. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Vasco da gama: um mito português. Folha de S. Paulo. São Paulo, 17 maio. 1998.

*precárias, foi brutal. Na África morreram de fome mais pessoas que em todas as décadas anteriores do século. Se as assimetrias sociais aumentaram no interior de cada país, elas aumentaram ainda mais entre o conjunto de países do Norte e o conjunto de países do Sul. Essa situação que alguns toleraram ou festejaram como a dor necessária do parto de uma ordem econômica finalmente natural e verdadeira, isto é, neoliberal, foi denunciada por outros como uma desordem selvática a necessitar ser substituída por uma nova ordem econômica internacional.*²⁸

Voltando à linha de raciocínio inicial, resume-se considerando que as raízes embrionárias do fenômeno da globalização perdem-se nas entranhas do tempo.

Existe uma *economia-mundo* desde o século XVI. No entanto, *é inegável que os processos de globalização se intensificaram enormemente nas últimas décadas.*²⁹ E continuam se intensificando, haja vista que *não é um fato acabado, mas um processo em marcha*³⁰. Podemos notar, cada vez mais, sua presença na realidade e no imaginário coletivo, influenciando as tomadas de decisões e redesenhando o novo mapa global. Além disso, configura o rumo de uma nova ordem mundial, ocasionando a superação do complexo paradigma das Relações Internacionais pelo novo modelo de Relações Transnacionais, mais voltado às interações e organizações multinacionais, como evidenciado pelo sociólogo francês, da escola do Realismo Político, Raimond Aron.³¹

Endereço eletrônico: www.uol.com.br/fsp/mais/fs17059812.htm

²⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. P. 18.

²⁹ Idem, p. 289.

³⁰ IANNI, Octávio. *A sociedade global*. P. 24.

³¹ Conforme ARON, Raimond. *Paz e guerra entre as nações*.

1.2. EM BUSCA DE UM CONCEITO DO FENÔMENO GLOBAL

São muitas as teorias empenhadas em esclarecer os significados do fenômeno global. As várias tentativas pretendem trazer à luz não só as condições em que se forma a Sociedade Global, mas também os desafios que se criam para as sociedades nacionais, ambas povoadas por signos, símbolos e metáforas.

Como bem ressalta o sociólogo Octávio Ianni, novas metáforas passam a frequentar a bibliografia sobre o tema: “aldeia global”, “economia-mundo”, “sistema-mundo”, “*shopping center* global”, “Disneylândia global”, “nova visão internacional do trabalho”, “moeda global”, “cidade global”, “capitalismo global”, “mundo sem fronteiras”³² e outras tantas, que revelam uma realidade emergente ainda não decifrada pelo universo das Ciências Sociais.

Além dessas, o sociólogo brasileiro destaca outras que tentam descrever as transformações deste fim de século, como “Primeira Revolução Mundial”, (Alexander King); “Terceira Onda” (Alvin Tofler); “sociedade informática” (Adam Schaff); Sociedade Amébrica (Kenichi Ohmae).³³

Se as metáforas transitam pela bibliografia que versa a respeito do tema, é a cacofonia de símbolos, facilmente reconhecíveis, que invadem o dia-a-dia contemporâneo,

³² Conforme IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. P. 17.

³³ Idem, *ibidem*.

em qualquer lugar do mundo: da Coca-Cola à Toyota, da Nike ao McDonald's. Estes são, seguramente, alguns dos sinais da globalização.

Como fenômeno teórico, já foram produzidas centenas de livros, *papers*, ensaios e muita incompreensão. Mas, como fato real, o modo de vida e de pensar global chegou às portas de cada um, a todos, influenciando. Para uns, de forma melhor e outros para pior...

As principais notícias em nível mundial, que levavam dias para cruzar os oceanos, agora chegam em poucos segundos. Várias emissoras de televisão seguiram o mesmo caminho aberto pela CNN (Cable News Network). A rede global de TV, foi a precursora da informação em escala planetária. A Internet - rede mundial de computadores - além interligar os usuários, abriu espaço à criação de sistemas semelhantes que permitem a cada bolsa de valores saber, no exato momento o que está ocorrendo nas outras bolsas, por remotas que sejam.³⁴

E assim, a globalização vai atingindo diretamente mesmo aqueles que se globalizaram, mas que ainda não têm consciência do fenômeno. Podemos acrescentar o exemplo dos atletas brasileiros³⁵ que protagonizam anúncios criados por agências norte-americanas, para vender, no Brasil e nos quatro recantos do mundo, os produtos de multinacionais também norte-americanas, mas fabricados em países asiáticos, como Vietnã ou Indonésia.

³⁴ ROSSI, Clóvis. Globalização diminui as distâncias e lança o mundo na era da incerteza. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02. Nov. 1997. Endereço eletrônico. <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021101htm>. O autor ainda assinala que, com a ajuda da rede mundial de computadores, a queda da bolsa da Rússia, há dias atrás, levou 13 segundos para cair como um raio sobre São Paulo e Tóquio, Nova York e Tel Aviv, Buenos Aires e Frankfurt.

³⁵ Esse fato foi claramente evidenciado durante a última Copa do Mundo de futebol realizada na França durante os meses de junho e julho deste ano.

São esse fatos que levam a imprensa a falar em *palavra da moda*.

Enquanto o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, da Universidade de São Paulo, acrescenta que *a globalização não é apenas palavra da moda, mas a síntese das transformações radicais pelas quais vem passando a economia mundial desde o início dos anos 80*³⁶, pesquisa realizada pelo Datafolha, e divulgada pelo Jornal Folha de S. Paulo, mostra que 57% dos brasileiros jamais ouviram falar na *palavra da moda*. Segundo demonstra o periódico, mesmo entre os entrevistados de nível escolar superior, 14% ignoram o termo³⁷.

Mesmo assim, *a globalização afeta igualmente os 57% que não sabem do que se trata. Desde 1960, os pobres, para os quais globalização não é 'palavra da moda', ficaram mais longe, muito mais longe, dos ricos: os 20% mais ricos do planeta tinham, em 1994, uma renda 78 vezes superior a dos 20% mais pobres, em 1960, a diferença já era grande, mas infinitamente menor (30 vezes).*³⁸

Quanto às teorias que pretendem iluminar o universo conceitual da Globalização, pode-se dizer, sem sombras de dúvidas, que muitas dizem respeito às distintas possibilidades de prosseguimento de conquistas e dilemas da modernidade. Contemplam as controvérsias entre modernidade e pós-modernidade, revelando como é, principalmente a partir dos horizontes da modernidade, que se pode imaginar as possibilidades e os impasses da pós-modernidade no novo mapa do mundo.

Já que o termo *globalização* vem sendo utilizado por um amplo leque de personalidades públicas e indivíduos, traduzindo uma variedade de significados, torna-se

³⁶ Apud ROSSI, Clóvis. Op. cit.

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ Idem, ibidem.

imperativo que sejam dissipadas as ambigüidades conceituais que possam apresentar visando evitar determinadas armadilhas, pois, as palavras têm história e podem ser usadas com diferenciadas conotações. As perspectivas selecionadas enfatizam os dados, caminhos, possibilidades, e as conclusões encontradas.³⁹

Milton Santos, a esse respeito, diz que *a globalização deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço.*⁴⁰

Entretanto, em sentido estrito, esclarece-se, que a complexidade que circunda os estudiosos quando tentam apresentar um conceito do fenômeno global, pelo fato de constituir-se, um processo inconcluso, em acelerada marcha, e face às divergências existentes em vários aspectos que o envolvem, as quais vão desde suas inúmeras possibilidades, seu alcance, condições, perspectivas e desafios.

O economista Eduardo Gianetti da Fonseca, didaticamente traz sua asserção, colocando que *o fenômeno da Globalização resulta da conjunção de três forças poderosas: 1) a terceira revolução tecnológica (tecnologias ligadas à busca, processamento, difusão e transmissão de informações; inteligência artificial; engenharia genética); 2) a formação de áreas de livre comércio e blocos econômicos integrados (como o Mercosul, a União*

³⁹ James Petras, assinala a importância de se desmistificar a linguagem da análise social fundamentando a necessidade de desconstrução desse processo, que “(...) parte da hegemonia recentemente conquistada do capital é encontrada no uso de linguagem e termos analíticos que obscurecem as relações reais e os processos de exploração social e reconcentração de poder social. Termos como “ajustamento estrutural”, “flexibilidade de trabalho”, “reformas econômicas”, “globalização”, “estabilização”, têm significados e usos específicos de classes, embora eles sejam apresentados como conceitos técnicos neutros. Seu conteúdo social e referentes empíricos escondem sua aparência cognitiva”. In: PETRAS, Jaime. *Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas*. Texto apresentado em seminário promovido pela Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. 1996.

⁴⁰ SANTOS, Milton et alii. *Fim de século e globalização*. P. 11.

*Européia , e o Nafta.; 3) a crescente interligação de e interdependência dos mercados físicos e financeiros, em escala planetária.*⁴¹

Para Antony Giddens, a globalização consiste na *intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância, e vice-versa.*⁴²

Alguns autores, por outro lado, preocupam-se em fazer uma distinta separação entre o significado dos termos *Mundialização* e *Globalização*, partindo do pressuposto que *o comércio entre nações é velho como o mundo, os transportes intercontinentais rápidos existem há vários decênios, as empresas multinacionais prosperam já faz meio século, os movimentos de capitais não são uma invenção dos anos 90, assim como a televisão, os satélites e a informática.*⁴³ De acordo com esse ponto de vista, a única novidade se traduz no desaparecimento do grande sistema comunista que, concorria com o capitalismo liberal em escala mundial. Sem a presença daquele modo de produção, o capitalismo pode ser livremente globalizado.

Reforçando essa idéia P. Dicken também faz uma distinção entre globalização e internacionalização ressaltando que: *embora sejam usados muitas vezes como intercambiáveis, esses termos não são sinônimos. Internacionalização se refere simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais; isso não é um fenômeno novo. A globalização da atividade econômica*

⁴¹ Teóricos dividem-se entre céticos e eufóricos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02. Nov.1997. Endereço Eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/021103.htm>.

⁴² GIDDENS, Anthony. *Consequências da Modernidade*. P. 69.

⁴³ TEÓRICOS DIVEDEM-SE ENTRE CÉTICOS E EUFÓRICOS. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 02.nov. 1998. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021103.htm>

*é qualitativamente diferente. Ela é uma forma mais avançada, e complexa, da internacionalização, implicando um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas.*⁴⁴

Pelo posicionamento de vários teóricos, percebe-se que o fim das experiências socialistas é o fato decisivo para a globalização do capitalismo, com todas as implicações dele decorrentes: aumento do fluxo de comércio, de informações e expansão das empresas multinacionais e dos mercados antes fechados.

Segundo François Chesnais, a mundialização, *é mais que uma fase suplementar no processo de internacionalização de um século*, definindo o fenômeno como *regime mundializado de dominação financeira*⁴⁵ ao invés de, simplesmente, denominá-lo mundialização, como fazem seus compatriotas.

Continua pontificando o autor,⁴⁶ que o adjetivo *global* emergiu no início da década de 80 nas renomadas escolas americanas de administração de empresas, as célebres *business management schools* de Harvard, Columbia, Stanford, etc. A expressão foi popularizada nas obras e artigos de consultores de estratégia e marketing, formados nestas escolas, como o japonês K. Ohmae e o americano Michael Porter. O referido vocábulo tinha como destinatários os mega-grupos, os advertindo acerca dos obstáculos levantados, mundialmente, à expansão de suas atividades em todos os lugares passíveis de se gerarem lucros. O conselho, então, versava no sentido de que se reorganizassem e reformulassem suas estratégias de atuação internacional pois, a liberalização, a desregulamentação, a

⁴⁴ P. Dicken apud ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. P. 15-16.

⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁶ François Chesnais é especialista em economia da inovação tecnológica. Durante muitos anos foi economista na Direção de Ciência, Tecnologia e Indústria -DSTI da organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

telemática e os satélites de comunicações apareciam como formidáveis instrumentos de comunicação e controle.⁴⁷

François Chesnais denomina o fenômeno de *Mundialização* (expressão que, como francês, tenta usar, para diferenciar do termo anglo-saxão *globalização*) *do Capital*. Procurando mostrar que, apesar da estreita inter-relação entre as atividades produtivas, que criam valores e atividades financeiras, em que capitais se valorizam desde 80, há uma elevação no grau de importância das operações estritamente financeiras dos grandes grupos industriais.⁴⁸

Assim, *mundialização do capital* é resultante, principalmente, do robustecimento do capital privado nas três últimas décadas, e não, somente, do processo tecnológico. Nesta nova fase da economia, o fortalecimento do capital industrial e o enfraquecimento do movimento trabalhista funcionam, ao mesmo tempo, como causa e efeito das políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento do *Estado de Bem-Estar*, que têm sido implantadas desde o início dos anos 80 em nível mundial. Este processo complementa-se com a crescente preponderância do capital-flutuante dos mercados financeiros, o que, de certa forma, debilitava a autonomia das empresas nacionais e dos Estados-nação para traçar suas próprias políticas.

⁴⁷ Ver: CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*.

⁴⁸ Em outro trabalho, publicado na internet, o economista francês reforça sua posição: “A expressão mundialização do capital expressa, certamente, a falta de um termo melhor, o fato de que estamos em um contexto novo de liberdade quase total do capital para movimentar-se e valorizar-se sem ter que continuar sofrendo os entraves e limitações que ele havia sido forçado a aceitar, particularmente na Europa, depois de 1945. Este capitalismo ‘liberto’ dos limites que o entorpeciam durante 40 a 50 anos não é de nenhuma maneira um capitalismo ‘renovado’. Simplesmente reencontrou a capacidade de expressar brutalmente os interesses de classe sobre os quais está fundado. A expressão ‘agonia do capitalismo’ é tão atual como era em 1938; no entanto, ela implica, agora ainda mais claramente que então, a idéia de que a agonia do capital pode converter-se em sinônimo da agonia da sociedade humana como tal, se esta não suplantará a incapacidade histórica prolongada de superar um sistema que já deu, há muito tempo, tudo o que podia dar de positivo.”

Observa Germán Palacio,⁴⁹ que embora a globalização tenha significados jurídicos, políticos, econômicos, sociais, etc., decisivamente, constitui uma categoria espacial. Em outras palavras, é uma nova forma de organização do espaço mundial.

Justifica seu posicionamento baseando-se em fatos históricos, os quais também se reportaram os autores da Teoria da Dependência para explicar o passado imperialista constituído principalmente pela dominação e exploração de um país sobre o outro, ocasionando os futuros processos de pobreza interna e desigualdade entre os mesmos frentes aos assuntos de natureza internacional. No entanto, existem várias tendências que explicam o processo, não se esgotando nas abordadas anteriormente.

Aferindo o assunto, Anthony McGrew, professor da Universidade Aberta do Reino Unido, apresenta as três posições de analistas acerca do instituto da globalização da economia mundial:

1) os *hiperglobalizantes*, para quem, globalização define uma ‘nova época’ na história mundial, na qual ‘as tradicionais nações-Estado tornaram-se não naturais, até mesmo unidades de negócio impossíveis em uma economia global’. É o que pensa o japonês Kenichi Ohmae; Ele decreta o fim do Estado-nação e das velhas hierarquias nas relações norte-sul, já que o capitalismo torna-se global e a existência de um governo mundial é o traço dominante dessa nova era. 2) os *céticos* entendem que os fluxos atuais de comércio, investimento e mão-de-obra não são superiores aos do século passado; Paul Hirst

CHESNAIS, François. *Notas para una caracterización del capitalismo a fines del siglo XX: primera parte*. Pesquisa na internet <http://www.herramienta.com.ar/chesnais.html>, em 05/05/98.

⁴⁹ Em aula ministrada no curso de Mestrado sobre “Teorias Críticas do Direito e a democracia na Iberoamerica” promovido pela Universidad Internacional de Andalucía – sede La Rabida, em novembro de

é uma das figuras que encabeçam esta corrente. Para ele, globalização significa internacionalização, onde os Estados e o mercado detêm o comando do processo, e a marginalização dos países periféricos continua latente numa realidade social em que a solidariedade humana tende a desaparecer num futuro onde haverá blocos regionais e conflito de civilizações. 3) os *transformalistas* têm uma visão intermediária. Admitem que os processos contemporâneos de globalização não têm precedentes, mas acham que ainda resta um papel para os governos nessa história, desde que se adaptem a um mundo em que já não há uma distinção clara entre assuntos domésticos e internacionais.⁵⁰

Nesse trabalho, entretanto, utiliza-se a proposta conceitual do especialista em Relações Internacionais Carlos Juan Moneta para quem, em sentido amplo, globalização refere-se *aos processos considerados como um conjunto inter-relacionado – de crescente interação e interdependência, originadas entre as distintas unidades constitutivas do novo sistema mundial em formação. Esses processos motivam a ampliação do espaço geográfico e a modificação dos campos de ação, os quais adquirem uma dimensão multidimensional, agindo entre outras variáveis, as atividades e seus resultados, de países e regiões, empresas transnacionais, organismos internacionais, organizações públicas e privadas, grupos e movimentos sociais.*⁵¹

Desta forma, pode-se ainda dizer que este é *o estágio mais avançado do processo de internacionalização do capital*,⁵² fenômeno originado no século XVI e que, em sua manifestação genérica, constitui-se uma categoria com significados de alcance político,

1996, o professor Germán Palacio advertia para os perigos que os países periféricos se submetem, nesta nova fase do imperialismo mundial, ou seja, na nova fase da globalização.

⁵⁰ TEÓRICOS DIVEDEM-SE ENTRE CÉTICOS E EUFÓRICOS. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 02.nov. 1998. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021103.htm>

⁵¹ MONETA, Carlos Juan. *Las reglas del juego: América, globalización y regionalismo*. P. 148.

jurídico, econômico, social, cultural e espacial. Em outras palavras, é um movimento de intensificação das relações sociais, políticas e econômicas mundiais, resultante da unificação dos mercados e da internacionalização dos processos produtivos, que encurta distâncias, homogeneiza mecanismos de consumo e paradigmas culturais, e, finalmente, subordina o poder soberano do Estado-nação e sua capacidade de regulação social a uma complexa agenda internacional de políticas desenhadas em nível de instituições oriundas de esferas transnacionais.

Na nova forma de organização do espaço mundial opera-se uma redefinição do *mapa-múndi*, no qual, empresas transnacionais, respaldadas por países centrais, traçam suas eficientes estratégias de ação, objetivando conquistar um número crescente de mercados que, por sua vez, significam territórios de influência. Essa competição desenfreada coloca os Estados do norte em posição privilegiada no grande império global acarretando uma progressiva marginalização dos países periféricos nessa complicada teia que atualmente caracteriza o capitalismo internacional.

1.3. AS ABRANGENTES MUTAÇÕES GLOBAIS

O fenômeno de globalização ainda não constitui um fato acabado e de consistente substrato. Sua marcha de consolidação, entretanto, se generaliza dia-a-dia, aprofundando tendências de amplas e conseqüentes mutações, entre outras, pode-se observar, como por exemplo, a debilidade do Estado-nação.

⁵² Assunto destacado no item 1.1, deste trabalho.

Boaventura de Sousa Santos, após situar a globalização da economia como um dos vetores da desigualdade entre o norte e o sul, destaca a crescente erosão da eficácia do Estado na gestão macroeconômica, afirmando que *as multinacionais, dotadas de um poder de intervenção global e se beneficiando da mobilidade crescente dos processos de produção podem facilmente por em concorrência dois ou mais Estados ou duas ou mais regiões dentro do mesmo Estado sobre as condições que decidirão da localização do investimento por parte da empresa multinacional*⁵³. Além disso, o autor critica a desigualdade das negociações que podem haver entre partes com poder tão desigual: atores globais, por um lado, e atores nacionais ou subnacionais, por outro.

Fundamentalmente após o ingresso das empresas transnacionais no cenário internacional como novos atores globais, o núcleo básico de todas as decisões deixa de estar associado, privativamente, ao Estado-nação.

Entretanto, apontar a *autonomia* dos novos atores internacionais frente aos Estados nacionais, não significa subestimar o papel de atuação dos chamados países centrais. Apoiados à tecnoestruturas ou estruturas de poder fundamentalmente globais, esses países lançam mão dos mais variados artifícios no sentido de promover os interesses de grupos e classes sociais dominantes em nível mundial, fundamentalmente, através da imposição das políticas neoliberais e da mundialização do capital norte-americano.

Assim, torna-se necessário admitir a existência um centro decisório nas mais importantes decisões, como assevera o professor Edmundo Lima de Arruda Jr., ao afirmar que *a ordem ainda tem um centro: o modo de produção capitalista continua se reproduzindo, e seus antagonismos fundantes permanecem os mesmos, redefinindo-se*

⁵³ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., p. 291.

*somente as formas atuais já problematizadas pela 'escola da regulamentação', exigindo-se a compreensão do arcaico (o capitalismo de sempre) e os novos equilíbrios na atual fase do imperialismo neoliberal. A luta de classes nunca esteve tão acirrada como nos últimos cinquenta anos. Jamais a humanidade foi tão fustigada pela violência da barbárie.*⁵⁴

Recentes e diversificados recursos tecnológicos possibilitam importantes mudanças nessa nova fase da história mundial. O 'centro decisório' deixa de ser físico: as decisões podem ser tomadas *on-line*, a qualquer instante, e de qualquer lugar do mundo. Resultam de dinâmicas correlações de forças provenientes de diferentes graus, podendo ser de escala global, regional, ou mesmo em nível de determinado Estado-nação.

Nesta enorme teia em que se transformou o capitalismo mundial, torna-se evidente que o *centro* exerce sua influência decisiva sobre a *periferia*⁵⁵, fundamentalmente por meio de monopólios, conforme assevera Samir Amin ao identificar os cinco principais: o primeiro é o *monopólio tecnológico*, que somente existe em virtude do respaldo dos Estados, devido aos elevados custos para a produção tecnologia; o segundo, constitui-se o controle dos *mercados financeiros mundiais*. O terceiro, o do *acesso aos recursos naturais do planeta* dominado por um seletivo número de Estados-nação; o quarto, o *monopólio dos meios de comunicação*, também reservado a um distinto e pequeno grupo de conglomerados e nações; e, finalmente, o quinto, revela-se através do *monopólio das armas de destruição*, que, no momento histórico atual, deixa de ser bipolarizado, (como foi,

⁵⁴ ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Direito moderno e pluralismo jurídico*. P. 26.

⁵⁵ WOLKMER, Antônio Carlos Wolkmer. In: *Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito*, p. 71, apresenta o sentido da categoria capitalismo periférico, segundo os objetivos a que se propõe, como sendo: "(...) um modelo de desenvolvimento que estabelece a dependência, submissão e controle das estruturas sócio-econômicas e político-culturais locais e/ou nacionais aos interesses transnacionais e das economias dos centros hegemônicos".

durante a guerra fria)e torna-se unipolar, sem qualquer tipo de controle democrático em nível internacional.⁵⁶

O citado o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, também se manifesta neste sentido:

*Pela primeira vez, depois de cinco séculos, o motor do capitalismo parece ter passado do ocidente para o oriente. A deslocação da produção mundial para a Ásia consolidando-se está como uma das grandes regiões do sistema mundial, constituída, como todas as outras regiões, por um centro (o Japão), uma semiperiferia (os novos países industriais: a Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura) e uma periferia (o resto da Ásia). Esta deslocação é tanto maior quanto mais elevado é o teor tecnológico da produção medida pelo investimento em investigações e desenvolvimento.*⁵⁷

Agora não existe mais uma única periferia, mas periferias rodeando os importantes *centros* que muito se assemelham às cidades-estado ou, mesmo, a feudos medievais. Essas regiões ricas, podem ser chamadas *ilhas de prosperidade*, ou arquipélagos como as denomina o professor alemão, Franz Hinkelammert:

certamente, continuam havendo centros, apesar de que, estes, surgem agora em forma de um arquipélago; do mesmo modo em que, continua havendo uma periferia,

⁵⁶ AMIN, Samir . *El futuro de la polarización global*. P. 120-121.

⁵⁷ SANTOS, Boaventura de Souza. Op. cit., p. 289.

*ainda que, conforma agora um mar circundante das ilhas do arquipélago.*⁵⁸

Nessa suposta *ordem sem centro*, alastram-se novas e diferenciadas regras de competição entre as unidades empresariais, vinculadas anteriormente, ao conceito clássico de Estado-nação. As correlações econômicas entre as diversas nações do globo, ocorrem fundamentalmente, através dos mercados onde são transnacionalizados seus produtos e eventualmente os fatores de produção. No mundo globalizado - diversamente do que predominava nas antigas fases de desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista - a relação evidenciada entre nacionais tende a extrapolar limitações e transcender às transações nos mercados de bens e fatores.

Essa globalização, apesar de ter o aspecto econômico como eixo fundamental, em virtude da enorme complexidade das inter-relações, apresenta outras dimensões: política, social e cultural. Outros traços característicos são, ainda, considerados⁵⁹: a) a energia nuclear, que antes era um privilégio dos países centrais, se constitui como a mais importante técnica de guerra e passa a ser manuseada por países periféricos; b) os países ricos monopolizam a revolução informática, dona de uma capacidade extraordinária de informar, induzir e seduzir. c) as informações, os entretenimentos e as idéias são produzidas, comercializadas e consumidas como mercadorias. A indústria das telecomunicações avança com a velocidade da luz, jogando um papel decisivo na reprodução das formas de poder e de dominação social. d) as inovações tecnológicas das

⁵⁸ HINKELAMMERT, Franz J. *El huracán de la globalización: la exclusión y la destrucción del medio ambiente vistos desde la teoría de la dependencia*. Texto apresentado no curso de mestrado sobre "Teorias críticas do Direito" na Universidad Internacional de Andalucía (sede La Rabida) em outubro de 1996. P. 4.

últimas décadas, fundamentalmente na agricultura, biotecnologia, indústria, com o advento da robótica e da automação são extraordinários⁶⁰ se vistos sob ângulo das abrangentes mutações globais, ao lado das inovações do sistema financeiro internacional, estruturado de acordo com as exigências do grupo dos 7 (G-7) - agora G-8, com a entrada da Rússia, - do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM); e, finalmente das empresas, corporações e conglomerados multinacionais⁶¹ que, ao se constituírem como novos atores, manipulam a dinâmica dos meios de produção, das forças produtivas, das tecnologias da divisão internacional de trabalho e do mercado mundial. Enfim, todas as relações econômicas internacionais. Tal primazia destas empresas multinacionais enquanto agentes do *mercado global*, forma um dos traços importantes da evolução econômica mundial nestas últimas décadas.

Nesse rol de transformações globais, é interessante abrir um intervalo para lembrar a importância da *Rodada Uruguai*, como um marco no processo de globalização. Iniciada em 1986, em Montevideu (daí o nome), arrastou-se por quase oito anos e terminou com o mais abrangente *pacote* de redução das barreiras ao comércio planetário. Seu impacto mais visível e até certo ponto quantificável, surge da redução das tarifas alfandegárias para importações.

Além da negociação sobre a derrubada de barreiras para exportar mercadorias, introduziu, na agenda mundial, as chamadas áreas novas de comércio, em especial, o

⁵⁹ Características apontadas por IANNI, Octavio. In: *A sociedade global*. P. 58.

⁶⁰ SANTOS, Boaventura. Op. cit., p. 289 e ss.

⁶¹ “a própria evolução do nome porque são conhecidas (as multinacionais) assinala a constante expansão das atividades destas empresas com atividades em mais de um Estado nacional: de empresas multinacionais para empresas transnacionais, e mais recentemente, para empresas globais. É difícil determinar o número exato de empresas multinacionais, mas apesar de serem certamente largos milhares, é notável o grau de concentração

vastíssimo campo de serviços, cobrindo desde telecomunicações a transporte marítimo, passando por serviços financeiros e atingindo até compras governamentais.

Além disso, embora a *Rodada Uruguai* não tenha firmado acordos área de serviços, estabeleceu uma agenda de negociações que vai até o ano 2000.⁶²

Não alterando, entretanto, a ordem clássica, de quem dita a agenda: sempre os países ricos. Por trás das potências mundiais, há algumas poucas empresas transnacionais que determinam o percurso. Não se trata de teoria conspiratória, mas de fatos e números. Segundo Clóvis Rossi, jornalista da Folha de São Paulo, o comércio entre filiais e matrizes de multinacionais representa aproximadamente 1/3(um terço) do comércio mundial e suas exportações destinadas a companhias que não são suas subsidiárias cobrem outro terço. O autor acrescenta que *essa concentração de poder econômico 'pode limitar a concorrência, reduzindo, assim, os ganhos para os consumidores e as economias nacionais' (decorrentes da globalização), como diz o relatório da Consumers International, grupo global de defesa dos consumidores. O relatório escancara, no fundo, a grande carência, seja da 'Rodada Uruguai', seja da OMC: não abriram lugar à mesa de negociações para os consumidores, que tanto podem ser as vítimas como os beneficiários da globalização.*⁶³

Em suma, a reprodução ampliada do capital universalizou-se, recriando relações e influenciando economias em todo o mundo, enquanto evidencia-se nitidamente a formação de uma rede complexa de transações globais. Um dos tentáculos origina-se das grandes corporações, com suas subsidiárias em diferentes países, fazendo com que bens e

que faz com que o valor anual das vendas de algumas destas empresas seja superior ao produto doméstico bruto de muitos países periféricos".⁶¹ In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., p. 290.

⁶² ROSSI, Clóvis. 'Rodada Uruguai' ditou agenda do processo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 nov. 1997. Endereço eletrônico: www.uol.com.br/fsp/especial/fj021107htm.

⁶³ Idem, ibidem.

serviços atavessem fronteiras internacionais, permanecendo, porém, dentro de seus domínios de decisão gerencial; o outro, parte dos fluxos superpostos de bens, capital, trabalho, informação e tecnologia entre um grande número de agentes econômicos heterogêneos, passando, as políticas neoliberais, através de suas dimensões públicas e privadas, e das práticas de mercado livre (abertura, competitividade, desregulação, privatização, informatização), a constituir-se como ideologia dominante da globalização.⁶⁴

Detrás dessas terminologias do mundo global, está a ideologia neoliberal, ainda que o pensamento único proclame o fim das ideologias. Existe uma ideologia do mercado, da globalização, do domínio da economia mundial pelos países desenvolvidos que monopolizam a tecnologia e as finanças. Esse discurso prega a competitividade, sataniza o Estado, culpado por todos os males, e professa a divindade da empresa livre. Assim, distingue-se, com uma certa precisão, como os processos econômicos, sociais, financeiros, jurídicos, culturais, geopolíticos, etc., hoje aparecem ideologicamente encobertos pelo conceito de globalização.

⁶⁴ Ver, sobre as políticas neoliberais, o capítulo 2 deste trabalho.

1.4. DIMENSÕES DO PROCESSO:

a) Aspectos financeiros:

Não há dúvida de que, atualmente, o mercado financeiro internacional é detentor de um gigantesco poder. Historicamente, isso se deu, basicamente, por duas razões: a desregulamentação da década de 80 e o impressionante avanço tecnológico nas comunicações.

Há pouco mais de dez anos, praticamente todos os países do mundo exerciam um controle rigoroso sobre a movimentação de capitais. No entanto, nesta década, nota-se uma importante alteração nesse sentido. Diversos Estados derrubaram todas as barreiras ao fluxo monetário, em virtude, principalmente de recentes acordos multilaterais. França e Itália, por exemplo, baniram as restrições restantes por determinação da legislação decorrente do acordo da União Européia.⁶⁵

A mudança da sistemática do mercado financeiro induziu a supressão dos controles sobre movimentação de capital. Os grupos bancários perderam a hegemonia como fonte de empréstimos. O enfraquecimento do mercado de títulos emitidos por instituições financeiras e empresas opera simultaneamente ao fortalecimento dos títulos comprados através de fundos de pensão e fundos de investimento consignando, hoje, uma soma equivalente a US\$ 20 trilhões. Por isso, cada nova transação de um investidor institucional

⁶⁵ PINTO, Celso. Mercado arrisca sorte num jogo de perdas fatais. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 02 nov. 1997. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021102>.

em local diverso, é o suficiente para bilhões de dólares mudarem de lugar.⁶⁶ E isso é o mínimo necessário para provocar terremotos nas bolsas de valores afetando diversos países ao mesmo tempo.

Dois aspectos fundamentais concorreram para que se registrasse a união nos mercados: a sensível evolução dos meios de comunicação e a liberdade de fluxos de capitais.⁶⁷

O capital concentrado nos grandes bancos e fundos de investimento mobiliza-se, com certa liberdade, nos chamados investimentos de curto prazo, pretendendo obter mais alta lucratividade em menor intervalo de tempo.

As aplicações dos fundos de investimento, presentes, simultaneamente, nos mais diversos países, em escala global, vão desencadear uma importante consequência, a interdependência financeira.

Outro elemento característico da vertente financeira da mundialização da economia é o dimensão do capital mobilizável, principalmente, através de negociações derivadas de outras operações, os chamados *derivativos*. Pretende-se, na verdade, proteger-se de uma possível variação do valor de uma transação real, pois existem os especuladores, apostando na direção em que certos preços irão caminhar. Dessa forma, a inquietação das empresas no sentido de protegerem-se contra a desvalorização de determinada moeda,

⁶⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷ Hoje, praticamente, todas as instituições financeiras do mundo operam 24 horas por dia. Abrem o dia na Ásia, começam a operar na Europa quando os asiáticos vão jantar e abrem os negócios no mercado americano quando os europeus estão terminando as suas atividades. Por essa razão, qualquer choque sobre o mercado tende a se propagar sem paradas. O que se viu nas últimas semanas foi um exemplo expressivo de um legítimo choque global. Um terremoto na Ásia abalando a Europa, a América Latina e os Estados Unidos, para voltar à Ásia no dia seguinte. Ou mudando de sinal a partir de uma recuperação americana, propagada para a Ásia, a Europa e a América Latina. In: Idem, ibidem.

aliada a ânsia dos especuladores em apostar contra essa moeda, pode provocar uma *ataque* especulativo.

O volume de operações no mercado de derivativos é muito mais expressivo do que há dez anos. Esclarece Celso Pinto que, *no ano passado, os derivativos somaram US\$ 35 trilhões, segundo dados do Banco para Compensações Internacionais, o BIS. Desse total, US\$ 9,9 trilhões foram negociados nas várias bolsas de futuros ao redor do mundo, e US\$ 24,3 trilhões, no mercado de balcão, ou seja, em operações feitas diretamente entre interessados no mercado.*⁶⁸

Para alguns economistas a proliferação do mercado de derivativos significa uma proteção frente à internacionalização dos negócios.

Os derivativos são apenas uma das faces da globalização financeira, pois a expansão das operações internacionais generalizada. *O estoque das operações internacionais dos bancos soma hoje US\$ 8,2 trilhões brutos, ou US\$ 6,9 trilhões líquidos, segundo o BIS. O estoque de papéis internacionais chega a US\$ 3,2 trilhões líquidos e não pára de crescer: a emissão anual pulou de US\$ 294 bilhões em 91 para US\$ 540 bilhões no ano passado.*⁶⁹

A mundialização dos mercados financeiros possibilita uma intensa agilidade nos movimentos de capitais. Inconsistências macroeconômicas ou algumas decisões

⁶⁸Celso Pinto afirma que “em poucos anos formou-se um gigantesco mercado mundial de riqueza mobiliária, cujo volume saltou de US\$ 7 bilhões em 1983 para 35 trilhões em 1995. Existem várias dimensões da globalização financeira. A rigor, no mundo que existia entre 1870 e 1920, o fluxo mundial de capitais privados era muito maior, em termos relativos, do que é hoje. Medindo o tamanho da absorção pelos países dos capitais externos pelo tamanho de seu déficit externo em conta corrente, a média do período foi de 3,3% do PIB, enquanto a média nos anos 90 está em 2,6%. Se os fluxos privados de capitais eram mais expressivos em termos relativos, eles espantam, hoje, em termos absolutos. Apenas o fluxo líquido para os países emergentes, entre 90 e 96, somou US\$ 1,2 trilhão. Vários fatores fazem com que o impacto dessa massa gigantesca de capitais que percorre o mundo hoje seja tão expressivo”. In: Idem, *ibidem*.

⁶⁹ Idem, *ibidem*.

político-econômicas, instantaneamente, tornam essa infinidade de papéis, dinheiro e de investidores suscetíveis a desastrosas consequências, podendo até levar um país à falência em apenas poucas semanas.

O risco da globalização financeira é latente e a multiplicação do montante de papéis financeiros em relação à produção real pode gerar uma grande crise. Como afirma o professor de Economia da Unicamp, Luciano Coutinho, *países com elevado déficit em conta corrente e reservas voláteis, como o Brasil, seriam as primeiras vítimas. A globalização multiplicou tremendamente o volume da riqueza mobiliária e agravou a vulnerabilidade da economia real à vulnerabilidade das expectativas. É chegada a hora de criar mecanismos ordenadores institucionalizados – a saúde financeira do mundo não deveria depender de arranjos improvisados, como foi o caso do pacote de salvamento do México, estruturado às pressas pelo presidente Clinton.*⁷⁰

A grande preocupação reside no fato de que essa interdependência financeira, instituída em moldes supranacionais, apresenta resultados dificilmente controláveis por mãos dos governos nacionais. Desta forma, alguns setores da sociedade sofrerão esses efeitos com maior intensidade, principalmente nos Estados latino-americanos, dado perfil de sua permanente reestruturação e, fundamentalmente, em virtude dos ajustes estruturais de raiz neoliberal e do receituário de medidas que o *Consenso de Washington*, embasado em princípios norteadores que estimulam a crescente flexibilidade, produtividade e competitividade internacionais, impôs à esta região: incentivo à capacidade produtiva nacional; reformas tarifárias e tributárias em níveis internos objetivando à liberalização do comércio internacional; um intenso programa de privatizações abrangendo empresas

públicas, diversos serviços públicos tradicionalmente prestados pelos Estados nacionais, sistema previdenciário e de saúde pública; enxugamento das máquinas estatais e dos *déficits* públicos. Tal formulário está sendo aplicado, sistematicamente, em muitos países da América Latina, fundamentalmente Argentina, Chile e Brasil, embora com ritmos e ênfases nem sempre iguais.

b) Aspectos Políticos

Um dos marcos teóricos iniciais à reflexão do Estado-nação, situa-se, a partir da discussão suscitada por de Jürgen Habermas, no texto denominado *O Estado-Nação Europeu frente aos desafios da Globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania*, por entender que essa é uma das questões metodologicamente prévias à análise dos distintos processos internacionais.

Em linhas gerais, o autor assevera que, hoje, vivemos em sociedades pluralistas, que muito se afastam da concepção de um Estado-nação fundado numa população relativamente homogênea.

Assim, em virtude da grande diversidade de formas culturais de vida, grupos étnicos, visões de mundo e das religiões, o Estado-nação não pode mais fornecer a base apropriada para a manutenção da cidadania democrática no futuro próximo. Enfim, o destacado estudioso aponta para a necessidade de salvar a herança republicana, mesmo que seja transcendendo os limites do Estado-nação e acredita que uma das maneiras de escapar ao impasse é a emergência de regimes supranacionais como a União Européia.

⁷⁰ COUTINHO, Luciano. Globalização perigosa. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 18. junho. 1996. P. 03.

Jürgen Habermas coloca o seu entendimento a cerca da mundialização. Para ele, *globalização significa transgressão, remoção das fronteiras e portanto representa uma ameaça para aquele Estado-Nação que vigia quase neuroticamente suas fronteiras.*⁷¹

Reforça seu ponto de vista, citando Anthony Giddens para quem, *a globalização é a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que os acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.*⁷²

Nesse sentido, como foi ponderado anteriormente, o capitalismo se desenvolveu com as dimensões de um sistema mundial, ou seja, nasceu internacional e sua própria lógica de acumulação promove a transgressão das fronteiras.

A globalização põe a soberania dos Estados em questão. O movimento de expansão dos direitos que permitiu a formação dos Estados encontra-se em xeque a partir das tendências, chamadas globalizantes.

Nesse contexto, ao passo em que a economia se mundializa, os Estados se tornam menos capazes de regular as próprias economias. Ainda assim, a administração e legislação nacionais não têm mais um pacto efetivo sobre os atores transnacionais, que tomam suas decisões de investimentos mediante comparação, em escala global, das condições de produção relevantes. Em consequência, o raio de atuação das políticas sócio-econômicas e financeiras vem se reduzindo. Em nível das arenas internacionais a economia opera basicamente livre de controles políticos, diferentemente das esferas nacionais, onde as autoridades limitam-se a fomentar a modernização de suas próprias economias. Assim,

⁷¹ HABERMAS, Jürgen. *O Estado-Nação Europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania*. P. 99.

⁷² GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. P. 69.

aparece a necessidade de adaptar os sistemas nacionais de bem-estar à competitividade internacional. Sem alternativas, os governos são compelidos a permitir que as fontes de solidariedade social tornem-se, gradualmente, mais escassas. E assim, os grupos marginalizados tendem a apartar-se, progressivamente, do corpo social. Aqueles que não são considerados capazes de modificar sua condição social por conta própria, são abandonados à própria sorte.

Durante o transcorrer desse processo, enquanto o capital transita livre de controles nos Estados nacionais, operam degradações na cidadania, fato que, em um futuro previsível, pode chegar a minar as bases de legitimidade dos mesmos Estados.

Mas, para Habermas, não existem leis históricas e os seres humanos, ou mesmo as sociedades, são capazes de aprender. Desde sua perspectiva, uma das maneiras de escapar ao impasse é o surgimento de regimes supranacionais como a União Européia: *Precisamos salvar a herança republicana, mesmo que seja transcendendo os limites do Estado-nação. Nossas capacidades para a ação política devem acompanhar o ritmo da globalização das redes e sistemas auto-regulados.*⁷³

Contudo, decisões como a da Corte Alemã sobre o Tratado de Maastrich, importou grandes restrições contra a ampliação da União Européia sustentando que um Estado Constitucional deste tipo necessita de uma relativa homogeneidade cultural do povo, podem ser vistas como uma tentativa de defensiva, que debilita as manifestações de cidadania que pretende conter.

Na perspectiva *habermasiana*, o Estado-Nação não pode mais fornecer a estrutura apropriada para a manutenção da cidadania democrática no futuro previsível. O

*que parece ser necessário é o desenvolvimento de capacidades para a ação política num nível acima dos Estados-Nação.*⁷⁴

Em outras palavras, ao passo que intensificam-se as relações principalmente comerciais em todo o mundo, o Estado-nação, mais conhecido sistema de organização do espaço, dá sinais evidentes de crise. No entanto, cabe ressaltar que estas relações são cada vez mais polarizadas (em relação a determinados atores, que mudam também com a emergência de novos modelos de integração), o que faz reproduzir em escala cada vez maior as assimetrias das relações de poder.

Para Anthony Giddens, o aprofundamento das relações sociais-mundiais que ligam distantes localidades, causada pelo fenômeno da globalização, gera um processo de recíproca influência na vida dos Estados e das pessoas, de modo que, repetindo seu exemplo, a progressiva prosperidade de uma zona urbana de Singapura possa ser relacionada, através de uma complexa inter-relação econômica em nível internacional, ao empobrecimento das vizinhanças de Pittsburg, cujos produtos locais demonstram-se sub-competitivos no mercado mundial.⁷⁵

⁷³ HABERMAS, Jürgen. Op. cit., p. 100.

⁷⁴ Idem, ibidem. P. 100. Ver, nesse sentido, SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., p. 20. O sociólogo português, em seu livro *Pela mão de Alice- social e o político na pós-modernidade* traz à tona algumas preocupações que estamos nos deparando neste fim de século, e que vão nos acompanhar durante muitos anos vindouros. Uma delas é a seguinte: “Nos últimos dez anos assistimos a uma dramática intensificação das práticas transnacionais, da internacionalização da economia à translocalização maciça de pessoas como migrantes ou turistas, das redes planetárias de informação e comunicação à transnacionalização da lógica do consumismo destas transformações. A marginalização do Estado Nacional, a perda de sua autonomia e de sua capacidade de regulação social tem sido considerada como principal consequência. Contudo, no nosso quotidiano raramente somos confrontados com o sistema mundial e, ao contrário, somos obsessivamente confrontados com o Estado que ocupa as páginas dos nossos jornais e os noticiários das nossas rádios e televisão, que tanto regulamenta a nossa vida para a regulamentar como para a desregulamentar. Será então o Estado uma unidade de análise em vias de extinção, ou pelo contrário, é hoje mais central do que nunca, ainda sob a forma artilosa de sua desconcentração?”.

⁷⁵ Cf. GUIDDENS, Anthony. Op. cit. p. 70.

Ainda de acordo com esse autor, pode-se afirmar que o aprofundamento de laços sociais em escala global produz, de certa forma, o arrefecimento de apelos nacionalistas tradicionalmente associado ao Estado-nação. Por outro lado, também pode provocar uma intensificação de sentimentos localizados, prognóstico comprovado pela multiplicação de conflitos desta natureza em várias regiões do mundo, especialmente no leste europeu, no Oriente Médio, etc.. Relembrando Daniel Bell, Anthony Giddens assevera que a globalização dessas relações sociais fizeram o Estado-nação parecer *demasiadamente pequeno para os grandes problemas e exageradamente grande ante os pequenos problemas da vida*.⁷⁶ Equivale dizer que existem duas constatações simétricas no mesmo processo. Ao passo que as relações sociais tendem a se tornar lateralmente mais intensas, nota-se acirramento das pressões direcionadas e busca de autonomia em nível local à luz de identidades culturais regionais.

Outra constatação igualmente importante, asseverada por Anthony Giddens situa-se acerca do caráter diferenciado das leituras feitas por teóricos que ocupam-se em analisar esse processo. Na verdade, pode-se apreender duas perspectivas teóricas distintas, ou mesmo, opostas. A primeira, liga-se aos estudiosos das relações internacionais que focalizam o desenvolvimento do sistema de Estados-nação situando suas origens no continente europeu e sua posterior disseminação por todos os continente do mundo. Paralelo ao amadurecimento desse sistema de Estado europeu e sua proliferação em nível mundial, desenvolvem-se os padrões de interdependência entre Estados na arena transnacional e ocorre a germinação de organizações internacionais inter-governamentais. Esta é a noção de globalização para essa corrente, ou seja é o processo de movimento *rumo*

⁷⁶ BELL, Daniel. The world and the United Stetes in 2013 apud GUIDDENS, Anthony. Op. cit., p. 70.

*ao estado mundial. Segundo essa linha de pensamento, os Estados-nação estão se tornando progressivamente menos soberanos do que costumavam ser em termos de controle de seus próprios negócios.*⁷⁷

A outra, de cunho marxista, embasada em torno das observações de Immanuel Wallerstein, contidas na distinção analítica que traça entre centro, periferia e semi-periferia econômica do sistema capitalista, fornece concepções mais abrangentes acerca das relações globalizadas. Este autor distingue os fenômenos relacionados à era moderna daqueles presenciados em épocas anteriores. Para ele, as economias mundiais – *redes de conexões econômicas de um tipo extensivo geograficamente*⁷⁸ – já existiam em eras antigas, no entanto, eram diferentes do sistema mundial atual, principalmente dos últimos quatro séculos. As antigas eram centradas sob a égide dos Estados imperiais, abrangendo, no máximo, algumas regiões dominadas por esses estados. O surgimento do capitalismo traz uma tônica diversa ao passo que reveste-se de uma característica genuinamente global e funda-se mais no poder econômico do que político. *O sistema capitalista mundial se divide em três componentes, o centro, a semiperiferia e a periferia, embora a localização destes se desloque regionalmente através do tempo.*⁷⁹ Por ser uma ordem econômica e não política (não está subordinado ao Estado-nação e sim, à economia), capitalismo foi uma influência globalizante fundamental.

Entretanto, a dimensão política da globalização constitui-se outro aspecto a ser considerado para definir com mais clareza o papel do Estado-nação dentro desta complexa rede mundial.

⁷⁷ GUIDDENS, Anthony. Op. cit., p. 71.

⁷⁸ Idem. P. 73.

⁷⁹ Idem, ibidem.

Uma das características do estágio atual da globalização é desestabilização do antigo sistema de Estados-nação. Nota-se a progressiva perda de sua capacidade de delinear e concretizar políticas públicas próprias que, passa a migrar rumo a instancias de poder supranacionais. Novos atores transnacionais, constituídos por empresas, dotados de meios e ações próprias entram e cena e adquirem fundamental autonomia no palco das Relações Internacionais.

Nesse sistema global, também chamado multicêntrico, a busca pelo crescimento coloca os interesses econômicos como prioridade das políticas seguidas pelos Estado na instância internacional. No entanto, é lógico que os relacionamentos travados não são governados exclusivamente por considerações econômicas, já que o poder dos Estados deriva da sua capacidade de soberania. Eles não operam puramente *como máquinas econômicas, mas como atores ciosos de direitos territoriais, preocupados coma promoção de culturas nacionais, e tendo envolvimento geopolíticos estratégicos com outros estados ou alianças de Estado.*⁸⁰ A dialética da globalização estabelece movimentos de recuos e avanços no tocante à questão da soberania. *A ação planejada entre países a respeito de algumas coisas diminui a soberania individual das nações envolvidas, embora ao combinar seu poder de outras maneiras, ela aumenta sua influência dentro do sistema de Estados*⁸¹.

Mister destacar que o figurino jurídico do Estado-nação tem por base três assertivas mutuamente complementares: 1) que o evidencia como titular do monopólio legal do exercício da violência, o que induz ao questionamento de sua legitimidade; 2) que enumera a sua possibilidades atuação dentro da esfera territorial, de acordo com os limites

respeitados ou não, o que resgata a noção de soberania; 3) que contrapõe ao caráter ilimitado da parcela de poder resultante proposições anteriores, à capacidade de responder, de maneira integradora, as interações entre estímulos públicos e respostas privadas, e às demandas privadas e políticas de governo fazendo com que o triângulo necessariamente se estabeleça dentro da esfera da sociedade civil. Assim, ressalta-se a questão do exercício e do limite da soberania dentro dos marcos do Estado-nação republicano. Caso o exercício da soberania encontre-se inserido nos limites do Estado, sua titularidade desloca-se, do *Príncipe* e senhor das terras e dos domínios do Reino, para o *povo*, assim entendido como o correspondente jurídico ao conceito sociológico de *nação* e à noção de *sociedade civil*, própria da literatura da ciência política.

Desta forma, abre-se um intervalo para se resgatar as observações de Habermas acerca das afinidades conceituais entre as noções de *nação* e de *povo*. Para esse autor, embora, no contexto legal e político, ambos termos, normalmente, sejam utilizados como vocábulos intercambiáveis, *o termo 'nação' possui, além desse estrito sentido legal e político, a conotação de uma comunidade moldada por uma origem, uma cultura e uma história comuns - com frequência compartilhando também a mesma língua.*⁸² Assim, os indivíduos residentes em um país formam uma nação por estabelecerem um modo de vida coincidente. Em virtude desse fato, a definição de *nação* é imputada, de forma ambígua, à nação pré-política (*volksnation*), e à nação de cidadãos legalmente capacitados (*staatsnation*). Segundo o autor a tensão existente entre *nacionalismo* e *republicanismo*

⁸⁰ Idem. P. 77.

⁸¹ Idem. P. 78.

⁸² HABERMAS, Jürgen. *O Estado-Nação Europeu frente aos desafios da Globalização*, Revista Novos Estudos, n. 43, novembro de 1995. p.89.

produz uma importante fertilidade *democrática*, de forma que, em grande medida, a existência do primeiro possibilita as condições de sobrevivência ao segundo.

Importa ressaltar que o desafio teórico consiste em investigar as condições de possibilidade de sobrevivência de ideário republicano, numa atmosfera de fenecimento do Estado-nação como instituição clássica, permeada por intensas e instantâneas transformações ocasionadas pelo processo da globalização, pretendendo verificar se é possível harmonizar os imperativos de crescimento econômico, garantindo a unidade, nos âmbitos da sociedade civil e liberdade, na patamar político.

A questão é descobrir em que termos será possível recuperar o sentimento de liberdade pública e pacificação social, vivendo-se em um mundo *hobbesiano* onde os imperativos de competitividade e concentração de riquezas em mãos de alguns, acarretam a absoluta escassez para muitos. Não se trata de questionar um fenômeno cuja intensidade e extensão ultrapassa os limites da competição política entre os Estados-nação. É preciso identificar quais as possibilidades de se atenuarem o custo social e humano numa atmosfera permeada de preceitos de valores fundados na competição desenfreada e no sucesso ilimitado. As teorias atuais, principalmente a pós-moderna, tem demonstrado deficiência na maneira de tratar a questão do arrefecimento da soberania e a exaustão da capacidade do Estado-Nação em responder aos imperativos de política nacional.

Em suma, no transcorrer de uma década observam-se variados sintomas de fragilização da soberania e de movimentação para a arena internacional ou supranacional das esferas decisórias antes aglutinadas em torno da jurisdição, regulação e arbitragem do Estado. Diante desses fatos de alcance global, como esgotamento de energias utópicas, crise de *governabilidade*, provocada pelo excesso de demandas democráticas, mudanças no

paradigma fordista de organização do trabalho e de gerenciamento empresarial, exaustão da capacidade fiscal do Estado, no custeio de políticas compensatórias destinadas à funcionalização das relações de classe nas economias capitalistas, etc., todos os caminhos apontam para a superação daquela forma clássica de Estado-Nação, tal como se reconhece desde o século XVI através da conhecida obra *O Príncipe* do florentino Nicolau Maquiavel, que foi o primeiro a referir-se ao *Estado* como categoria política, ou posteriormente pelas relatos dos pensadores contratualistas como Thomas Hobbes, Jean Jacques Rousseau, John Locke, etc.

Ora, o que está em questão não é o *fim da história*, mas um desafio, observando-se a linha evolutiva traduzida no historicismo hegeliano, em torno da qual são fomentados e projetados os imaginários coletivos de emancipação política e de universalização de princípios de bem-estar social. Mesmo que não seja definitivo anunciar a extinção motivadora da razão utópica condicionando a união de pessoas diferentes em torno de uma agenda motivada pela solidariedade, acredita-se como definitivamente exaustas as asserções utópicas fundadas no ideal de Estado-Nação provedor e de sociedade consolidada entre os limites territoriais de fronteira nacional.

Seguindo-se os passos explicativos delineados por Jürgen Habermas, a revitalização do ideário republicano deve ser considerada, fundamentalmente, levando-se em conta a instituição de diferenciadas esferas decisórias públicas, em nível supranacional ou internacional, cujas decisões governamentais se remetam a mecanismos caracterizados sobretudo pela negociação e mediação.

Quaisquer pretensões rumo a razão utópica deverão ponderar, por um lado, o fenecimento do poder soberano e seus efeitos no tocante ao monopólio dos mecanismos de

coerção e de persuasão inerentes ao Estado nacional, e por outro, o leque de possibilidades que tragam as transformações, como a possível superação do Estado-Nação, de dificultar aproximações entre razão utópica e razão prática.

Os movimentos ambientalistas, provavelmente por terem sido os primeiros a formular políticas em dimensões planetárias, tem demonstrado instigantes projetos que pretendem harmonizar demandas transformadoras, com boa dose de realismo, com vistas à superar os grandes desafios impostos pela globalização. É interessante notar como, no curso das duas últimas décadas, sua pauta de demandas foi progressivamente se deslocando, dos antigos recursos da política convencional, para uma estimulante aproximação entre esferas estatais, regionais e internacionais; num percurso iniciado na Conferência de Estocolmo e alcança um nível elevado de sofisticação no momento da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992.

É interessante notar que a temática ambiental passou a integrar a agenda política e econômica globais, denotando um saldo extremamente positivo, se comparado com aquele atingido por outros movimentos sociais clássicos, principalmente pelos movimentos sindicais no decorrer das duas últimas décadas.

Não se trata apenas de fornecer os mecanismos que superem a atual fase de competição entre blocos, fomentando o fortalecimento de relações multilaterais, destinadas a lapidar os processos de integração regional. É necessário compreender, em sua exata extensão, as conseqüências desencadeadas pela progressiva internacionalização das relações mundiais, de forma que se possa resgatar, neste ambiente pleno de transformações, o sentido real de justiça e equilíbrio que, manifestações *hobbesianas* de competição são incapazes de produzir.

De qualquer modo, é certo que a integração regional proporcione uma maior aceleração no processo de globalização, seja com a ampliação das esferas de competição econômica, seja por decorrência dos compromissos internacionais que a integração regional requer. Compromissos esses que estão a desafiar, gradualmente, a sobrevivência do Estado-Nação como manifestação institucional típica do poder soberano.

Como ressaltado anteriormente, essa é uma característica peculiar ao modo de produção capitalista que, desde sua concepção, é um fenômeno transnacional, ainda que originalmente configure-se intrinsecamente associado ao surgimento do Estados-Nação.

c) Aspectos de Integração Regional

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a globalização sobrepõe as estruturas estatais, produzindo como consequência a interação econômica entre distintos Estados. Tal processo, apresenta distintas etapas evolutivas diferenciadas, de tipo ideal, são elas:

a) *Zona de Livre Comércio*, limitada à eliminação recíproca e paulatina dos barreiras alfandegárias, restrições e onerações de comércio.

b) *União Aduaneira*, supõe, além da etapa anterior, a adoção de uma tarifa exterior comum, relativa a terceiros.

c) *Mercado Comum*, se refere, não só à circulação de mercancias, como também a outros fatores de produção, como os serviços, capitais e trabalho.

d) *União Econômica*, além do patamar anterior, supõe a coordenação de políticas macroeconômicas comuns.

e) *União Econômica Total*, regime de união monetária, financeira, social, cuja execução e controle está a cargo de instituições supranacionais, que gozam de poder coercitivo.

Esta tipologia poderá ser utilizada em relação aos distintos processos de integração econômica em marcha existentes atualmente no mundo, como por exemplo, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e do Sistema de Integração da América Central (SICA), entre outros, revelando, de forma sucinta o nível de desenvolvimento atingido, tentando analisar ainda, se o mesmo poderá ser definido como um processo de integração.

Esses processo de integração regional são, também, considerados como um mecanismo de defesa para o Estado-nação frente aos diferenciados desafios impostos em nível mundial, o fenômeno de planetarização da economia, fundamentalmente, para aqueles países que até poucas décadas atrás encontravam-se isolados das transações e competições em diversos patamares das arenas internacionais.

Nesta década nota-se uma acentuada aceleração no calendário dos movimentos integracionistas e das tentativas de implantar políticas industriais e alfandegárias comuns nos países do continente americano. O principal motivo reside na busca de uma maior proteção com relação aos efeitos da globalização da economia. Entretanto, ainda não se sabe, por certo, se os processos de integração regional dificultam a integração multilateral ou, ao contrário, significam um estímulo, já que as economias nacionais sentir-se-ão

estimuladas a participarem de maneira mais ativa projetando-se no cenário de competição internacional.

Outra questão que preocupa os especialistas de assuntos internacionais diz respeito ao futuro das integrações regionais. Interessa saber se a formação de mega-blocos representa uma etapa necessária rumo ao um mundo sem fronteiras, a um sistema global, onde haja um real liberalização, abertura do comércio e eliminação das barreiras e que possua leis universais englobando todos os países candidatos a Organização Mundial do Comércio (OMC), ou, diversamente, significa o isolamento de regiões constituindo-se grandes áreas intercontinentais, cada qual com suas regras e disciplinas constituindo-se minifortalezas que, posteriormente impossibilitem a derrubada de todas as fronteiras.

De acordo com Renato Ruggiero, Diretor geral da OMC um dos grandes desafios para a OMC é *assegurar que os obstáculos nacionais (ao comércio) não sejam simplesmente substituídos por obstáculos regionais*⁸³. Isto é, impedir que alguns países como o Brasil, antes fechados, eliminem barreiras mencionadas em suas leis internas, apenas para restabelece-las futuramente por intermédio do mercado regional. Acredita, o mesmo, que os blocos regionais constituem etapas para um mundo sem fronteiras, contanto que cada bloco não se isole, mas que amplie aos demais países, as mesmas facilidades pertinentes aos países-membros, ou seja, urge que se pratique o *regionalismo aberto*. Caso contrário, *chegaríamos em não mais de 20 ou 25 anos a uma divisão do comércio mundial em duas ou três zonas preferenciais intercontinentais, cada uma com suas próprias normas*

⁸³ ROSSI. Clóvis. *Blocos evidenciam o conflito entre globalizar e regionalizar*. Folha de S. Paulo. São Paulo. 02/11/98. Pesquisa na internet. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/fsp/especial/fj021106.htm>.

*e um regime de livre comércio dentro da zona, mas continuariam existindo obstáculos externos entre os blocos*⁸⁴, diz Renato Ruggiero.

Pois assim funciona o bloco comercial regional: Toda vez que se assina um acordo comercial que tem por finalidade diminuir as barreiras existentes entre determinadas partes, conseqüentemente, são estabelecidas desvantagens para os produtores de todos os seus demais parceiros. E isso pode ser generalizado a qualquer autoridade de qualquer Estado-membro excluído de acordos regionais. Sempre que o Brasil, por ser membro do Mercosul, reduzir as barreiras para produtos uruguaios, por exemplo, os demais parceiros destes países ficarão em situação de desvantagem.

Clóvis Rossi adverte que, *os números do Mercosul, entre 1990 e 1995, anos que podem ser tomados como marcos de sua consolidação, provam a tese: as importações que os quatro países que o integram fizeram de seus parceiros no bloco cresceram, no período, 218%. Já as importações provenientes dos dois outros grandes parceiros do Mercosul aumentaram bem menos: as provenientes da União Européia subiram 172%, e, as do Nafta (EUA, Canadá, México), apenas 150%*.⁸⁵

Esse conflito entre globalização e regionalismo tem se tornado tão sério que vários especialistas têm procurado analisar os supostos riscos que isso pode representar para o comércio em escala internacional: pois, toda vez que os países liberalizam o comércio só com seus parceiros, estão, excluindo os que não fazem parte do *clube local*.

Entretanto, não se sabe ao certo se os *clubes locais* futuramente integrar-se-ão a outros clubes, de forma que, tendam a constituir um mega-bloco, nas dimensões do planeta,

⁸⁴ Idem, ibidem.

⁸⁵ Idem, ibidem.

ou se tendem a fechar-se em três ou quatro grandes conglomerados em gigantesca guerra comercial entre si.

A preocupação da OMC, não é exatamente com o um determinado bloco que está evoluindo em direção à integração regional. É com o propalado casamento entre o que denominam de *iniciativas regionais verdadeiramente gigantescas*, ou seja, as três prováveis hipóteses de mega-blocos, que são:

- 1) o *acordo-quadro* entre a União Européia e o Mercosul, que pretende criar uma área de livre comércio entre os 19 países destes blocos a partir de 2005;
- 2) a intenção de 34 países americanos, excluído Cuba, de fazer o mesmo em igual prazo nas Américas, a Área de Livre Comércio das Américas(ALCA);
- 3) o projeto da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) de instituir uma zona de livre comércio em duas fases, a primeira no ano 2010 e a segunda, em 2020.⁸⁶

O maior risco é o de que cada super bloco se isole impedindo relações entre os demais, o que, favoreceria uma guerra comercial e ainda marginalizaria nações imensas a exemplo da China e Rússia, que, até o momento (1998), estão excluídos desses acordos.

É muito provável que tanto a União Européia como os Estados Unidos estejam, secretamente, empenhados numa disputa para ver quem consegue assinar primeiro o acordo com o bloco sul-americano. No Brasil, por exemplo, também, houve rumores de uma *guerra surda* entre os argumentos favoráveis a ALCA e que defendem a União Européia.

As atuais e mais importantes tendências no comércio internacional não esclarecem acerca de um preponderância do regional sobre o global:

Numa ponta, há uma nítida tendência para a liberalização, refletida nos números da própria OMC: quando, em 1948, foi criado o Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), antecessor da OMC, 23 países estavam presentes. Na primeira conferência da OMC, no ano passado, em Cingapura, já eram 128 os países representados, mais 28 na lista de espera. Mas, simultaneamente à adesão ao organismo multilateral por excelência, explodem os acordos regionais: já são 76 registrados na OMC - entre 1985 e 1990, eram cinco os registrados no Gatt. Daí até 1995, nasceram 33 novos acordos.⁸⁷

No entanto, não foi dada a ordem final, na declarada guerra entre os *clubes locais* e a *aldeia global*.

1.5 – A MOBILIZAÇÃO GLOBAL

Segundo Karl Marx, *ao mesmo tempo que o capital tende, por um lado, necessariamente, a destruir todas as barreiras espaciais opostas ao tráfego, isto é, ao intercâmbio, e a conquistar a terra inteira como um mercado, ele tende, por outro lado, a anular o espaço por meio de tempo, isto é, a reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar ao outro.*⁸⁸

⁸⁶ Idem, ibidem.

⁸⁷ Idem, ibidem.

⁸⁸ MARX Karl. *Manuscripts de 1857-1858 (Grundrisse)* apud ROSSI, Clóvis. Pesquisa na internet. Op. Cit.

Nas fases anteriores do capitalismo, as decisões empresariais e até as tomadas de posições a respeito de investimentos podiam ser efetivadas em semanas ou até meses, dados os recursos tecnológicos. As decisões globalizadas, ao contrário, são tomadas em minutos, a qualquer hora do dia ou da noite, sem observar os fusos horários.

O mercado de trabalho privilegia os profissionais hábeis em tomar das decisões imediatas, como aqueles das grandes bolsas de valores, que decidem sobre compra e a venda das ações em diversos cantos do mundo podendo gerar, rapidamente, impressionantes acúmulos de riqueza, como levar à falência grandes conglomerados econômicos em poucos instantes. A medida do tempo é outra.

Segundo aponta Wilson Ramos Filho, *há uma evidente incompatibilidade entre o tempo dos negócios e o tempo da decisão judicial estatal, o tempo do Direito. Nenhuma empresa mais pode esperar dez anos para ter a solução de um eventual conflito jurídico, sob pena de perda mercado de modo definitivo, e essa é uma das maiores motivações para que parte das elites passe a defender o pluralismo jurisdicional.*⁸⁹

Segundo o citado autor, tempo da *discussão democrática* (dentro do legislativo ou executivo) não mais se ajusta *tempo dos negócios*, fato que propicia a corrupção de estamentos governamentais por parte de mega-grupos econômicos.

Outra grande transformação se revela, também na esfera dos movimentos sociais onde, *as urgências das necessidades coletivas muitas vezes são incompatíveis com o 'tempo' da discussão no parlamento ou com o 'timing' das decisões burocráticas no executivo ou no judiciário. O movimento sindical em todo o mundo, tem claro que é muito*

⁸⁹ RAMOS FILHO, Wilson. Direito pós-moderno; caos criativo e neoliberalismo. In: MARQUES FILHO, Agostinho Ramalho. *Direito e neoliberalismo: elementos para uma cultura interdisciplinar*. P. 90.

*mais fácil aprovar-se determinado direito na correlação de forças direta entre patrões e empregados, ou seja, via contratos coletivos, do que via parlamentar.*⁹⁰

Tanto a moderna concepção da linha de montagem, onde tudo propicia para que a produção seja cada vez mais rápida, em curtíssimo espaço de tempo, como a robótica que dispensa o trabalhador substituindo-o pelas máquinas, garantem a máxima do *time is money*. E o tempo, mais que dinheiro, representa, também poder.

Essa globalização implica dentre outras coisas, o desenvolvimento de uma nova divisão transnacional de trabalho. Tudo o que antes se apresentava como nacional desempenha, agora função global. O capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão internacional do trabalho, o mercado, o planejamento e a violência organizada e concentrada expandem-se por diferentes lugares do mundo.

O fordismo, o toyotismo e outras formas de organização técnica e social do trabalho e da produção caminharam tranqüilamente pelo mapa-múndi, como atualmente transitam empresas multinacionais, corporações e conglomerados.

Simultaneamente, desenvolvem-se as classes sociais em âmbito transnacional. Todos são desafiados pelas transformações dos imaginários tradicionais de referências abertos com a mundialização das relações, processos e estruturas reabrindo uma nova etapa na história.

Assim é que se formam estruturas ou blocos de poder dominantes em escala transnacional, desenvolvendo a globalização pelo alto, desde cima, articulando setores sociais que controlam o poder econômico e político.

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

Enquanto isso, os setores populares são desafiados a ajustarem-se a uma nova realidade social, econômica, política e cultural. É assim que a questão social adquire dimensões globais. As relações de trabalho, condições de organização, técnicas de reivindicação e horizontes de lutas sociais se lançam em nível planetário. Sem esquecer a globalização da questão social complica as intolerâncias e os preconceitos raciais, gêneros, religiosos, relativos a línguas e outros. Os conflitos se multiplicam com os movimentos migratórios transnacionais.

Esta concorrência em nível internacional ocorre, entre todos os países, e não apenas entre *sul e norte* ou entre *oriente e ocidente*, *pobres e ricos*.

Enfim, trata-se de um novo palco da história onde se movem indivíduos, grupos, classes sociais, nações. Aí se manifestam as relações entre capital e trabalho, mercado e planejamento, propriedade privada e coletiva, assalariados e proprietários, mulheres e homens, nativos e conquistadores, negros e brancos, africanos e europeus, orientais e ocidentais, islâmicos e cristãos. As inúmeras identidades e alteridades, diversidades e desigualdades que podem ser vistas como diferentes configurações da metáfora hegeliana do servo e senhor⁹¹. São questões focalizadas na sequência.

CAPÍTULO II – NEOLIBERALISMO: POLÍTICA DA SOCIEDADE

GLOBAL

Estamos vivendo a época da reestruturação do sistema capitalista mundial que impõe, um novo tipo de capitalismo extremo, implantado em escala mundial, graças aos ajustes estruturais, e ao fenômeno da globalização e da homogeneização do mundo pelas vias do mercado, comumente referido como *neoliberalismo*, prática que *sintetiza a ciência econômica global, que informa, fundamenta e organiza os movimentos de capital em escala global. Está na base das atividades do FMI e BIRD (Banco Mundial) assim como de empresas, corporações e conglomerados.*⁹²

São as instituições financeiras mundiais, tais como o FMI, OMC e bancos privados de caráter transnacional que exercem a função reguladora desta fase da globalização neoliberal capitalista. Além disso, interessa notar que o capitalismo funciona com freqüentes crises que podem ser de curta, média ou longa duração e que atingem os países de forma dispar. Todavia, é dos países mais ricos, os centrais, que são exportados, no todo ou em boa parte, os efeitos nefastos das crises, haja vista que são eles os que dominam os recursos financeiros, mecanismos de mercado e produção de mercadorias. É dessa

⁹¹ Ver IANNI, Octavio. *Globalização e neo-socialismo*. P. 5 e ss.

⁹² IANNI, Octavio. op. cit., p. 140.

*maneira que, os interesses predominantes na sociedade global procuram preservar as linhas mestras do capitalismo, e simultaneamente as linhas mestras da acumulação.*⁹³

Seguindo essa linha, neste capítulo, optou-se por inserir a caracterização de tais políticas, situando-as como tentáculos do ideário global. Procura-se partir da perspectiva histórica, na tentativa de redesenhar os caminhos seguidos pelos teóricos neoliberais, principalmente da década de 40, buscando nestes, os pressupostos essenciais de caracterização do neoliberalismo, definitivamente instaurado no mundo a partir dos anos 70. O modo pelo qual foram implantadas tais políticas será delineado seguindo os traços fundantes que esculpem o modelo neoliberal, arcabouço doutrinário da sociedade global. Segue percorrendo a trajetória neoliberal nos países da América Latina visualizando as tentativas autoritárias de aplicação do referido modelo e os conseqüentes os efeitos nefastos da globalização neoliberal capitalista para nossa região.

2.1 – GÊNESE E EVOLUÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL

As últimas décadas do século XIX e início do século XX são consideradas um momento importante para a luta de direitos por parte dos cidadãos. É o momento histórico do surgimento dos direitos de terceira geração, os direitos econômicos e sociais, que são estabelecidos através do Estado. A demanda social consistia na exigência de que o Estado

⁹³ Idem, p. 141.

passasse a intervir junto à sociedade e ao mercado, com o intuito de promover a justiça social.

O mercado passa a ser visto como elemento causador da desigualdade, miséria e marginalização das populações, por isso, é rechaçado. O Estado é invocado a intervir no mercado, organizar as bases da sociedade e determinar os critérios de distribuição de renda, salvaguardando os cidadãos das intempéries do mercado livre.

A marca dominante nesse período histórico é a presença do Estado no campo do mercado. É a onda coletivista do *Welfare State* que perpassa as regiões comunistas, nazistas, fascistas, chegando às sociedades democráticas contemporâneas.

É nesse momento que começa a se delinear, paulatinamente, de forma articulada, uma nova visão do Estado, mercado e dos direitos do homem. Surge, então, a primeira reação à intervenção estatal e, consequentemente, às sociedades comunistas, nazistas, fascistas e democráticas já que todas essas apresentavam tais características.

Assim, a gênese do que viria ser o Neoliberalismo, surge em 1922 com o ataque a super-regulação da economia, descrita por Ludwig Von Mises, através de sua obra, *A Economia Comunal*, vindo a ser esse o primeiro desafio teórico em contraposição à intervenção estatal.

No entanto, o Neoliberalismo surge, de maneira sistemática, depois da Segunda Guerra Mundial, no próprio mundo capitalista da Europa e América do Norte. O seu nascimento remonta ao ano de 1944, data em que Fredrich Hayek, discípulo de Ludwig Von Mises, escreveu o polêmico texto *O Caminho da Servidão* com a pretensão capital de deter a ascensão do Partido Trabalhista inglês, em vésperas de eleição geral, prevendo-se que esse partido efetivamente sairia vitorioso naquele país. A princípio, se manifestou

como uma reação teórico-política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Na verdade, atacava toda e qualquer limitação de atuação do mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade econômica e política.

Em 1947, Friedrich Hayeck convoca seus companheiros, Milton Friedman, Karl Popper, Von Mises, entre outros (adversários do *New Deal* norte-americano e do *nascente welfare state* europeu), para uma reunião, quando fundam uma espécie de franco-maçonaria, a chamada Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça. O objetivo era combater o keynesianismo, as obras inspiradoras do New Deal norte-americano e do estado de bem-estar europeu, e todos os elementos que implicassem a desmercantilização, solidariedade social e coletivismo. Argumentavam que a desigualdade era um fator positivo, ou melhor, imprescindível. Perry Anderson, em seu estudo, *Balanço do Neoliberalismo*, traz essas informações: *aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro*⁹⁴.

Mas, foi com a chegada da grande crise do modelo econômico de pós-guerra, em 1973, quando o mundo capitalista avançado caiu em profunda recessão, combinada com baixos índices de crescimento econômico e altas taxas de inflação, que as idéias do grupo, que contrariavam o consenso oficial da época, passam a ganhar terreno e o Neoliberalismo consolida-se como movimento econômico, político e jurídico.

É nesse momento de grave crise econômica que se percebe, na prática, o florescer da nova direita como importante força político-ideológica.

Nesse sentido, Gilmar Antônio Bedin, aponta que,

*as obras de Mises e Hayek são, a princípio, posicionamentos teóricos individuais, mas, aos poucos, foram sendo socializadas e, já na década de 70, diante da crise fiscal do Estado, passaram a ser a fonte de inspiração e de sustentação da retórica reacionária: menos Estado, mais mercado*⁹⁵.

Os oportunos discursos de Friedrich Hayek e de seus companheiros identificavam as razões da crise do Estado providência e apontavam a direção por onde sair dela. Seu principal argumento estava no poder do mercado. A partir daí, todos os processos que apresentassem obstáculos, limitassem ou barrassem o livre jogo das forças do mercado repercutiriam negativamente na economia e, conseqüentemente, no bem-estar, liberdade e felicidade dos cidadãos, já que nele (mercado) residia a satisfação das necessidades de todos os indivíduos.

Ainda, segundo eles, o intervencionismo estatal, expresso na política keynesiana e nas instituições de bem-estar eram fatores nocivos e que proporcionavam ao mundo aquela indesejada crise.

Além disso, Hayek e seus companheiros afirmavam que as raízes daquela crise estavam localizadas no intervencionismo derivado da democracia representativa, eleitoral e das corporações, principalmente no poder nefasto e excessivo dos sindicatos, pois, o movimento operário havia corroído as bases de acumulação capitalista através de suas

⁹⁴ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. P. 10.

pressões reivindicativas sobre salários e seu instinto parasitário exigia do Estado um aumento sempre crescente nos seus gastos sociais. Eles identificavam nos sindicatos e demais movimentos sociais, a gênese da crise dos Estados providência.

Anderson assevera que *o remédio, então, era manter um Estado forte, sim, mas em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária com a contenção de gastos com o bem-estar e a restauração de uma taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos*⁹⁶.

A chave do progresso, ou seja, a solução mais viável e inteligente para sair daquele momento de angústia, era refazer o mercado, a competição e o individualismo. Conforme Gilmar Antônio Bedin, Friedrich Hayek defende a supremacia das sociedades abertas e todas as suas características peculiares, como a superioridade do mercado, liberdade, individualismo, divisão dos poderes e do Estado de Direito.

Isto, significa, banir a intervenção estatal na esfera econômica, estimulando as privatizações e a desregulamentação de tais atividades. Além disso, prega-se a diminuição das funções bem estar social. A competição e o individualismo seriam fomentados com a desagregação dos movimentos organizados, desarticulando os mecanismos de negociação de interesses coletivos e suprimindo direitos adquiridos. Isso se concretizaria através da flexibilização da relação laboral, e da redução das normas e contribuições trabalhistas fixadas no contrato coletivo. Finalmente, seria necessário combater o igualitarismo, pois a

⁹⁵ BEDIN, Gilmar Antonio. *Os direitos do homem e o neoliberalismo*. P. 88.

desigualdade era mola propulsora da iniciativa pessoal, portanto, da competição existente entre indivíduos e o mercado.

A intervenção do Estado só seria permitida para assegurar o mínimo de condições para aliviar a pobreza e gerar os serviços que a iniciativa privada não tem interesse em fomentar.

Não obstante ao veemente antiestatismo e combate travado contra a política keynesiana, os neoliberais advogam a necessidade de um Estado forte, que assegure através de um marco legal, moldado e propício às necessidades expansionistas do mercado.

Seguindo a mesma linha das afirmações anteriores, Friedrich Hayeck, na famosa entrevista ao jornal conservador chileno, *El Mercurio*, declarou, *que se tivesse de escolher entre uma economia de livre mercado com um governo ditatorial ou uma economia com controles e regulações mas com um Estado democrático, escolheria, sem dúvida, o primeiro.*⁹⁷

Essa foi a opção preferencial seguida não só pelos teóricos do *novo liberalismo*, como também por muitos dos governantes dos vários países do mundo- principalmente da América Latina - durante a implantação de tais políticas. Ou seja, para afirmar a vigência do modo de produção, seria lícito sacrificar qualquer coisa. Desde já, percebe-se a hostilidade com que o tema da democracia é tratado pelos ideólogos capitalistas. Razão pela qual Enrique de la Garza Toledo associa o neoliberalismo ao autoritarismo.⁹⁸

⁹⁶ ANDERSON, Perry. Op. cit., p. 11.

⁹⁷ BORON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. P. 101.

⁹⁸ TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. P. 81.

Mas, é só no final dos anos 70 e início dos 80 que o receituário neoliberal consegue ser aplicado efetivamente conforme a determinação de Friedrich Hayek: um Estado mínimo que deixe livre as forças do mercado, corte os gastos sociais, que seja capaz de executar a desregulamentação da economia, privatizações, aumento da concentração de renda favorável aos mais ricos e tente de eliminar muitas conquistas históricas do trabalhador e do consumidor, ou seja, os direitos econômicos e sociais. De acordo com Gilmar Antônio Bedin, *para Hayek, direitos do homem são os direitos civis e os direitos políticos, ou seja, os direitos individuais. Por isso, suas críticas ao sindicalismo, à previdência social, ao direito à saúde e ao direito à habitação, entre outros desenvolvidos nos últimos capítulos do livro, Os Fundamentos da Liberdade.*⁹⁹

Exatamente em 1979, foram implantadas tais políticas, pela primeira vez, na Inglaterra, pelo Partido Conservador Britânico, o qual, além de eleger 47% dos membros do Parlamento segurando essa bandeira, indicou a pessoa de Margareth Thatcher para chefiar o governo. A experiência inglesa, que mostrou-se como o mais puro modelo neoliberal, haja vista que a *dama de ferro* rezou fielmente nessa cartilha.

Hoje, somam-se duas décadas de governos conservadores e da conseqüente aplicação daquelas medidas neoliberalizantes inicialmente executadas por Margareth Thatcher, posteriormente, por seu sucessor, Jonh Major, do mesmo Partido Conservador, e atualmente, por Tony Blair.

Em 1980, o Partido Republicano dos EUA, implementou tal receituário quando Ronald Reagan assumiu a presidência daquele país. Persistiu em tal caminho com sua reeleição em 1984 e também em 1988, quando elegeu o seu vice-presidente George Bush.

⁹⁹ BEDIN, Gilmar Antônio. op. cit. p. 106.

Quando Ronald Reagan subiu ao poder em 1980, afirmou em um dos seus discursos: *Não temos problema com o Estado, o Estado é o problema!* E essa foi a ideologia de seu mandato. Tanto é que, diante do crescente desemprego estrutural que assolava seu país, naquela época, optou por uma política que impunha verdadeira fragilização, chegando até a destruição dos sindicatos trabalhistas e políticas de emprego. Além disso, optou pela paralisação das políticas de desenvolvimento para os países de Terceiro Mundo. Sem contar que, na prática, não mostrou interesse de implementação de políticas que aliviasse a crise ambiental. Esse foi, sem dúvida, o início de uma das épocas mais agressivas e selvagens da história do capitalismo.

Em 1982, foi a vez da Alemanha, quando da derrota de Helmut Schmidt e seu regime social liberal por Helmut Kohl. E a Dinamarca entrou na *roda viva* no governo de direita de Schuster, em 1983.

Na sequência, quase todos os países da Europa ocidental entraram no mapeamento imperialista neoliberal. Depois a epidemia camuflada em suas variadas versões se alastrou pelos quatro cantos do mundo: América Latina, Austrália, Nova Zelândia, etc.

Como o ideário do referido projeto incluía o anticomunismo como um de seus componentes centrais, o fim da União Soviética deu um novo impulso à conquista da hegemonia.

Nem mesmo os governos do sul europeu, os chamados euro-socialistas, escaparam da onda neoliberal. Assim foi na França de François Mitterrand, na Espanha de González, em Portugal Soares, na Itália com Craxi e na Grécia de Papandreu. Embora, por razões nem sempre idênticas, terminaram, sempre, por aplicar tais receitas: *no início*,

*somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social democracia como inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais.*¹⁰⁰

Aos poucos o neoliberalismo foi se globalizando, chegando aos anos 90 como um modelo a ser seguido por todo o mundo, ou no dizer de Octavio Ianni, *o ideário neoliberal atinge predomínio mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, ordenação da sociedade e visão do mundo.*¹⁰¹

Mas, foi com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fracasso das experiências socialistas, que o chamado *capitalismo total* proclamou o seu triunfo definitivo. Começaram a surgir, em todo o mundo, alguns questionamentos acerca da legitimidade da democracia liberal como sistema de governo, à medida que conquista ideologias rivais. A partir daí, é que passa-se a acreditar que a democracia liberal era *o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a forma final do governo humano*. Ou seja, era chegada a hora de celebrar o *fim da história*. Esse foi o ponto de partida da teoria desenvolvida

¹⁰⁰ ANDERSON, Perry .Op. cit., p.14.

¹⁰¹ IANNI, Octavio. A sociedade global. P. 59.

detalhadamente por Francis Fukuyama¹⁰², em sua obra, a qual o tornou mundialmente conhecido: *O fim da história e o último homem*.

O polêmico autor vai sugerir *o fim da história* como processo único, coerente e evolutivo, considerando a experiência de todos os povos em todos os tempos e não como fim dos acontecimentos: *Está em funcionamento um processo fundamental, que determina um padrão evolucionário comum para todas as sociedades humanas – em resumo, algo como uma História Universal da humanidade na direção da democracia liberal*.¹⁰³

Francis Fukuyama cita Hegel e Karl Marx para justificar que a história se processou dialeticamente através das contradições existentes entre os regimes democráticos-liberais e totalitários. Por fim, baseando-se, em fatos históricos e no número de democracias instaladas em países de todo o mundo, o autor sustenta a hipótese da direcionalidade da História. De acordo com o seu posicionamento, *se chegamos hoje a um ponto em que não podemos imaginar um mundo essencialmente diferente do nosso, no qual não exista nenhuma perspectiva visível ou óbvia de que o futuro representará uma melhora fundamental da ordem atual, então devemos tomar também em consideração a possibilidade de que a própria História tenha chegado ao fim*.¹⁰⁴

É com essa justificativa ideológica do *fim da história* que o neoliberalismo ganha terreno e começa a combater qualquer outra tentativa de uma busca de alternativa fora do seu esquema. Essa solução homogeneizadora vai romper com todo e qualquer tipo

¹⁰² O norte-americano Francis Fukuyama nasceu em 1952 e diplomou-se nas Universidades de Cornell e Harvard. A partir de 1989 começa a sugerir que existem dois tipos de forças que vão induzir a ação humana: “a lógica da ciência moderna”, pela qual, os homens são induzidos a perseguirem - segundo um processo econômico racional – um horizonte de desejos em contínua expansão; e a outra, “a luta pelo reconhecimento”, que vem a ser o “motor da história”. Para o autor, essas duas forças, vão promover a derrocada de todos os tipos de tirania e incitar à fundação das democracias liberais que desencadearão, assim, o fim da história.

¹⁰³ FUKUYAMA. Francis. *O fim da história e o último homem*. P. 81.

¹⁰⁴ Idem, p. 82.

de pluralismo de sistemas e de respostas, ao passo que prega a existência de um só mundo e não mais de diversos mundos.

Em outras palavras, isso corresponde à tese do fim da história: a partir do momento em que nega à humanidade a possibilidade de outra via, que não a dos mercados, percebe-se a emergência de um novo tipo de totalitarismo na história mundial. Pois, se não há outra alternativa, não há liberdade. Se não há mais o que escolher, instala-se, uma prática totalitária que se mascara com o nome de *novo liberalismo*.

Se outras alternativas não podem ser pensadas, tampouco podem ser realizadas. O mais perverso é que, desta vez, não se trata de uma alternativa classista. Se trata de uma alternativa imposta de cima para toda a sociedade.

2.2.- A TRAJETÓRIA NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA

O “desenvolvimentismo” latino-americano das décadas de cinquenta e sessenta via como necessária a presença do Estado na sociedade, haja vista que o mercado, apesar de sua capacidade auto-reguladora, não conseguia responder as expectativas da população, tampouco assegurar o desenvolvimento, solucionando os graves problemas sócio-econômicos da região. Ou seja, ao Estado é imputado um papel-chave no sentido de promover desenvolvimento econômico e social.

No entanto, a partir dos anos 70, principalmente, a situação se inverte. Começam a generalizar denúncias agressivas contra o papel regulador do Estado na

sociedade moderna. Forma-se uma crença de que o Estado-nação é o culpado de todos os problemas.

Essa negativização da função estatal apresenta, na verdade, outra face: a de que o mercado era a solução para todos os males. O mercado passa a ser considerado uma instituição perfeita, cuja afirmação é o suficiente para que desapareçam os problemas.

No entanto, essa ideologia não era apenas proveniente de setores da burguesia. O próprio Estado começa a disseminar e promover essa idéia através da implantação das políticas neoliberais. Os portadores de tais discursos são, tanto os setores públicos, liderados por chefes de Estado, parlamentos, bancos centrais, como os setores privados, enunciados pela empresas transnacionais, além de entidades internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Como foi dito anteriormente, o primeiro país a aplicar as leis neoliberais foi a Inglaterra. No entanto, o laboratório onde se realizou a primeira experiência sistemática do novo liberalismo a ser implantado nos países europeus do ocidente, foi o Chile, ainda nos anos 70, durante a ditadura Pinochet.

A partir daí, inicia-se uma fase, em que, começam a aparecer, as ditaduras militares apoiadas na doutrina de segurança nacional, que vão legitimar o terrorismo de Estado em nome dessa ideologia anti-estatista.

Mas, a presença das força armadas na região latino-americana, em geral, não significa a existência de Estados fortes. Pelo contrário. Este é o resultado de um débil desenvolvimento de um Estado que, por ser incapaz de cumprir suas funções básicas, invoca o aparelho repressivo demasiadamente grande, para suprir aquela incapacidade.

Provando tal assertiva, pode-se relembrar o caso do general Augusto Pinochet que, banuiu a democracia chilena a ferro e fogo e instaurou uma das mais sanguinárias ditaduras depois do pós-guerra. E, como a democracia era um valor descartável – e incompatível com a liberdade considerada essencial – aos olhos de Friedrich Hayek e Milton Friedman, o plano-piloto chileno foi executado com toda intensidade.

De acordo com Perry Anderson, foram essas as medidas tomadas:

*desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos mais ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra.*¹⁰⁵

A segunda cobaia, desta vez para servir de modelo para o oriente pós-soviético, também foi outro país latino-americano: a Bolívia, em 1985 pelas mãos de Jeffrey Sachs que aperfeiçoou o seu tratamento de choque preparado para o governo do general Banzer. Mais uma vez a o rechaço à ordem democrática constitui-se fator importante para execução de tal tarefa.

Essa ideologia anti-estatista, tendência que começou nos anos 70, através da ditaduras de segurança nacional, se propaga até nossos dias, apesar dos processos de democratizações.

O que, no dizer de Hinkelammert,

¹⁰⁵ ANDERSON, Perry. Op. cit., p. 19.

*Tratam-se de verdadeiros totalitarismos que em nome do mercado total propagam o desmantelamento do Estado, e que justificam seu terrorismo de estado em nome da pretensa necessidade da desapareição ou minimização deste. A ditadura de Augusto Pinochet foi um sistema anti-estatista deste tipo (...) que também esteve presente igualmente na ditadura militar argentina e uruguaia, apareceu no Brasil, e na atualidade tem uma vigência visível em todas as sociedades de América Central.*¹⁰⁶

A adoção desse receituário não ocorreu simultaneamente, tampouco seguiu a mesma trajetória nem o mesmo ritmo em todos os países, devido às peculiaridades políticas existentes em cada um deles.

Neste sentido, assevera Asa Cristina Laurell:

*Inclusive os casos exemplares como o Chile e o México, por exemplo, apresentam diferenças pelo o fato de o processo chileno já ter passado pelo período de amadurecimento, enquanto que o mexicano ainda não se encontra plenamente consumado. Apesar destas reservas, há elementos que permitem sustentar a ocorrência de ensaios neoliberais na maioria dos países da região nos últimos 15 anos.*¹⁰⁷

¹⁰⁶ HINKELAMMERT, Franz. Op. cit., p. 65.

¹⁰⁷ LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. P. 166.

Além disso, se existiram os casos considerados *sui generis* do *novo liberalismo* nos países latino-americanos, é correto dizer, também, que esta versão apresenta diferenças consideradas cruciais em relação aos projetos europeu e norte americano. Pois, aqui é aplicada a versão mais ortodoxa, com duras medidas de caráter econômico e social, o que pouco se vislumbra nos países de capitalismo avançado. Nesta região, nota-se uma maior retração do Estado nas esferas econômica e social, e também presencia-se um agigantamento do mercado passando a ocupar as brechas abertas pelo Estado-Nação.

É importante recordar, ainda, que em 1989, durante o *Consenso de Washington*¹⁰⁸, ocasião em que o governo norte-americano juntamente com o FMI, Banco Mundial e BID reuniram-se objetivando avaliar implementação dessas reformas estruturais na nossa região, elogiou-se caminho utilizado pelos nossos governos para implantar tais ajustes, com exceção feita, até aquele momento ao Brasil e ao Peru. Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal, insistentemente recomendada, como condição para conceder cooperação externa, bilateral ou multilateral.

Esse receituário imposto através do Consenso de Washington, constituiu-se em mais um mecanismo de pressão econômica feito aos países latino-americanos. Na verdade, alguns autores consideram como uma versão mais sofisticada das antigas políticas colonialistas de *open door* nas quais se apelava, claramente, à força no sentido de abrir os portos de países amigos.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Existe uma ampla bibliografia acerca do tema. Uma das mais interessantes, no entanto, está em BATISTA, Paulo Nogueira. Caderno da dívida externa. São Paulo, n. 6, Pdex, 1994.

¹⁰⁹ Naom Chomsky em entrevista concedida ao Jornal da Tarde afirma que: “o Consenso como o ponto de vista das grandes empresas transnacionais, instituições financeiras, do governo dos Estados Unidos, que é mais ou menos o representante delas, e do Banco Mundial que é dominado por essas instituições. Eu acho que é o que a imprensa financeira internacional chama de ‘governo mundial de fato’. Talvez eles estejam

Como dito antes, a aplicação do receituário neoliberal requer medidas fiscais regressivas, arrocho salarial, uma considerável margem de desempregados e subempregados. Além disso, impõe estratégias concretas de atuação que são: eliminação dos gastos sociais, direcionando-os, apenas, a programas seletivos contra a pobreza, privatização de empresas públicas e descentralização.

A privatização é elemento chave pois, a partir dela, os governos abrem espaço à atuação do mercado, deixando nas mãos do setor privado todas as operações rentáveis. Contudo, existe um discurso, uma propaganda claramente fundamentada nessa ideologia, que o setor público lança mão para tornar a avalanche de privatizações como algo socialmente aceitável. Uma das justificativas é a crise fiscal do Estado que imporá um “desfinanciamento” das instituições públicas o que se traduz na falta de qualidade do serviço público.

É nesse sentido que, Asa Cristina Laurell desmascara essa justificativa privatizante, afirmando que: *convém destacar que a crise fiscal dos Estados latino-americanos não se deveu, como se insinua, a gastos sociais excessivos, mas basicamente à questão da dívida pública, provocada por mudanças nas relações econômicas nacionais e internacionais. Assim, técnicos da ONU calculam que a taxa de juros da dívida externa aumentou nos anos 80 de 4 para 17%, levando-se em conta a queda nos preços dos produtos de exportação dos países subdesenvolvidos.*¹¹⁰

exagerando, mas é o que se publica no Financial Times de Londres. Eles estabeleceram o Consenso de Washington. É NA SUA GRANDE PARTE UMA FRAUDE. Não há realmente nada de novo a respeito. São mais ou menos os mesmos princípios que os britânicos impuseram à Índia, quando este era o maior centro fabril do mundo. A Grã-Bretanha teve de destruí-la para se erguer e impôs o que atualmente chamamos de princípios neoliberais”. Pesquisa na internet. Endereço: <http://www.jt.com.br/caderno/sa1130a.htm>

¹¹⁰ LAURELL, Asa Cristina. Op. cit., p. 168.

O advogado João Luis Duboc Pinaud - um dos maíores importantes estudiosos do assunto da dívida externa e das privatizações brasileiras – aponta para o fato de que:

a privatização da empresa pública no Brasil é etapa final do sucateamento do Estado brasileiro. Sua prática nunca é nitidamente exposta. Durante o regime militar eram decretos sigilosos para endividar criminosa e impunemente o país, comprometendo a soberania nacional. Atualmente, o governo neoliberal do senhor Cardoso, os interesses dos grupos internacionais e dos prepostos nacionais são ideologicamente mascarados, com satisfação e “charm” para que o povo não possa identificar prontamente suas reais necessidades e, em consequência, localizar seus inimigos. Assim é que as idéias de globalização e privatização são vendidas e executadas num Brasil onde convivem, por exemplo, minorias enricadas e multidões empobrecidas, latifúndios e legiões de sem terra, onde os carros dormem em edifícios-garagem e nas ruas, os sem teto.¹¹¹

O resultado em toda a latinoamérica é sempre mesmo: o assustador empobrecimento da população e uma gritante polaridade social onde figura-se, de um lado, os incluídos (ricos), e de outro, os excluídos ou sobrantes (pobres). E essa situação envolve praticamente a maioria da nossa população.¹¹²

¹¹¹ PINAUD, João Luis Duboc. Op. cit., p. 293/4.

¹¹² Cerca de 50% da população latino-americana encontra-se dentro do conceito restritivo de pobreza, ou seja, não têm satisfeitos o mínimo necessário em relação à alimentação, moradia, saúde, habitação. In: LAURELL, Asa Cristina. Op. cit., p. 167.

Diante desse impacto social, e temendo reações mais efetivas por parte das populações, muitos governos foram *obrigados* a mudar seus discursos, negando cinicamente que seus mandatos tenham inspiração neoliberal, como é o caso de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil. Esse também é o caso do México, onde seu governo denomina-se *liberal-social*.

Além disso, organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), juntamente com os governos nacionais, em virtude do agravamento das questões sociais em nossa região, têm aparentado uma certa preocupação com os efeitos dos ajustes estruturais. Situação que os levou a implementarem programas estatais objetivando garantir níveis mínimos de educação, saúde, e alimentação para populações carentes afim de aliviar a pobreza. No entanto, devido aos poucos recursos destinados a esses projetos e à manipulação discricionária pelos chefes dos executivos, percebe-se que a intenção é assegurar clientela política e garantir votos, já que *ao invés de produzir um desenvolvimento social, o sacrifica, já que os programas públicos de subsídio aos pobres proporcionam-lhes menos benefícios que a seguridade social solidária*¹¹³.

Mas há outro aspecto a ser considerado interessante quando se discorre a respeito da implantação das política neoliberais na América Latina. É que, como suscitado anteriormente, as primeiras tentativas de aplicação do receituário neoliberal nesta região foram executadas através das regimes militares e do uso do terrorismo de Estado que, depois de eliminar os processos democráticos destas sociedades lhes impunham a efetivamente tais medidas.

¹¹³ Idem. P. 175.

No entanto, a história recente contradiz o passado. Nas últimas eleições presidenciais da Argentina, Brasil, Peru, Bolívia, etc., os candidatos declaradamente neoliberais foram eleitos e até reeleitos, o que lhes confere uma aura de representatividade e credibilidade mais difícil de ser enfrentada, especialmente, no Brasil, quando se tratam de autoridades provenientes dos meios acadêmicos e/ou que resistiram à ditadura. No caso brasileiro, esse fato foi efetivamente presenciado nas urnas. Foram três vitórias eleitorais: Fernando Collor de Mello, em 1989 e Fernando Henrique Cardoso 1994 e, posteriormente, em 1998. O que significa um triunfo inequívoco da ideologia neoliberal.¹¹⁴ A cada eleição, torna-se mais claro que caminha-se rumo à construção de um *consenso social*.

Inclusive há de ressaltar que foram essas elites neoliberais, estimuladas e dirigidas pelo governo norte-americano, juntamente com o FMI e o Banco Mundial, que se comprometeram com o projeto de restauração da democracia formal na região. O que leva a afirmar, ainda, que a democratização vai funcionar com um duplo objetivo: tanto como mecanismo reconstrutivo e adaptador das necessidades da hegemonia globalizante, como mecanismo de refrear insatisfações políticas e ideológicas provenientes da crise social gerada pelo projeto neoliberal.

Tendo por base esta situação, Eduardo Saxe-Fernández afirma que *o novo tipo de democracia que se instala é oligárquico. Excluem-se amplos setores sociais da participação política organizada, para dar margens de manobra ao bloco hegemônico e às elites políticas, que empreendem processos econômicos devastadores para esses setores*

¹¹⁴Em entrevista concedida à revista ESQUERDA 21, ano 1, nº 2, fevereiro/1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso nega ser neoliberal, embora, 'coincidentemente', as idéias que defendia naquela oportunidade não o afastassem de tal aporte teórico. Atualmente, dois anos após, apesar das privatizações, do

*sociais excluídos – como também para a própria nação. Os interesses nacionais dos Estados Unidos articula-se diretamente na América Latina mediante essas ‘reformas neoliberais democráticas’, sendo México o exemplo paradigmático.*¹¹⁵

Seguindo esta mesma linha argumentativa, o citado professor ainda acrescenta que, através da noção de democracia os Estados Unidos promovem internacionalmente seus interesses, independente do conteúdo democrático real que tenham os processos em determinados países, como no caso mexicano. Ou seja, efetivamente, todos os países que recebem apoio norte-americano são considerados por estes, democráticos. O mesmo não acontece, por exemplo, em relação às nações inimigas de Washington, pois são consideradas por esses, como ditaduras. Um exemplo disto é a Nicarágua onde *os processos eleitorais montados pelo ‘somozato’ sempre foram respaldados pelo governo norte-americano*¹¹⁶. O contrário se sucedeu quando o candidato sandinista venceu as eleições presidenciais, na década de oitenta, ou quando *Salinas, o PRI, a embaixada dos Estados Unidos e a IBM fraudaram as eleições em que Cuauhtémoc Cárdenas sairia o vencedor em 1988*¹¹⁷. Esse jogo também foi utilizado pelos norte-americanos durante a última fase da Guerra Fria, em relação aos aliados da então União Soviética, diante da América latina, quando o órgão de inteligência dos EUA desestabilizou o regime nacionalista da Nicarágua.

arrocho salarial, do descaso com trabalhadores e servidores públicos, etc. FHC, continua declarando não ser neoliberal.

¹¹⁵ SAXE-FERNÁNDEZ, Eduardo & BOURGEOIS. El ‘globalismo democrático neoliberal’ y la crisis latinoamericana. P. 116.

¹¹⁶ SAXE-FERNÁNDEZ, Eduardo. Op. cit., p. 117.

¹¹⁷ Idem, ibidem.

A propaganda utilizadas pelos neoliberais em épocas de campanhas, para se instalarem na região está sempre calcada nas necessidades de universalizar a liberdade econômica e o conseqüente domínio do mercado capitalista, inclusive, em nível da política. Os candidatos proclamam ter a solução para todos os problemas resultantes do intervencionismo antidemocrático de Estado, ou seja das ditaduras militares. Assim é que realizaram propagandas eleitorais do *estilo político pós-moderno* que foi popularmente denominado de *efeito fujicollor* para referir-se aos casos de Fujimori y Collor de Mello e a uma marca de filme fotográfico. Segundo Eduardo Saxe-Fernández, se trata de um estilo deslumbrante na imagem que, na realidade não corresponde ao que foi retratado no período de campanha. Isto significa que o populismo eleitoral dos neoliberais se transforma rapidamente em elitismo no momento em que ascendem ao poder político.

Em quase todos os países latinos, nota-se a presença de governantes neoliberais eleitos popularmente, invocando o discurso da liberdade e o fim dos terrorismo de Estado. Entretanto, essa liberdade revela-se apenas em nível econômico o que permite-se afirmar o fato de que a democracia está muito longe de ser alcançada, pois em lugar das ditaduras militares instalou-se a ditadura do mercado¹¹⁸.

Os discursos hegemônicos propagam e alimentam a idéia de que a eleição desses governo pela maioria da população significa, inevitavelmente, a chegada da democracia. No imaginário coletivo e jurídico foi, erroneamente, instalada a noção de que o processo democrático consiste em procedimentos impecáveis para eleger mandatários e representantes; desta forma, juristas geniais dedicam-se a formular delicadas,

¹¹⁸ Este assunto, a ditadura do mercado, será explicitado mais detalhadamente no próximo capítulo.

*complicadas e prolixas leis que garantam a democracia. Mas na realidade nunca atendem a opinião e, tampouco, os interesses dos cidadãos.*¹¹⁹

Particularmente, no atual caso brasileiro, diante da análise nossa da realidade, tem razão Guillermo O'Donnell, quando afirma que vivemos em uma chamada *democracia delegativa*. Para esclarecer a terminologia ele discorre sobre as suas características:

*a) surgimento de tendências plebiscitárias nos processos eletivos; b) personalização e concentração de poder no Executivo; c) sistemas multipartidários e fragmentados, não permitindo a formação de coalizões políticas capazes de governar; d) relações conflitivas entre o Executivo e o Legislativo, com forte ingerência sobre a ação do judiciário, dificultando o seu funcionamento; e) crise econômica e social extremamente profundas*¹²⁰.

Por isso afirma-se que a transição política brasileira rumo `a democracia constitui um processo lento, de difícil realização. Estamos mais próximos de uma liberalização do que de uma democratização. Restam ainda profundas transformações políticas, econômicas e sociais para caracterizar um processo de democratização¹²¹. Hoje não se combate mais uma ditadura militar mas um outro tipo de ditadura. Um sistema que, ao justificar-se pela necessidade de manter a estabilidade econômica, utiliza diversos meios

¹¹⁹ CORREAS, Oscar. El neoliberalismo en el imaginario jurídico. In MARQUES, Agostinho et alii. Op. cit., p. 2.

¹²⁰ O'DONNELL, Guillermo *apud* BORGES FILHO, Nilson. *Os militares no poder*. P. 134/5.

¹²¹ Ora, como falar em democracia em países onde a desigual distribuição de renda são consideradas abusivas? Sem falar nos alarmantes índices de analfabetismo, do desrespeito aos direitos humanos e de políticas de exclusão social que atacam os direitos da maioria da população e desmantelam o Estados. A tão cobiçada democracia se vê manchada pelo sangue dos trabalhadores que, ao lutar por um pedaço de terra, são brutalmente assassinados pelo braço armado do Estado, sem que, ao menos, os governos reajam com políticas efetivas. No entanto, agem, com impressionante rapidez – no caso brasileiro - para suprir os rombos de bilhões de dólares do sistema financeiro. Enquanto isso, milhares de crianças morrem de inanição, o que revela o desprezo à vida. Enquanto isso, o governo FHC transita com desenvoltura nos coquetéis de

não democráticos, ainda que menos perceptíveis para muitos, como por exemplo, a manipulação da mídia, o fisiologismo, a cooptação do judiciário e a edição sistemática de medidas provisórias.

Ou seja, mesmo depois de diversos pleitos, a conclusão é que eleições, por si só, não são suficientes para caracterizar normalidade institucional.

Quando se analisa o caso latino-americano, percebe-se uma generalização dessa situação, ou seja, de falsas transições e falaciosas democracias. Mas isto tem uma razão de ser. É o que percebe Rui Mauro Marini ao afirmar que esse processo de *redemocratização*, na verdade, *constitui-se na ofensiva utilizada pelos Estados Unidos para, ao invés de enfrentar a crise internacional em que está passado o capitalismo, reestruturar a economia mundial em proveito próprio.*¹²²

Ainda sobre o sistema democrático, Chomsky acrescenta que:

se 'democracia estilo americano' significa um sistema político com eleições realizadas regularmente, mas sem nenhum reto significativo ao governo dos negócios, então os políticos dos Estados Unidos sem dúvida anseiam vê-la estabelecida por todo o mundo. Consequentemente, a doutrina não se vê corroída pelo fato de que é insistentemente violada por outra interpretação do conceito de democracia, entendido como um sistema no

gala da diplomacia entregando nossas riquezas naturais. Do mesmo modo em que a Amazônia, os ecossistemas e os parques naturais do Brasil continuam em acelerada degradação.

¹²² MARINI, Rui Mauro. *América Latina: democracia y integración*. Caracas: Editora Nueva sociedad. apud Saxe-Fernandez. Op. cit., p. 118.

*qual os cidadãos podem representar um papel significativo no manejo dos assuntos públicos.*¹²³

Interessa observar, portanto, que a aplicação do neoliberalismo nessa região impulsiona a reestruturação das instituições políticas desses países de acordo com as necessidades dos interesses norte-americanos. A América Latina ocupa uma posição cada vez mais marginal na decisiva e complexa economia internacional, ao mesmo tempo em que se torna imprescindível aos Estados Unidos, sua sobrevivência internacional, como potência. O resultado dos programas e políticas neoliberais, hoje se pode constatar através da catastrófica e crescente marginalização e subsidiarização políticas internacionais.

De toda a análise, deduz-se que a efetivação de tal receituário tem ocasionado efeitos decisivamente nocivos à região, ao passo que obstrui o caminhar dos processos de democratização, colaborando para acirrar o problema do subdesenvolvimento de seus países, e conseqüentemente, aumentar a dependência externa. Em nível interno, a exclusão social alastra-se vertiginosamente por amplos setores das sociedades, principalmente naqueles historicamente alijados de todas e quaisquer oportunidades de participação política e de ascensão socio-econômica, e é onde o problema torna-se mais latente. Até por que essas populações, principalmente indígena e negra são aquelas tradicionalmente marcadas por um passado de desigualdades, fato que torna mais difícil romper as amarras da exploração.

Para sanar tais problemas entende-se imperativo que sejam realizadas políticas econômicas e sociais (mercado regulado, Estado intervencionista e justiça social, democratização dos poderes executivos, mecanismo de integração social em benefício dos

¹²³ CHOMSKY, Noam. *Detering democracy*. P. 331. *Apud* SAXE-FERNÁNDEZ. Op. cit., p. 118.

excluídos, etc.). Na verdade, o conveniente é que estes mínimos sejam exigidos mundialmente. Este seria um passo para promover transformações mais aprofundadas na sociedade mundial. Nenhuma sociedade se transforma sem que relações novas de produção tenham sido introjetadas no seio da velha sociedade.

2.3 - O PAPAEL DAS ELITES

Em salvaguarda, principalmente, de seus interesses econômicos, a classe burguesa levanta a bandeira do anti-estatismo, do não intervencionismo e da denúncia e perseguição aos movimentos populares. Esse anti-estatismo, justificado pela defesa do mercado sem limites, transforma a sociedade burguesa em militarista, já que, quando impõe seus preceitos universais, utiliza da violência policial e militar como instrumento viabilizador. E foi assim que, na América Latina, foram instalados os regimes totalitários de Segurança Nacional.

Franz Hinkelammert, ainda, acrescenta que:

Hoje vivemos a fantástica união do triunfalismo burguês combinado com seu anti-estatismo extremo. 'Fim da história' é seu grito. A ambigüidade do lema revela a ambigüidade da sociedade burguesa atual. De fato, esse fim da história pode ser muito bem o fim da humanidade e do planeta. Os atuais discursos da burguesia são sumamente parecidos aos dos socialistas estalinistas no congresso da vitória do Partido Comunista

*em 1927. O mesmo falso 'hegelianismo', a mesma segurança de que já não pode haver um passo atrás, a mesma decisão em nome de todos.*¹²⁴

Vale ressaltar que, diante de tais circunstâncias, pode-se utilizar a categoria gramsciana de *Revolução Passiva*, (o que demonstra a universalidade do intelectual italiano) para se compreender melhor a maneira pela qual têm sido impostas às sociedades de todo o mundo, as políticas neoliberais.

O maior estudioso de Gramsci no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, apresenta algumas características do conceito de 'Revolução Passiva': *deve sublinhar, antes de mais nada, que um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir de "baixo", jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da "restauração" (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação e radical de "baixo para cima") e o da "renovação" (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes).*¹²⁵

Ainda assim, Carlos Nelson Coutinho acrescenta que a categoria de *transformação pelo alto*, e seus dois momentos característicos, enunciados por Gramsci, pode ser utilizada para esclarecer várias situações ocorridas na esfera política e social brasileira, como, por exemplo, a instauração ditadura de Vargas em 1937, a ditadura militar pós-64, e até, de modo mais geral, todo o processo de transição do nosso país à modernização capitalista.

¹²⁴ HINKELLAMERT, Franz. *Cultura de la esperanza y sociedad sin exclusión*. P. 99.

¹²⁵ COUTINHO, Carlos Nelson: *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. p. 122.

Em outras palavras, as transformações ocasionadas na nossa sociedade de capitalismo periférico ocorreram apenas por iniciativa das classes dirigentes estabelecidas no poder (elites originárias de setores da burocracia civil e militar), sem nenhuma participação popular.¹²⁶

A burguesia nunca teve a intenção de aglutinar os setores populares em torno de suas pretensões, como aconteceu na revolução francesa orientada pela classe jacobina.

Essas elites tiveram e têm um papel fundamental na implantação das políticas neoliberais em todo o mundo. Elas são encarregadas de conduzir o Estado mínimo, mas forte, montando um sistema burocrático centralizado em seus interesses, apoiado em *aparelhos repressivos de Estado* intensamente articulados, formando uma nação sem a presença de identidade nacional e consequentemente sem voltar atenção aos anseios da população como um todo, apenas representando as ambições do mercado e da própria classe burguesa.

Franz Hinkelammert, em seu texto *Sociedad sin exclusión* assevera que, reduzir a sociedade civil à classe burguesa, significa, irremediavelmente, identificá-la ao mercado. Desta forma, as relações sociais da sociedade civil passam a ser vistas como relações mercantis, fazendo com que outras relações sociais se tornem secundárias e, inclusive, desnecessárias. Para esse autor, *a sociedade civil identificada com o mercado se vê frente a um Estado desnecessário que, por isso, tem de abolir. Se sobrevive, é em nome de Estado mínimo, inevitável, que assegura o direito da propriedade privada e o cumprimento dos contratos. Se trata de um Estado essencialmente repressivo; outra função, não tem. Se*

¹²⁶ Sobre as categorias de Gramsci, aplicadas à realidade brasileira ver: COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. P. 103-127.

*trata de uma visão maniqueísta da sociedade, na qual, o mercado é o único pólo legítimo de atuação, enquanto que o Estado é algo que sobra. Consequentemente, não há funções do Estado fora das de ser um guardião repressor do direito burguês.*¹²⁷

Na verdade, o que a burguesia vai instalar através do Estado repressor, é o totalitarismo do mercado, o qual vai substituir outros tipos de totalitarismos anteriores. Se trata de uma ideologia que permite justificar cegamente a dinâmica dos mercados sem considerar as conseqüências sobre o ser humano e a natureza; já que não se assenta em direitos humanos e ambientais, prática imprescindível para sustentar o capitalismo total.

É certo que o programa neoliberal apresentou um êxito relativo às propostas de seus ideólogos nos itens de deflação, aumento de lucros das empresas, principalmente das transnacionais, atingindo duramente o movimento sindical, aumentando os níveis de desemprego e achatando salários, mas não conseguiu ampliar as taxas de crescimento nem reanimar o desenvolvimento capitalista de modo estável. Porém, a vitória ideológica do neoliberalismo não fez diminuir o peso do *welfare state*, apesar de todas as medidas para conter os gastos sociais:

embora o crescimento da proporção do produto bruto nacional consumida pelo Estado tenha sido notavelmente desacelerado, a proporção absoluta não caiu, mas aumentou, de mais ou menos 46% para 48% do PNB médio dos países de OCDE durante os anos 80. Duas razões básicas explicam este paradoxo: o aumento dos

¹²⁷ HINKELAMMERT, Franz. Op. cit., p. 72-73.

*gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões.*¹²⁸

Fato curioso é que a região do capitalismo que apresentou maior índice de prosperidade nos últimos 20 anos é também a menos neoliberal que são as economias do extremo oriente - Japão, Formosa, Singapura, Malásia.

Perry Anderson, conclui seu texto, apontando para a hegemonia quase que absoluta de tal ideologia nos dias atuais, mencionando que:

economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas

¹²⁸ ANDERSON, Perry. Op. cit., p. 16.

*para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.*¹²⁹

O que se pode notar, com bastante clareza, é o fato de que o neoliberalismo não foi capaz de cumprir suas promessas e vive às custas de contradições que, aos poucos, vão se tornando fatais. Enrique de la Garza Toledo elenca algumas razões pelas quais não foram realizados os principais vetores de atuação de tais políticas, principalmente a liberdade e igualdade no mercado:

1) Se, por um lado, há um crescimento importante da economia, uma decréscimo das taxas dos juros, devido aos planos de ajustes econômicos, por outro lado, são reforçados os mecanismos que geram polaridade social – incluídos e excluídos¹³⁰ – em nome de tal estabilidade. O referido autor acrescenta, ainda, que *as grandes corporações do capital se fortaleceram e a suposta igualdade econômica se transformou numa caricatura. Segundo, porque dispersão e a perda de identidade de sujeitos sociais, o “salve-se quem puder” não elimina a existência de classes sociais e o surgimento de novos sujeitos com identidades pós-neoliberais.*¹³¹

2) Para que a liberalização dos mercados ocorra e seja eficaz é imprescindível que haja uma rigorosa política salarial que, por sua vez, provoca a queda dos salários dos trabalhadores. Isto é, a força de trabalho se desvaloriza, o que também contribui para uma polarização social.

¹²⁹ ANDERSON, Perry. Op. cit., p. 23.

¹³⁰ Inclusive, pode-se ouvir clamores de diversos setores das sociedades rogando pela atenuação dos ajustes haja vista o caos social que se transformaram alguns países como Peru, Brasil ou Bolívia.

¹³¹ TOLEDO, Enrique de la Garza. Op. cit., p. 84.

3) A ruptura de pactos corporativos provoca uma determinada liberdade imprescindível para o bom andamento do mercado. Ao mesmo tempo, este fator induz a formação de grupos de pressão.

2.4. O ESTADO NEOLIBERAL

Com referência a polêmica questão da implantação das políticas neoliberalizantes, o professor mexicano, Enrique de la Garza Toledo, manifesta-se afirmando que não há um Estado Neoliberal puro e que, realmente, não existe e nem vai existir nunca. O neoliberalismo que há em nossas sociedades, segundo ele, não é outra coisa, senão, *o estado do grande capital que, por meio da derrota da classe operária, impôs rupturas ou limitações aos pactos corporativos do pós-guerra: implantou uma nova disciplina fabril e uma austeridade salarial. Também nos gastos sociais; e descontou sobre os trabalhadores os custos da crise. A derrota proletária foi econômica e política, mas também ideológica, onde o keynesianismo e o marxismo estão desprestigiados, e a intervenção estatal virou sinônimo de ineficiência, inflação e privilégios.*¹³²

Dada sua debilidade, pode-se dizer o Estado neoliberal que seria *quase* uma ficção. Nesse tipo de sociedade, os atores preponderantes não são mais os partidos (como o Estado Liberal), os sindicatos (*welfare state*), ou os interesses particulares-privados, de uma elite anacrônica, patrimonialista, mas as chamadas *instituições da sociedade civil*

¹³² Idem, *ibidem*.

organizada, haja vista que o seu alicerce passa a ser composto pelas organizações complexas a que pertencem as sociedades pós-modernas.

E, ainda, além da violência inerente a essa nova formação econômica e social, que gera cada vez mais o que Tarso Genro chama de *sobrantes*, agudizando os grandes problemas sociais da América Latina, este modelo de Estado é extremamente repressivo contra os movimentos que desacetam a *ordem*.

O professor Estevão Riegel, tentando elencar os mitos e falácias correspondentes ao modelo neoliberal, acrescenta: *enquanto prega a necessidade um estado mínimo para que as forças do mercado possam desencadear o desenvolvimento do país, os governos neoliberais mantêm um Estado forte que intervém nas relações entre o público e o privado, limita a capacidade de negociação dos sindicatos e concede créditos a grupos identificados com a ideologia do mercado.*¹³³

Esse Estado neoliberal que se quer *mínimo*, o é apenas em nível de seu débil discurso, pois *intervém sempre* e cada vez com maior intensidade, principalmente nos países periféricos.

Manifesta-se como um modelo de Estado que, por um lado, é predominantemente repressivo com relação aos movimentos sociais, momento em que se apresenta forte e amplo. Por outro, é ausente quando se refere às relações intra classes sempre representando, em última instância, os interesses das elites, e finalmente fraco, no tocante à promoção social e no sentido de preocupar-se com a grande massa dos excluídos sociais. Justamente por isso, alguns autores o denominam de *quase Estado*.

Neste sentido, é de grande propriedade a afirmação Oscar Correas:

Bastam os periódicos para ver o que é que cresce, em termos estatais, e o que diminui. Cresce a ameaça à repressão enquanto decresce a importância que tem a opinião de cidadãos que só são consultados esporadicamente, e através de um sistema autodenominado democrático conduzido pelos empresários da comunicação.(...) Nunca se propôs reduzir o Estado comandado pela hierarquia do capital – ou por seus empregados -, porque sem esse estado não poderiam fazer negócios tão bons. Tampouco ao estado casado com as grandes empresas televisivas e de radiodifusão, sem o qual tampouco poderiam tornar estúpido o imaginário coletivo, e reproduzir esta ideologia insulsa.¹³⁴

As antigas fontes de regulação, anteriormente identificadas com o Estado, alienaram-se da vida prática de modo radical, e passaram a ser pautadas pela *mão invisível do mercado*, subordinado diretamente ao capital financeiro volatizado.

No Brasil, por exemplo, existe uma *batalha fiscal* travada pelos Estados da Federação que, na tentativa de atrair investimentos através da vinda de importantes empresas que estejam dispostas a implantar unidades no país, lançam mão de variados recursos, inclusive concedendo crescentes incentivos fiscais, o que demonstra a importância que ainda desempenha o Estado, mesmo sob a égide de um governo neoliberal, na sociedade.

¹³³ RIEGEL, Estevão. Globalização, neoliberalismo e flexibilização: direitos e garantias. In: ARRUDA Edmundo & RAMOS, Alexandre. *Globalização, neoliberalismo e mundo do trabalho*. P. 137.

¹³⁴ CORREAS, Oscar. El neoliberalismo en el imaginario jurídico. In: MARQUES, Agostinho Ramalho et alli. *Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. P. 4 – 5.

A teorização mais conhecida do conceito de *Estado mínimo*, advogada pelos neoliberais, pode ser encontrada em Robert Nozick em sua obra *Anarquia, Estado e Utopia* a partir de uma demonstração extremamente lógica, do que considera como a gênese do Estado.¹³⁵

De acordo com Norberto Bobbio, Robert Nozick abre duas frentes de combate: *contra o Estado máximo dos defensores do 'Estado de justiça', ao qual são atribuídas funções de redistribuição da riqueza, mas também contra a total eliminação do Estado proposta pelos anarquistas.*¹³⁶

Embora rechace a teoria contratualista como forma de nascimento do Estado moderno, Robert Nozick vai buscar em John Locke a fundamentação do estado de natureza e dos direitos naturais e inspira-se na idéia liberal do Estado como organização que detém o monopólio da força com o único objetivo de salvaguardar os direitos individuais dos membros da sociedade.

No contratualismo ainda, o citado estudioso resgata a idéia de que os únicos e autênticos titulares de direitos são os indivíduos. Assim, entende que a atividade de uma associação que tem por fins a de mútua proteção hegemônica será legitimada através da delegação de poderes que os indivíduos, previamente, fazem a este grupo. Por esse fato, alguns autores o considerem como um neocontratualista moderno.

Robert Nozick vislumbra o Estado como: *uma livre associação de proteção entre os indivíduos que estão num mesmo território, cuja função é a de defender os direitos de cada indivíduo contra a ingerência por parte de todos os demais e, portanto, a de*

¹³⁵ Embora de grande complexidade, tentar-se-á fazer um panorama sintético do que significa tal teoria, apoiando-se em Maria José Gonzáles Ordovás, *La propiedad en los Neoliberales: el ejemplo de Nozick* e em Norberto Bobbio, *Liberalismo e democracia*.

*impedir qualquer forma de proteção privada, ou dito de outra forma, de impedir que os indivíduos façam justiça por si mesmos.*¹³⁷

Essa afirmação neoliberal concebe o Estado como o elemento efetivador de formas equitativas de resolução de conflitos. Segundo Robert Nozick no princípio, de forma natural, passaram a existir as chamadas *associações de proteção mútua* que estavam incumbidas de resolver problemas surgidos entre indivíduos que dela pertenciam ou entre pessoas originárias de associações distintas.

Portanto, quando passam a acontecer conflitos sucessivamente, surge o embrião do que Robert Nozick denominou de um *quase-Estado*.

Este *quase-Estado* é, então, a gênese do Estado moderno de acordo com o autor, mas ainda difere substancialmente do Estado mínimo neoliberal pelo fato de não se configurar a presença do monopólio da violência física que o caracteriza como tal.

O *Estado ultramínimo* surge com desenvolvimento do *quase-Estado* no momento em que uma *agência* começa a salvaguardar qualquer pessoa dentro de determinado espaço territorial, seja ela membro ou não da associação de mútua proteção. Chega-se ao Estado mínimo, portanto, no momento em que a proteção passa a ser ampliada, estendida aos independentes, aqueles que não se declararam enquanto parte da associação, simplesmente por residirem naquele território.

No entanto, os direitos individuais aos quais o Estado deve tutelar, estão no universo do direito privado, segundo o qual todos os indivíduos têm o direito de possuir

¹³⁶ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. P. 90.

¹³⁷ BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 90.

tudo o que adquiriu de maneira justa. Qualquer outro tipo de proteção concedida pelo Estado é considerada injusta, porque interfere na liberdade dos membros do grupo.

Norberto Bobbio, afirma que Robert Nozick, em sua teorização acerca do Estado mínimo, propõe tantos problemas que ele próprio não é capaz de solucioná-los. Sendo instituída (sua teoria) na aceitação da doutrina jurídica originária e derivada da propriedade, o autor não consegue explicar esse importante fator satisfatoriamente. Assim, conclui o cientista político italiano:

De qualquer modo, representa exemplarmente o ponto extremo a que chegou a reivindicação da tradição autêntica do liberalismo, como teoria do Estado mínimo, contra o bem-estar que se propõe, entre as suas funções, também a da justiça social. Como tal, não pode deixar de acertar as contas com a tradição do pensamento democrático, não tanto no que diz respeito à democracia igualitária (que mal se concilia com o espírito do liberalismo), quanto à própria democracia formal, cujo exercício levaria por toda a parte a um excesso de intervencionismo estatal incompatível com o ideal do Estado que governe o menos possível.¹³⁸

2.5. O DIREITO E A QUESTÃO SOCIAL-LABORAL

No modelo liberal de Estado as demandas apresentavam-se, fundamentalmente, no terreno inter-individual. Diversamente, na versão intervencionista manifestada através do Estado de bem-estar social ou dos regimes burocrático-autoritários, os conflitos eram inter-classistas, já que a existência de classes era aspecto fundamental nesse tipo de Estado. Entretanto, configura-se uma substancial alteração no Estado neoliberal, haja vista o fato de que existem, principalmente, duas espécies de conflitos: Primeiro, configurado na arena dos grupos dominantes, entre blocos, empresas, corporações, inclusive em escala supranacional, nas situações onde estão envolvidos os interesses econômicos; Segundo, delineado, fundamentalmente, entre os movimentos sociais e o Estado-nacional.

Para o modelo de Estado liberal, o valor democrático primordial era a certeza jurídica que objetivava a prevalência de, pelo menos, um mínimo de previsibilidade das relações sociais inerentemente desempenhadas no modo de produção capitalista. Justamente por esse fato, os direitos fundamentais são os direitos humanos frente à arbitrariedade estatal.

De modo diverso, no estado de bem-estar social, o princípio democrático essencial era a equidade, fundamentando-se nos direitos sociais, de acordo com sua inspiração igualitarista.

¹³⁸ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. P. 90-91.

Entretanto, no Estado neoliberal, o elemento fundamental estará associado à subjetividade do indivíduo com relação ao poder público e demais seres humanos pertencentes ao grupo social atomizado diante de seus semelhantes, e também dos movimentos sociais que movimentam-se no sentido de defender e salvaguardar seus interesses.

Contraditoriamente, o valor fundamental para os setores hegemônicos, no momento atual, é o direito subjetivo de desempenharem sua atividade econômica livremente do despotismo estatal, aquela espécie de leviatã que age subordinando a liberdade individual de acordo com alguns princípios como o da função social da propriedade, impondo uma excessiva carga tributária ou estabelecendo mecanismos de equidade.

Na opinião de Frei Betto *o mercado é exaltado como único mecanismo capaz de fazer funcionar a economia. O Estado do bem-estar social é tão repudiado quanto o Estado absoluto das monarquias e o Estado síndico do socialismo. O mercado desempenha, inclusive, uma função epistêmica. Ergue-se como novo sujeito absoluto, que se legitima por sua perversa lógica de expansão das mercadorias, concentração da riqueza e exclusão dos desfavorecidos. O Estado, outrora encarado como agente social, torna-se o grande Leviatã. Os políticos, ainda que da boca para fora proclamem que o Estado não pode omitir-se de suas funções sociais, tratam de desmantelá-lo.*¹³⁹

Na globalização neoliberal existem vários tipos de tensão: A primeira se estabelece, fundamentalmente, de um lado, entre os grupos econômicos e os empresários modernos, inseridos em um mundo progressivamente universalizado, global,

homogeneizado, um grande mercado mundial e de outro, entre os movimentos sociais lutando por respostas concretas a demandas locais, através do reconhecimento de direitos específicos de grupos regionalizados; Em seguida, há outra conhecida tensão social onde, de um lado, configuram-se as organizações, que estabelecem suas próprias normas, uma espécie de direito mínimo, descentralizadas do direito positivo que, na maior parte das vezes, exclui importantes conquistas trabalhistas. De outro, estabelece-se no universo dos movimentos sociais tradicionais demandas por inclusão de novos direitos, recentemente originados, em virtude da complexidade das relações globalizadas, e a busca de efetivação de direitos já reconhecidos, ainda não observados.

Nesse sentido, Tarso Genro, preleciona: *hoje, estas instituições do Estado, vencidas por um mundo pautado pela 3ª revolução científico-tecnológica e pela globalização econômica, são objetivamente paralisantes: paralisam o movimento de defesa dos 'de baixo', ou seja, da cidadania que precisa de um Estado forte e ágil, para proteger-se dos superpoderes reais do capital monopolista, que avança a sua regulação em todas as direções; e paralisam também -contraditoriamente - outro movimento, o de avanço dos 'de cima' (ou seja, deste mesmo grande capital) que diz precisar menos instituições (públicas) e menos 'direitos' (públicos), para impor crescentemente seus regramentos privados*¹⁴⁰.

Os desafios que a globalização neoliberal capitalista impõe ao Direito são extraordinários. Principalmente, ao Direito do Trabalho. No Brasil, por exemplo, esse ramo do direito, inicialmente foi concebido a partir do trabalho industrial, a partir do emprego da fábrica compreendida, estruturada e organizada dentro de uma perspectiva fordista que,

¹³⁹ FREI BETTO. Fora do neoliberalismo há salvação? *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 02. Nov. 1997. Pesquisa realizada pela internet. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/dinheiro/fj021103htm>.

entre outras características, pode-se destacar as seguintes: divisão racional do trabalho por critério de especialização e produção extremamente rígida, onde uma novidade industrial sobrevivia cerca de três anos até que outra inovação a transformasse em sucata.

No entanto, aquela sociedade industrial que gerou nosso Direito do Trabalho, praticamente não existe mais. Ela vai abrir espaço para o novo paradigma da produção industrial, o pós-fordismo, que é extremamente flexível. Entramos na era da indústria eletro-eletrônica que tem um forte componente de risco e de tensão, que é, num primeiro momento, a questão da durabilidade de uma patente, uma invenção em prazos cada vez menores e, por outro lado, uma competição extremamente feroz, principalmente vinda dos países asiáticos, que, entre outras características, não respeita a propriedade intelectual. E, em consequência, sobrevivem os mais fortes.

O fordismo caracterizava-se pelas taxas de investimento suficientemente elevadas, capazes de manter empregada toda a mão-de-obra disponível ("assegurar o pleno emprego"), com ocasionais recursos até mesmo à imigração. Uma vez que se tratava de um regime de acumulação essencialmente voltado para a extensão da produção de valor e de mais-valia, e logo de riqueza (ao passo que o regime atual preocupa-se antes com a apropriação de riqueza e privilegia as atividades especulativas baseadas em posições nos mercados imobiliário, financeiro e de transações comerciais), ele foi capaz de tolerar, ao menos nos países capitalistas centrais, a partilha parcial dos ganhos de produtividade com as camadas assalariadas, bem como de suportar as despesas

¹⁴⁰ GENRO, Tarso. Reflexão preliminar sobre a influência do neoliberalismo no Direito. In: ARRUDA JR,

referentes ao Estado de bem-estar social, o “Welfare State”. Nesses países, o regime fordista permitiu durante 30 anos uma elevação geral do nível de vida das grandes massas. À diferença ainda do regime de acumulação atual, o regime fordista tendia à inclusão e não à exclusão, do mesmo modo que, no plano internacional, tendia à integração e não à marginalização.¹⁴¹

As empresas transnacionais norte-americanas, européias e asiáticas começam a observar o mundo como um único mercado, um sistema único e não mais como um mercado desigualmente dividido, onde as diversas nações interagem e comerciam entre si. É o mundo globalizado. Esse processo é caracterizado pela compressão do tempo e espaço, pelos mercados *on-line* interligados 24 horas por dia onde seus engenheiros financeiros tomam decisões instantâneas nas questões de riscos.

Nesse sentido, nota-se vários desafios tanto para o Direito do Trabalho como para o próprio Estado de Direito. Isso porquê, nesse mundo da economia transnacionalizada, dentro de uma estratégia de competição extremamente feroz, onde, quem não puder ser competitivo desaparece, o mercado já não vai ser determinado pelo Estado, uma vez que a relação Estado-mercado vai ser negativa. Passa-se, assim, de uma época em que o Estado definia as condições do mercado para uma era em que, muitas vezes, é o mercado quem vai determinar o que o Estado deve fazer.

A expansão dos mercados vai colher e limitar, de certa forma, a autonomia decisória do Estado-nação. Isso, porque o pós-fordismo é extremamente flexível. Com a informatização dos modos convencionais de produção, as plantas industriais se tornam

Edmundo e RAMOS, Alexandre. *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. P. 32.

sensivelmente eficientes, já que operam a risco-custo com mão-de-obra reduzida e em espaços menores. Além disso, elas apresentam extraordinária capacidade de resposta ao mercado e não trabalham apenas fabricando linhas específicas de produção, sem contar que o investimento em ciência e tecnologia aumentou assustadoramente. No final da década de 90, a média industrial em inovação tecnológica leva seis meses para ser superada por outra, para ser sucateada.

Outra novidade é que as mega-empresas, então, vão migrar dos países centrais, onde se percebe uma efetiva obediência às conquistas trabalhistas, em direção aos Estados periféricos onde há uma tendência maior à constante flexibilização.¹⁴²

Por isso, François Chesnais afirma que:

Uma característica essencial da empresa global atualmente seria a facilidade para identificar locais onde existam as condições mais atraentes para suas operações. Ficou muito mais fácil tomar conhecimento sobre as condições de trabalho em um determinado país e compará-las com a situação em outras partes do mundo. Com os serviços de informação on line, por exemplo, o aumento nas taxas de juros adotado por um governo (que tende a encarecer os custos de produção e a favorecer as aplicações financeiras) chega ao conhecimento dos investidores e empresários de forma imediata. Somada à crescente desregulamentação não só dos mercados financeiros, mas também em outras áreas, inclusive no que se refere à legislação trabalhista, ficou praticamente

¹⁴¹ CHESNAIS, François. Op. cit.

¹⁴² Uma excelente visualização acerca dessa questão é o filme “Roger and me”, que mostra o processo de deslocamento de uma filial americana da General Motors para um país periférico e todos os transtornos que essa empreitada causou às populações de ambos países.

*liberada a movimentação de capital, trabalho e bens entre os países.*¹⁴³

Esse tendência se alastrou por todo o mundo globalizado, ocasionando algumas reações, como afirma Célia Franco: *O processo de expansão das empresas multinacionais também provocou polêmica por causa das condições de trabalho nas fábricas desses grupos instaladas em países que não se destacam pelo respeito aos direitos dos trabalhadores. Nos Estados Unidos e na Europa, surgiram nos últimos anos movimentos de boicote a uma série de produtos destas fábricas instaladas em países que não se destacam pelo respeito aos direitos dos trabalhadores. A Nike foi um dos principais alvos desses movimentos.*¹⁴⁴

Então, percebe-se que, quando as empresas transnacionais decidem organizar sua fábrica dentro de determinada praça, elas exigem dos governos algum tipo de barganha. E o Direito do Trabalho passou a ser uma linha de troca. Existem vários exemplos de empresas multinacionais que, tentaram investir no Brasil exigindo em troca a não aplicação da nossa legislação trabalhista.

Essa situação se torna mais preocupante se partirmos para analisar questão da concorrência em nível internacional. No caso da China, por exemplo, onde não há Direito do Trabalho, o custo-hora de um funcionário de uma empresa do setor de brinquedo é infinitamente menor do que no Brasil. A questão que se coloca claramente é: qual a chance que o brinquedo brasileiro, por exemplo, tem de competir com o produto chinês?

¹⁴³ CHESNAIS, François. *Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração*. Pesquisa na internet. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021112.htm>

¹⁴⁴ FRANCO, Célia Gouveia de. *Empresa global troca de país como se troca de roupa*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 2 nov. 1997. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021108htm>.

Enquanto as *ditaduras* asiáticas continuarem nos setores tradicionais, aviltando a mão-de-obra, jogando com o custo mão-de-obra do ponto de vista jurídico, a tendência é o esfacelamento gradual desse ramo do direito. O ideário neoliberal globalizante é tão perverso, a ponto de impor o dano social como única alternativa, omitindo claramente o processo de desestabilização do Direito do Trabalho, o que vai emergir em uma situação extremamente complicada e tensa.

Diante desse quadro, perfilam-se as seguintes questões: a) teremos condição de manter nossas garantias laborais se nossos concorrentes omitem o Direito do Trabalho?; b) permaneceremos com o Direito do Trabalho e competimos em nível internacional? c) ou vamos competir internacionalmente e não respeitaremos a legislação trabalhista? A resposta a essas problemáticas nos é trazida pelos governos diariamente, através dos meios de comunicação. Em outras palavras, os líderes políticos têm decidido pela última opção. O resultado, no caso brasileiro, tem sido a descaracterização do Estado democrático de direito dez anos depois de promulgada a *constituição cidadã*.

Há um claro esvaziamento da esfera da política em favorecimento da esfera econômica. Isto é, há um forte deslocamento de eixo da agenda decisória. O que leva a afirmar que a globalização neoliberal capitalista apresenta graves componentes antidemocráticos.

Nesse sentido, assevera Tarso Genro *no período imperialista clássico os Direitos dos respectivos países mantinham relações de 'externalidade'. O poder imperial, ou se configurava pela adaptação bruta do direito interno às necessidades do país dominante (pelos golpes militares) ou pela autoridade de fato (proveniente da ocupação territorial), para adaptar (em qualquer dos casos pela força) a ordem jurídica interna às*

*necessidades do desenvolvimento das potências imperiais. Hoje, o 'novo colonialismo' (...) pode efetivamente legislar 'de fora'. E exigir, através de sucessivas imposições econômicas, o ajustamento do direito interno às necessidades do capital financeiro transnacional, sob pena de asfixia política e econômica do 'país alvo'.*¹⁴⁵

E essa competição predatória vai afetar, também, de maneira intensa, o Direito Internacional. Esse segundo deslocamento vai ser o da agenda decisória nacional para a decisória internacional. Assim, nosso poder de decisão é entregue aos ditames do capital internacional.

*Inicialmente reservado ao clube dos ocidentais, o direito internacional durante muito tempo excluiu uma parte importante dos povos do mundo, postos na situação de dependência colonial ou sob tutela. (...) À tutela colonial, que não permitia a emergência de novos sujeitos no Direito Internacional Público, sucede a tutela 'globalitária' - globalização e totalitarismo econômico - que constitui, hoje, a nova ordem mundial. Uma ordem que constrange o direito interno e subordina os projetos nacionais possíveis - de integração cooperativa e soberana - afirmando os diversos projetos tutelares dos países ricos, cuja desregulação universal impele a integração submissa, regrada e politicamente uniforme.*¹⁴⁶

É evidente o movimento internacional manipulado ora pelas empresas transnacionais, ora por países centrais, no sentido de impor a diversos países - principalmente periféricos - o ajustamento do direito interno às exigências do capital

¹⁴⁵ GENRO, Tarso. Op. cit., p. 33-34.

financeiro mundial. Assim, o direito, nessa nova ordem mundial, metamorfoseia-se facilmente ao menor sinal de uma possível ameaça externa de asfixia política e econômica a esse país. Instala-se uma espécie de *hobbesianismo* - estado de natureza internacional – a partir do momento em que os países mais fortes tentam, a custo de ferro e fogo, submeter os países mais desfavorecidos na esfera internacional, às suas próprias vontades.

Tal processo possui diretrizes e um planejamento de normas próprias, que devem ser observadas para a sua efetivação. São elas: *a primeira, consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário, envolvendo, invariavelmente, a revisão das relações fiscais intergovernamentais e reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de 'reformas estruturais', quer seja, a liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização de empresas estatais; e, a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico.*¹⁴⁷

Em outras palavras, a adaptação normativa ora em curso, manifesta-se com um nítido interesse de esvaziamento constitucional que, muitas vezes se manifesta na desconstitucionalização de diversas garantias democráticas, afim de impor à sociedade, as necessidades desse novo ciclo de acumulação ensejado pela terceira revolução científico-tecnológica.

Por fim, observa-se que esse processo ainda em curso, pretende reduzir a força normativa da Constituição Federal sujeitando as populações às necessidades de reprodução do capital financeiro internacional, num movimento declarado que direciona-se em sentido

¹⁴⁶ Idem. P. 37.

¹⁴⁷ FIORI, José Luís. *Em Busca do Dissenso Perdido*. P. 234. Apud GENRO, Tarso. Idem, ibidem.

de fragmentar mais ainda a sociedade, desarticulando os critérios universais para regulação da esfera pública.

CAPÍTULO III - GLOBALIZAÇÃO: O CUSTO SOCIAL

A globalização, situada como importante fase de modernização do mundo, implica, também, a globalização de tensões e contradições sociais. Desta forma, a questão social adquire dimensões globais e seu custo passa a ser altíssimo para grande parte da população, principalmente para as classes sociais subalternas. Em todo o mundo, a grande maioria é atingida pelas mais diversas formas de fragmentação.

Uma face importante e grave da questão social revela-se no desemprego estrutural. Devido a intensa e generalizada tecnificação dos processos de trabalho e produção, muitos são expulsos da relação laboral, transformando-se em desempregados de médio e longo prazo ou até de modo permanente, outros são dispensados, descartados ou sucateados como qualquer mercadoria. Nessa nova atmosfera complexa, os conflitos se multiplicam e simultaneamente intensificam-se as atividades de apropriação, exploração e depredação dos recursos naturais em todo o planeta, dando, assim, continuidade ao processo de privatização do Planeta Terra.

Neste capítulo, após a análise direcionada especificamente ao fenômeno da globalização neoliberal (capítulos I e II), a atenção estará voltada ao custo social que o mesmo processo apresenta aos países periféricos, em especial, da América Latina. A identificação de tal questão resultará de uma abordagem do tema tanto em nível mais

amplo, sua posição no sistema-mundo, como em nível interno dos países latino-americanos, devido o acirramento da exclusão social e a crescente polarização existente nas sociedades.

Primeiramente, proceder-se-á à exposição da noção de progresso que a modernidade impôs - de maneira perversa- como imperativo à chegada do desenvolvimento a ser atingido pelos países considerados pobres. A globalização será situada como uma nova fase desse processo que, inserida no discurso de dominação, pretende, assim, justificar a dependência dos países de Terceiro Mundo. Em seguida, verificar-se-á a real posição ocupada pela referida região na nova ordem mundializada.

Por fim, tentar-se-á penetrar no tortuoso caminho da exclusão social, que passa a ser ainda mais perverso em tempos globais, apontando-se, então, os mecanismos e as ações concretas de reivindicação desta ordem estabelecida pela ditadura burguesa neoliberal.

3.1. – METÁFORA (FALÁCIA) DESENVOLVIMENTISTA

A idéia do progresso se constituiu na maior metáfora dos tempos modernos. O desenvolvido, o moderno, o melhor, fariam parte da nossa realidade futura. Estaríamos fadados à uma linha evolutiva, que significaria o ápice do desenvolvimento humano. Desta maneira, todos os problemas encontrariam solução no porvir, que, afinal seria um tempo melhor que o atual.

O capitalismo, concebido como coroação do processo evolutivo da natureza e como momento definitivo na história, significava a realização de uma sociedade homogênea pela unidade em um mercado global; onde a possibilidade de abundância e de satisfação de desejos seria a base da felicidade. A eficiência rege como princípio transformador de um processo modernizante, através de uma cultura consumista como critério de inclusão e de unificação. Tal concepção, acabou ocasionando a hipostasia do futuro, que passou a configurar-se como repetição do momento presente. Daí a impressão de que as energias emancipatórias são descabidas, por isso, não podem ser pensadas.¹⁴⁸

A difusão do mito do desenvolvimento fez com que os povos pobres aspirassem atingir o padrão dos ricos. Na falta de desenvolvimento, o subdesenvolvimento era uma condição que deveria ser solucionada, utilizando os mesmos caminhos que os países do Norte se valeram para chegar a tal situação. Mas, a busca desvairada por parte dos países periféricos rumo a essa direção surge efetivamente depois da Segunda Guerra Mundial, *a partir do discurso de posse do presidente Truman em janeiro de 1949, quando ele define a maior parte do mundo como subdesenvolvido e anuncia um plano de ajuda para que todos os povos avançassem no mesmo caminho para a prosperidade.*¹⁴⁹ A partir daí, é que dissemina-se o vocábulo desenvolvimento(e sua contrapartida, subdesenvolvimento).

No entanto, a idéia de desenvolver, de acordo com Celso Furtado, tem sido útil *para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a*

¹⁴⁸ Em virtude dessa ideologia de linearidade do futuro, importante voltar atenção para dois pontos extremamente significantes: o primeiro é que, uma das afinidades entre o liberalismo e o socialismo é a noção de progresso subjacente aos dois modelos; segundo, que as categorias herdadas desde o século XVIII constituem um obstáculo às ciências sociais de modo que, mais do que repensá-las, temos que despensá-las.

*necessidade de destruir o meio físico, para justificar novas formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo.*¹⁵⁰

O Brasil, encantado pelo sonho da modernidade, passou as últimas cinco décadas mobilizado no sentido de atingir o desenvolvimento. Assim, transformou-se de uma sociedade agrária em urbano-industrial. Todo esse processo se firmou diante da utilização dos mesmos padrões tecnológicos empregados em regiões mais industrializadas como Estado Unidos e Europa. No entanto, tudo isso ocorreu sem que se resolvessem as contradições internas, favorecendo a permanência das elites oligárquicas no poder.

As idéias de indústria e tecnificação são sinônimos de progresso. Os esforços se concentraram no sentido de realizar a revolução tecnológica no campo - conhecido por milagre verde - e na indústria. Otimistas, chegou-se à década de 70 acreditando que se tinha completado nossa industrialização de forma tardia e que, finalmente, o país havia atingido o patamar ocupado pelas nações desenvolvidas. Acreditava-se, ainda que, apesar da dependência, o Brasil estava, por fim, integrado à economia mundial.¹⁵¹

A crise da década de 80 fez com que a nação brasileira acordasse do sonho e descobrisse que, embora a revolução tecnológica - seguida por todo o mundo - tivesse aumentado consideravelmente a produtividade, as sociedades ricas haviam se transformado em *pós industriais*, o que propiciou um aumento considerável de distância entre essas e nós, do mundo *subdesenvolvido*.¹⁵²

¹⁴⁹ LISBOA, Armando de Melo. *Desenvolvimento: uma idéia subdesenvolvida*. Revista Plural, ano. 5, nº 7, jan./jun., 1996. P. 73.

¹⁵⁰ FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Apud LISBOA. Op. cit., p. 76.

¹⁵¹ A CEPAL foi uma importante defensora dessa via de modernização. Segundo Raúl Prebisch, a indústria era o único meio de elevar o nível de vida das populações.

¹⁵² Com grande propriedade, João M. C. de Mello afirma que: “levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda revolução Industrial. Quando tudo dava a impressão de estarmos

A realidade, enfim, mostrava que, *o subdesenvolvimento não é insuficiência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre as diversas regiões do planeta.*¹⁵³

Aos poucos, começava-se a perceber que a meta de alcançar o mesmo nível de vida dos países industrializados era um projeto impossível, já que o estilo de vida dos *países do norte* não é modelo que se generaliza, e que todas culturas devem segui-lo, indistintamente. Descobriu-se, também, que aquele desenvolvimento havia proporcionado um sofrimento humano intolerável. Havia-se instalado um fosso entre os integrados ao progresso e a imensa maioria de excluídos. A crise ajudou a ver que a sociedade mais desigual do planeta só se tornara possível, através da expansão econômica. Nesse sentido, o pacote tecnológico não cumpriu suas promessas. O grande desafio, naquele momento, passou a ser a superação do *apartheid* social.

Assim, se constatou que se estava muito longe do tão sonhado desenvolvimento¹⁵⁴. Hoje, pode-se afirmar, que o novo padrão de acumulação não é

presentes a entrar no primeiro mundo, eclodiu a terceira Revolução Industrial.”. In: MELLO, João M. C. Consequências do neoliberalismo. P. 59.

¹⁵³ CASTRO, Josué. apud LISBOA, Armando de Melo. Op. cit., 73.

¹⁵⁴ Enrique Dussel faz algumas observações interessantes neste sentido, demonstrando que a falácia do desenvolvimento existe desde o início da modernidade: “*Desenvolvimentismo* configura-se como uma posição ontológica pela qual se pensa que o modelo de *desenvolvimento* que a Europa seguiu deverá ser seguido unilateralmente por todas as outras culturas. Por isso, a falácia *desenvolvimentista* não é mais uma categoria sociológica ou econômica, mas uma categoria filosófica fundamental. É o *movimento necessário do ser*, para Hegel; seu desenvolvimento inevitável. O *eurocentrismo* cai na falácia desenvolvimentista: são dois aspectos do si mesmo. Um país *subdesenvolvido*, ontologicamente é *não moderno* para Hegel. A história universal vai do oriente para o ocidente. A Europa é absolutamente o fim da história universal. A história universal é a disciplina da indômita vontade natural dirigida para a universalidade a liberdade subjetiva *o fim da história universal*. O desenvolvimento é dialeticamente linear, mas esse desenvolvimento linear teve de eliminar da história mundial a América Latina e a África, além disso, situará a Ásia num estado de *imaturidade* ou de *infância essencial*.”

Para Hegel e os europeus até fauna e flora na América e África são mais brutais. Na África o negro é o homem em estado bruto. O Mediterrâneo é o eixo do mundo. Essa definição ternária do mundo (África,

adequado para superar os desastrosos índices de pobreza, até porque gera de novas formas de exclusão.

Ainda assim, o capitalismo continua sustentando-se através da criação de novas necessidades. A globalização é uma prova disso. O problema é que se continuou vivendo a busca desenfreada da suposta modernização, nos mesmos moldes dos países centrais, que continuam impondo o mesmo projeto de dominação¹⁵⁵ mascarado pelo conceito de globalização. E, assim, cada vez mais mergulhamos na mesma falácia. Enquanto isso, a pobreza cresce junto com a produção industrial ao desqualificar os produtos anteriores, acessíveis apenas a uma minoria. É o que afirma Armando Lisboa, quando acrescenta que *o processo de globalização nos colocou num beco sem saída. A “belíndia” (imagem criada por um economista de que no Brasil coexistem uma Bélgica e uma Índia) encontra-se numa encruzilhada: se continuarmos a perseguir a inalcançável modernização (buscando uma inserção competitiva na ordem globalizada), o lado da Bélgica continuará se afastando em alta velocidade do lado da Índia, levando a uma sociedade cada vez mais absurda e inviável. A crise é uma oportunidade para repensar os caminhos escolhidos. O futuro exige que não sigamos nenhum dos modelos tradicionais. Temos de pensar o impensável.*¹⁵⁶

O problema é que a população excluída se vê envolta, sem poder dimensionar-se entre o *vai-e-vém* da pós-modernidade. Ao mesmo tempo em que é levada ao mundo

Europa, Ásia) é pré-moderna. E Hegel, como Cristóvão Colombo continuam repetindo. A África não tem história, por isso, a abandonamos para não mencioná-la mais. Não é parte do mundo histórico, não representa um movimento nem um desenvolvimento histórico.

A Ásia desempenha papel infantil. A América Latina é descartada, pois não se situava no Leste do extremo oriente, mas a oeste do Atlântico e África (bárbaro, antropófago, bestial). A Europa é o centro e o fim do mundo antigo, a Ásia é o começo (Isso faz lembrar a obra de Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*). A Europa cristã moderna nada tem a aprender com os outros mundos, outras culturas. Tem um princípio em si mesma, que é a sua plena realização.” In: DUSSEL, Enrique. 1492 – *O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. P. 7 e ss.

¹⁵⁵ Exemplo disso é o Consenso de Washington.

encantado do consumo, como caminho da felicidade e bem-estar social, é desqualificada pela tirania que exercem os princípios da eficiência e da concorrência. É ignorada pelas instâncias de poder nacional e internacional que decidem sobre os destinos do mundo. Esses indivíduos são sacrificados em função do *progresso da nação globalizada*. São usados, a seguir, olvidados e, logo, abandonados.

A promessa do mercado é apenas um mecanismo ideológico, *inconsciente* de gerar bem-estar social a todos. O egoísmo perverso do mercado é, na verdade, o caminho que se transforma na atitude ética da indiferença e resignação ante o sofrimento de milhões de pessoas. Para esta concepção do modo de produção capitalista, fome, desemprego, mortalidade infantil são sacrifícios necessários para alcançar o tão sonhado progresso.

Antes o *melhorar a qualidade de vida* se definia em mais serviços, salário e consumo. A política do Estado de Bem-Estar se estruturava em torno do indivíduo e seus direitos sociais. Agora, se estrutura em torno do usuário que demanda uma qualidade de vida da sociedade de consumo. Antes estava em jogo o espaço político da igualdade, agora o da diferenciação econômica.

O problema então concentra-se em o que fazer com a grande parte da população excluída pela própria tendência natural do sistema. A luta é para não estar fora dos benefícios da modernidade, trabalho, serviços. Há um grande abismo entre os que participam destes benefícios e os que estão condenados à miséria. Entre excluídos e incluídos. Há um dramático processo de desintegração social registrado, correndo

¹⁵⁶ LISBOA, Armando de Melo. Op. cit., p. 73.

paralelamente ao avanço estonteante das riquezas e desenvolvimento tecnológico de poucos países.¹⁵⁷

O padrão do desenvolvimento estabelecido nos mesmos moldes do países do norte, instituído no modo peculiar de vida ocidental, demonstrado através de elevados padrões de consumo e desperdício, tem privado as populações do Terceiro Mundo, de se encontrarem com suas próprias identidades. Até porque, um povo desprovido de sua identidade não tem a mínima condição de se autodeterminar. O fascínio pelo desenvolvimento impediu a construção de modelos de consumo próprios que revelassem os verdadeiros valores de suas culturas.¹⁵⁸

Em tempos de globalização a nossa região não pode optar por uma inserção periférica e subserviente. Urge o abandono ao mimetismo, pois a ilusão do desenvolvimento desestabiliza o frágil equilíbrio global, gerando contradições cada vez maiores em um mundo unificado por eficientes meios de comunicação e por uma interdependência econômica e tecnológica, cada vez mais estreita.

Ainda dentro do universo da interdisciplinariedade, o momento é para se resgatar a geografia. Assiste-se ao processo de diferenciação das espacialidades manifestadas através da linguagem cotidiana: globalização, planetarização, cartografia simbólica, mapeamento genético, continente da história, arquipélago do capitalismo, ilhas de exclusão, desterritorialização, mundo sem fronteiras, etc.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Nesse sentido ver SILVA, Karine de Souza. Os excluídos da globalização. In: OLIVEIRA, Odete Maria (Org.) *Relações internacionais & globalização: grandes desafios*.

¹⁵⁸ Segundo Armando Lisboa “a negação de identidade vislumbra-se na própria etimologia do conceito de ‘des-envolvimento’ que significa descascar, desembulhar, tirar do envelope. Para crescer é necessário romper com as amarras, os condicionamentos naturais, ou construídos culturalmente que impedem o progresso”. In: LISBOA, Armando de Melo. Op. cit., p. 77.

¹⁵⁹ Ver, neste sentido, BALDI, César. *Dependência e integração econômica: a teoria da dependência trinta anos depois*. P. 1 e ss.

A retomada da geografia juntamente com suas diversas categorias como escala, projeção, simbolização, é fundamental para identificar as limitações impostas às formas de pensar. O passado, presente e futuro são espacialidades diversas que atuam em escalas diferentes (uma grande, uma média e uma curta), cada uma, permite enxergar, apenas, de um determinado ângulo, condicionando as diversas maneiras de agir. Assim, as lutas e energias emancipatórias produzidas nesses terrenos não devem ser dissociadas daquelas desenvolvidas em escala local, nacional e global.¹⁶⁰

A *razão* constitui o grande alicerce da ciência moderna, representando a arma pela qual a burguesia, na sua posição de classe hegemônica, utilizou no intuito de sobrepor a aristocracia, detentora do senso comum. Desta forma, a disputa se lançou entre, de um lado a ciência (a *razão* e suas concepções positivas de moderno, superior) e do outro o senso comum (vinculado a conotações negativas e *arcaicas*, ligadas à *emoção*). A racionalidade científica, então, conseguiu colonizar todas as demais racionalidades, das artes ao direito, de forma que o desenvolvimento do capitalismo se processou simultaneamente ao nexos existente entre direito e ciência.¹⁶¹

O professor argentino Enrique Dussel, em seu livro: *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*, faz uma análise interessante do que

¹⁶⁰ Ver, neste sentido, BALDI, César. *Dependência e integração econômica: a teoria da Dependência trinta anos depois*.

¹⁶¹ A dicotomia razão-emoção, que é uma espelho que também reflete outras dicotomias modernas, como natureza-cultura e sujeito-objeto, em que cada vertente representa o pólo masculino e o feminino. E a geração da vida é substituída pela geração das idéias, que somente pode ser concebida pela razão; o cérebro, e não o coração, passa ter o órgão mais importante. Isto revela o caráter moderno e, ao mesmo tempo sexista, desta ciência. O novo mapa emancipatório tem que, obrigatoriamente fazer esta inclusão.

representaram alguns aspectos da modernidade para os povos latino-americanos no processo de colonização do novo mundo.

O marco histórico do surgimento da modernidade, para Enrique Dussel, se dá em 1492 com a reconquista da Espanha, momento em que os espanhóis chegam às Índias ocidentais e depois à América. Ou seja, até 1492 a Europa não existia a não ser como periferia do mundo muçulmano. Quando Portugal chega à África, e a Espanha à América, a Europa passa, pela primeira vez, a ter uma periferia. O nascimento da modernidade se dá no momento em que o europeu se defronta com o outro *não-europeu*, o índio americano. Desta forma, o desconhecido, o *coberto* foi *des-coberto*, europeizado, mas, imediatamente *encoberto*.¹⁶²

A modernidade aparece no momento em que a Europa é inaugurada como centro de uma história mundial, pronunciando valores de cunho emancipador e racional, como o citado autor afirma. Entretanto, simultaneamente, desenvolve um *mito irracional* de justificação da violência, o qual devemos superar, negar. Pois, assim como os cristãos ocupam Málaga, cortando à faca as cabeças dos andaluzes muçulmanos em 1487, também os índios serão as vítimas do novo continente “descoberto”.¹⁶³ Estes últimos foram reduzidos de povos soberanos a povos explorados. Sem essa exploração, o capitalismo não

¹⁶² Alguns autores, a exemplo de Habermas, pensam que a modernidade é um fato exclusivamente europeu. No entanto, Dussel os critica, justificando que a modernidade é um fato europeu, mas em relação à dialética com o não europeu, como conteúdo último de tal fenômeno. In: DUSSEL, Enrique. Op. cit.

¹⁶³ Antes do encontro entre Europeus e Americanos havia uma multiplicidade de tipos indígenas. Não há uma confirmação de quantos eram e de que época chegaram, no entanto, fala-se em quarenta mil anos. Dizem ainda que existiam quarenta a cinquenta milhões de habitantes no novo mundo. Foi um dos maiores desastres demográficos que a humanidade já conheceu. Na mesma América, onde originalmente havia vinte milhões de habitantes, chega-se ao século XVII, com apenas um milhão e meio de índios. Aqueles que não foram dizimados, foram, de alguma forma, subjugados. As mulheres através do sexo e os homens através de sua força de trabalho. Instaura-se uma moral dupla de dominação machista: dominação das mulheres através da violência sexual e dos homens por meio escravização. Idem.

teria avançado na América Latina. Portanto, para a essa região¹⁶⁴ é exatamente neste momento que inicia a globalização do capital.

Sofremos globalmente desde a nossa origem um processo de modernização (embora naquele tempo não se usasse esta expressão) que foi aplicada, posteriormente, à África e Ásia.

Ainda seguindo a linha argumentativa *dusseliana*, a conquista é a afirmação prática do *eu conquisto* e a *negação do outro enquanto outro*. Sobre o efeito daquela colonização do novo mundo se constituirá a América Latina posterior: uma raça mestiça, uma cultura sincrética, híbrida, uma economia colonial, capitalista, dependente e periférica desde o seu início, desde a origem da modernidade.

A superação da modernidade é a subsunção do seu caráter emancipador, racional europeu transcendido como projeto mundial de libertação de sua alteridade negada. Assim, a transmodernidade passa a configurar como novo projeto de libertação política, econômica, ecológica, psicológica, religiosa. Enrique Dussel não nega o núcleo racional da modernidade e sim seu momento irracional do mito sacrificial, sua razão dominadora, vitimária, violenta.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Embora o nosso continente já fosse conhecido, como prova o mapa-múndi de Henricus Martellus, em Roma de 1489, só a Espanha, graças a habilidade política do Rei Fernando de Aragão e a ousadia de Cristóvão Colombo, lançou-se ao Atlântico para chegar à Índia. É o processo originário da constituição da subjetividade moderna. In: Idem, *idem*.

¹⁶⁵ Desta forma, Enrique Dussel assevera que o seu combate se dirige, principalmente, a dois paradigmas: 1) A modernidade eurocêntrica. 2) A modernidade subsumida a partir de um horizonte mundial, onde o primeiro desempenhou uma função ambígua. (Por um lado emancipador, por outro como cultura mítica da violência). Idem, *ibidem*.

Boaventura de Sousa Santos¹⁶⁶ também adverte para o fato de que a ciência moderna produziu um epistemicídio no momento em que excluiu as tradições através do seu discurso, descartando as demais formas de conhecimento, colonizando-as.¹⁶⁷

O sociólogo Otávio Ianni assevera que *a modernização do mundo implica a difusão e sedimentação dos padrões e valores sócio-culturais predominantes na Europa Ocidental e Estados Unidos (...). É uma tradução da idéia de que o capitalismo é um processo civilizatório não só 'superior', mas também mais ou menos inexorável. Tende a desenvolver-se pelos quatro cantos do mundo generalizando padrões, valores e instituições ocidentais.*¹⁶⁸

Em verdade, este capitalismo globalizado significa a destruição da cultura e identidade de cada país, a aniquilação lenta das especificidades de cada região, a desvalorização do si mesmo. Implica a exclusão dos países pobres e uma integração dos mais poderosos em nível mundial. Assim, cada vez mais se vê acentuar-se a interdependência econômica em relação aos países desenvolvidos e aumentar o abismo entre pobres e ricos.

Os mapas, para que sejam úteis, devem reproduzir o mais perfeitamente possível a realidade, retratando todos os pontos existentes. *O mapa moderno, todavia, tem excluído de sua representação gráfica inúmeros territórios. É um mapa, portanto, que mais*

¹⁶⁶ Neste sentido ver SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a new common sense: law: science and politics in the paradigmatic transition.*

¹⁶⁷ Não foram somente os índios latino-americanos que sofreram esse processo. Na Espanha, por exemplo, houve várias tentativas de suprimir, a cultura muçulmana. Isto está claramente simbolizado no fato de que sobre as ruínas das mesquitas islâmicas foram edificadas os templos católicos.

¹⁶⁸ IANNI, Octavio. *Teorias da globalização.* p.76/7.

*desorienta que orienta. A recuperação das localidades existentes que não constam do mapa é, assim, uma necessidade premente para repensar alternativas.*¹⁶⁹

César Baldi aponta ainda para a necessidade de um mapa que reconheça a existência de culturas que ficaram à *margem* deste processo, afastando as noções de progresso e desenvolvimento que se constituíram obstáculos epistemológicos. É preciso, portanto, uma forma de projeção mais porosa, que se visualizem os contextos, nos quais se produzem a subjetividade e que reconheçam contextos variados, embora não infinitos de produção de sujeitos históricos. Uma projeção que nos oriente para o Sul, invertendo a direção Norte da bússola.¹⁷⁰

3.2. O TRIUNFO DO MERCADO E O CULTIVO DA DESESPERANÇA

A globalização neoliberal capitalista constitui um projeto mundial e com o qual pretende uniformizar o mundo inteiro. Na sua base estão as tendências à globalização dos mercados e do capital, onde os neoliberais realizam os seus ordenamentos de poder e riqueza, que tendem a ser iguais em todo o mundo para que os indivíduos se tornem iguais!

Nesse sentido João Duboc Pinaud, recorda que o filósofo Gilles Deleuze observou que no capitalismo só uma coisa é universal: o mercado. Não existe Estado universal, justamente porque há um mercado universal cujas sedes são os estados e as

¹⁶⁹ BALDI, César. *Dependência e integração econômica: a teoria da Dependência trinta anos depois*. P. 2-3.

*bolsas. E ele não é homogeneizante nem globalizante nessa fabricação de riquezas e misérias.*¹⁷¹

Franz Hinkelammert recorda que, quando o Mac Donald's instalou seu primeiro restaurante em Moscou, formaram-se várias filas para comer o Big Mac. Na ocasião, o presidente da *Mac Donald's Corporation* proferiu um discurso, no qual celebrava o fato de que, em todo o mundo, o Big Mac é igual: Nova Iorque, Los Angeles, Tokyo, Singapura, Pequim, Rio de Janeiro, México e agora em Moscou.

Diante desse fato, ou seja da homogeneização do mundo 'via *big mac*' o citado autor conclui, que *a globalização transforma tudo em Big Mac. Os hotéis, os vestidos, os filmes infantis, os programas de televisão. Mas também os programas de política econômica que o FMI impõe a todo o mundo dependente. Tudo como o Big Mac: igual para todos com o mesmo sabor amargo.*¹⁷²

Globalização significa totalização. Assim é que o vocábulo *total* tem se transformado em palavra da moda. Tudo é celebrado em termos *totais*.

Mas, a globalização neoliberal é diferente das anteriores ao século XX. Principalmente, aquela globalização que realizou o socialismo soviético, que conduzia todos os seres humanos a um processo, de fato, globalizante. Se tratava de uma globalização com a inclusão de todos. A globalização neoliberal procede ao revés. Globalizam-se os mercados e expulsam-se a maioria dos seres humanos de maneira também global. A imposição dos mercados serve para que nunca mais haja uma inclusão global dos seres humanos na sociedade e na divisão internacional de trabalho. Seu

¹⁷⁰ Idem. P. 4-5.

¹⁷¹ PINAUD, João Luis Duboc. Op. cit., p. 294.

¹⁷² HINKELAMMERT. Franz. *Cultura de la esperanza y sociedad sin exclusión*. p. 116.

totalitarismo é o do mercado total e da privatização total. Nenhuma relação humana é tida como legítima, a não ser que seja a relação do mercado e do seu cálculo custo-benefício.¹⁷³

O mercado total e a privatização total transformam o Estado em uma instância essencialmente repressiva e que deixa de ter funções além da repressão a qualquer tipo de resistência, a qual, por ventura, possa vir a ameaçar o mercado. O Estado, então, deixa de ter funções econômicas e sociais para firmar a globalização dos mercados e capitais. Assim, quando se identifica com o mercado total, se transforma em Estado total (no sentido da repressão). Os Estados de Segurança Nacional, na América Latina, foram os que manifestaram com mais evidência esse totalitarismo e, também na forma mais irracional.

Esse tipo de implantação do neoliberalismo seguiu a América Latina durante toda a década de setenta e orientou as políticas de desenvolvimento econômico e social, inclusive a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). No entanto, a partir dos anos 80, os governos popularmente eleitos, através do apoio da própria burguesia e das Forças Armadas, braço repressivo do Estado, continuaram impor tais políticas, ainda, com mais veemência, originando um caos social.

De acordo com François Chesnais, *a burguesia tem a clara intenção de continuar dominando tanto tempo quanto lhe seja permitido, qualquer que seja o custo social e humano implicado, mundialmente e em cada país.*¹⁷⁴

A classe burguesa sempre demonstrou uma facilidade de manobra na condução dos processos políticos e na imposição de suas conveniências à classe trabalhista. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, quando a crise revolucionária do fim da guerra foi

¹⁷³ Ver, neste sentido, HINKELAMMERT, Franz. Op. cit., p. 115 e ss.

¹⁷⁴ CHESNAIS, François. *Notas para la caracterización del capitalismo en fines de siglo. Primera parte.* Endereço eletrônico: <http://www.herramienta.com.ar/chesnais.html>.

contida graças ao estalinismo, a burguesia, extremadamente debilitada em todo o mundo, exceto nos Estados Unidos, teve que fazer concessões importantes em todos os planos.

O citado autor acrescenta que, a burguesia norte-americana, preocupada em superar a crise e vencer a guerra imperialista, se viu *forçada* a oferecer à classe trabalhadora o *New Deal*. Em alguns países, vários direitos – como previdência, saúde, etc. – se tornaram momentaneamente consolidados e estendidos como resultado de luta de classes, que abarcou um conjunto de países entre 1968 e 1969 (França, Checoslováquia, Itália) e 1975 (queda de Saigon e a revolução em Portugal). A partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida por ditames norte-americano e britânico, empreendeu uma mudança na política internacional visando maiores lucros, o que, conseqüentemente, alterou as relações políticas entre as classes. A partir daí, começou o processo de desmantelamento das instituições. As políticas de liberalização adotadas pelos Estados capitalistas através dos governos de Margareth Thatcher 1979 e de Ronald Reagan em 1980 conferiram uma intensa mobilidade internacional ao capital, como jamais visto desde 1914.¹⁷⁵

No entanto, é nos domínios econômico e financeiro, de um lado, e do emprego e das condições contratuais de trabalho, de outro, que as políticas de liberalização e desregulação têm sido levadas mais longe e de maneira mais homogênea de um país capitalista a outro.¹⁷⁶ A distância que separa os países participantes (mesmo que

¹⁷⁵ CHESNAIS assevera que “Na França, a aplicação prática destas políticas começou a partir de 1983, com a União da Esquerda, sob o impulso de governos e ministros socialistas; primeiro Delors, depois Fabius, Bérégovoy y Rocard. O retorno ao governo do RPR e da UDF tem consolidado e ampliado o trabalho empreendido antes deles e que o governo Juppé quer levar mais longe.” In: Idem, *ibidem*.

¹⁷⁶ François Chesnais ainda acrescenta que: “As prioridades ditadas pelo capital são aquelas do capital comprometido na aquisição de mais-valia na produção de produtos e serviços, mas sobretudo de modo ainda mais intenso, nos últimos quinze anos, as de um capital extremadamente centralizado que conserva a forma dinheiro e que pretende frutificar como tal no interior da esfera financeira. O poder, ou até a existência deste capital-dinheiro, são defendidos pelas instituições financeiras internacionais e Estados mais poderosos do globo, qualquer que seja seu custo. Os 55 milhões de dólares adiantados no começo do ano por instituições

marginalmente) da dominação político-econômica e os que estão no pólo passivo desta relação aumenta cada de maneira crescente.

O capitalismo se aproveitou dessa liberdade de movimentar-se para impor à classe trabalhadora as mesmas condições de exploração impostas na época colonial.

O desemprego e a pauperização crescem proporcionalmente ao avanço dos negócios e do comércio. Ao passo que aumenta a dinâmica dos mercados, mais são os excluídos de seus benefícios. Do ponto de vista do capital, não existe crise. A crise é atinente aos circuitos de reprodução da vida humana e da natureza. Franz Hinkelammert afirma que a indústria mundial se transformou em uma ilha ou arquipélago, uma espécie de enclave que melhor se desenvolve quando piora para os outros. Hoje se torna mais visível o fato de que o crescimento dos lucros importa na destruição da humanidade. Destruir a natureza e o desenvolvimento do Terceiro Mundo produz muito mais lucro do que protegê-los.¹⁷⁷

A sociedade burguesa celebrou sua vitória final com a queda do socialismo soviético e, logo depois, decretou o fim da história. Mas, para poder sustentar-se no poder, é preciso negar toda e qualquer realidade, os grandes problemas mundiais – a exclusão e a destruição da natureza – para que não haja questionamento sobre seu sistema. Trata exclusivamente do mercado. Para ela, os seres humanos não possuem necessidades reais, apenas propensões a consumir.¹⁷⁸

para evitar que uma bancarrota do Estado mexicano ponha em marcha um processo em cadeia de desvalorização da confiança em nível mundial, nos alerta que, seguramente, estas instituições não alcançarão tal resultado indefinidamente. Pois, as operações do capital-dinheiro incluem um componente cada vez mais importante de capital fictício, cuja dimensão anuncia, cedo ou tarde, o desencadeamento de uma grande crise. In: CHESNAIS, François. Idem, ibidem.

¹⁷⁷ HINKELAMMERT, Franz. Op. cit., p. 135 e ss.

¹⁷⁸ Franz Hinkelammert ainda adverte sobre uma espécie de “pena capital” para todos aqueles que não logre êxito no mercado mundial. “Todo aquele que não tenha uma cultura – seja puritano-calvinista ou confucionista

Para o evidenciado professor:

As organizações de classe ou revolucionárias, os movimentos de mudança rumo a uma nova sociedade, surgiram da cultura da esperança dos anos cinquenta e sessenta. Eles formularam a esperança ou a manipularam, sem embargo se basearam nela. A destruição quase geral dos movimentos populares e do Estado de reformas (intervencionistas) acabaram com esta cultura, fez com que a cultura da desesperança lograsse uma grande força de convicção, sobretudo, a partir da crise do socialismo na Europa oriental. Esta cultura se fundamenta na tese de que não há uma alternativa.¹⁷⁹

A cultura da desesperança impossibilita o surgimento de novos projetos. Ninguém os formulará, já que não se acredita em uma alternativa. Ao destruir a esperança, a anomia que resulta é politicamente estável. A América central, por exemplo, foi estabilizada em virtude das guerras e do terrorismo de Estado. A América do sul está agora tão estável como nunca esteve em épocas anteriores. Em lugar da esperança, aparece um *salve-se quem puder*, no qual cada um trata de salvar-se, impedindo que o outro o faça.

- que não lhe permita lograr com êxito esta inserção, merece a morte. Surge uma inquisição muito mais implacável que a anterior. As regras de jogo do mercado são as regras de um jogo mortal, como o era o jogo dos gladiadores na antigüidade: Ave, caesar, morituri te salutan. Hoje, saúdam da Somália". Idem, p. 123.

¹⁷⁹ Idem, p. 128.

Quando mais se aprofunda a desesperança, menos opção existe, já que não faz sentido uma oposição.

Em 1989, no Uruguai, realizou-se um plebiscito pela anistia dos militares, e a ameaça de sua volta garantiu a maioria dos votos, embora, seguramente, a população estivesse contra. O mesmo aconteceu na penúltima eleição presidencial mexicana e na última da República Dominicana onde foram constatados inúmeros casos de fraude, que foram tolerados porque se sabia que não havia alternativa. Nas próximas eleições, provavelmente, os eleitores votarão de acordo com o que lhes foi *imposto*. Se for diferente, haverá novas fraudes. Em São Salvador, por sua vez, quando os militares mataram toda uma comunidade de jesuítas, o governo não se sentiu responsável e ninguém o responsabilizou, apesar do fato deste país, aos olhos de mundo, ser considerado uma democracia ocidental.¹⁸⁰

Nesta guerra psicológica, cujo objetivo é provocar a desesperança, a impunidade dos crimes militares e dos membros dos corpos repressivos constitui elemento central, já que, isto promove, de maneira decisiva, a sensação de não haver tutela aos direitos humanos, e que o Estado, ainda que formalmente democrático, apresenta-se, na prática de maneira terrorista.

Professor Franz Hinkelammert, estudioso do tema, argumenta que, *esta cultura da desesperança é a cultura do heroísmo do suicídio coletivo. É a volta de Nietzsche e Ernest Jünger como seus clássicos; de Jorge Luís Borges, Mario Vargas Llosa e Octávio Paz, como alguns de seus principais representantes atuais.*¹⁸¹ O mais perverso, segundo o autor, é o fato de que, quando se nega a possibilidade de alternativa, consequentemente

nega-se, também, a possibilidade concreta de se viver com dignidade. Assim, a dignidade humana transforma-se em um princípio abstrato, sem nenhum conteúdo.

As organizações de classe ou revolucionárias surgiram das entranhas da cultura da esperança nos anos cinquenta e sessenta. No entanto, a destruição, quase que geral, dos movimentos populares e do Estado intervencionista, principalmente depois da crise das experiências socialistas dos países da Europa oriental, acabaram com essa cultura, proporcionando o cultivo da desesperança.

As clássicas organizações populares, como os sindicatos, têm sido relegados a um segundo plano, apresentado pouco poder de negociação. No lugar desta organizações, entram em cena novos atores; apareceram as organizações de defesa dos direitos humanos, grupos eclesiais de base, ou de ações simbólicas como as *madres de la Plaza de Mayo* na Argentina. São mecanismos defensivos que tentam barrar terrorismo do Estado.

As lutas emancipatórias no Estado de Chiapas, no México, apresentam-se atualmente como uma importante fonte de resistência à sociedade burguesa que a todos exclui: o índio, a mulher, o negro, o pobre, o menor, o ancião, etc.

O pesquisador alemão, em sua obra *Crítica à Razão Utópica* propõe a utopia como mecanismo de luta. Asseverando que, segundo as teorias tradicionais, a utopia designa os valores que se tornarão viáveis no futuro, de forma que sua viabilização supõe o fim da história. Tais posicionamentos concebem a utopia com um fervor religioso no dia final da redenção. Daí a necessidade de *secularizar* esse entendimento de utopia, traduzindo-a na sua dimensão constitutiva do momento presente. A alternativa deve ser buscada através de uma reformulação dessa civilização ocidental, se possível, superando-a.

¹⁸⁰ Neste sentido ver: HINKELAMMERT, Franz. Op. cit., 128-129.

Deve ser reconstruída a partir das vidas de todos aqueles que foram excluídos – seres humanos e natureza - pela modernidade imposta por esta mesma civilização.

Urge formular uma nova sociedade onde caibam todos!

3.3. – EXCLUSÃO SOCIAL GLOBAL

O historiador Eric Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Extremos*¹⁸², apresenta uma impressionante revelação acerca da catástrofe humana que representou, o século XX. Catástrofe¹⁸³, não só devido ao gigantesco número de mortes - sem equiparação com os momentos históricos anteriores – como também devido à desvalorização do ser humano, ao qual, durante longo período do século, lhe foram negados boa parte daqueles direitos humanos e civis, arduamente conquistados no *longo século* precedente: 1789-1914.

¹⁸¹ HINKELAMMERT. Franz. Op. cit., p. 127.

¹⁸² HOBBSBAWM. Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX.

¹⁸³ François Chesnais também fala em catástrofe para explicitar o desequilíbrio social atual. Ele cita Trotsky que, em 1938, escrevia: “a catástrofe que virá encherá de angústia as mais profundas massas da humanidade”. Segundo ele, hoje, este mesmo sentimento abate a população mundial, mas não da mesma maneira que em 1938 devido ao grande terror da guerra, pois esta não aflige a todos os povos com a mesma intensidade. A catástrofe atual aparece com causas diferenciadas daquelas enunciadas por Trotsky. A angústia que está compartilhada pelas amplas massas, praticamente em todas partes do mundo, repousa sobre a constatação feita pelas classes trabalhistas, pela juventude e por todas os oprimidos acerca da degradação acelerada de suas condições de existência: retorno e permanência da desocupação, precariedade das condições elementares de existência, destruição da proteção social, ressurgimento da fome ou, inclusive onde não ha fome, enfermidades crescentes, retorno da decadência tanto individual como social, soberba das elites e de uma sociedade que expõe com desdém a riqueza de uns diante os olhos de todos a quem tem falta. Estas manifestações múltiplas de uma degradação qualitativa de uma situação que pareceu melhorar durante algumas décadas, expressam que um período histórico está definitivamente encerrado, aquele onde, sobre a base das relações políticas entre as classes estabelecida a partir do fim da Segunda Guerra imperialista mundial, os dirigentes e quadros das organizações obreiras, partidos e sindicatos, puderam disseminar na classe trabalhista a ilusão mortal de que o capitalismo havia sido finalmente “domesticado”, “civilizado”, que admitia-se a “coexistência pacífica” e que não havia, pois, nenhuma necessidade urgente de sustentar o combate para destruí-lo como sistema mundial. CHESNAIS. Op. cit.

A preocupação de torna mais latente, ao se reconhecer que foi no século imediatamente que começara-se a suscitar a idéia do progresso como uma inevitabilidade, tanto em sentido material, como em sentido humano, no tocante ao avanço das liberdades.

Eric Hobsbawm coloca uma instigante pergunta: como foi possível chegar a isso? Como foi possível descer tantos degraus na escala da civilização humana após uma vitória tão importante para as forças progressistas e para o mundo, como foi a Revolução Russa de 1917?

Sem essas indagações, não se pode compreender o motivo que ocasionou o maior retrocesso político e ideológico do século, seguido imediatamente após a Revolução de 1917, a qual despertou na humanidade, as imensas esperanças para vários povos do planeta.

No final do livro, o autor descreve a crise da própria economia capitalista e conclui afirmando que o triunfalismo neoliberal encontra-se abalado em virtude dos sofrimentos que está causando à humanidade a partir dos anos 80 e que, supostamente, terá uma sobrevivência curta.

Sem dúvida, é verdadeira a exposição do que o autor considera uma depressão econômica comparável a dos anos 30, estendendo-se, atualmente, em diferentes níveis no mundo inteiro.

Os fatos confirmam a veracidade das impressões do referido intelectual. O futuro das populações foram postas em jogo a partir do momento em que os governos de todo o mundo abandonaram os projetos nacionais em nome das políticas de ajustes

estruturais globais¹⁸⁴. Tais ajustes estruturais levados a cabo pelas práticas neoliberais, têm apresentado um resultado um tanto quanto previsível.

Segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas(ONU), em 1960, a população rica ganhava 30 vezes mais que a pobre. Hoje, muita coisa mudou. Em 1994, os 20% mais ricos detinham 86% de toda a produção mundial. Ou seja, suas rendas eram 78 vezes superiores às das 20% mais pobres. Com o passar dos anos, o abismo que separa os incluídos dos excluídos¹⁸⁵ têm sido alargado vertiginosamente: os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres mais pobres. Em apenas 34 anos, a perversa concentração de renda chegou ao ponto de que o patrimônio comum dos 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial, cerca de 2,8 bilhões de pessoas.¹⁸⁶

Ainda, de acordo com o referido relatório, a maioria dos prejudicados pelo processo de globalização está nos países em desenvolvimento: quase um terço de seus habitantes (1,3 bilhão de pessoas) vive com menos de US\$ 1 por dia. *Mas, os perdedores*

¹⁸⁴ Para lembrar o que já foi dito no capítulo precedente, elucidaremos a opinião de José Eduardo Faria. “Fabricado por artífices capazes e habilidosos no manuseio das técnicas produtoras de ficção política, recriando a linguagem para lhes atribuir funções inéditas com o objetivo de produzir certos efeitos e estimular reações de amor, ódio, paixão, desprezo, disciplina, respeito e subserviência, o populismo hoje emergente na América Latina revela a dialética perversa dos ambiciosos programas de estabilização monetária e “modernização econômica” que, desde o final da década passada, têm sido adorados no continente. Procurando inserir-se na dinâmica do processo de globalização da economia e da especialização flexível da produção, os governos latino-americanos vêm promovendo ajustes estruturais que (a) aumentam a fragmentação social, em vez de neutralizá-la; (b) enfraquecem as empresas nacionais, com a abertura das fronteiras econômicas aos fluxos do capital internacional; (c) reduzem as dimensões das plantas industriais como fontes geradoras de emprego, a partir da substituição do paradigma “fordista” pelo novo paradigma tecnológico-industrial; e (d) acentuam a marginalidade econômica dos segmentos sociais menos organizados, por causa das políticas ortodoxas de estabilização da moeda forjadas com base na racionalidade técnico-instrumental subjacente ao “consenso de Washington”. FARIA, José Eduardo. Op. cit., p. 147-8.

¹⁸⁵ Para fins do presente estudo será considerado *Excluído* é todo aquele que não consegue suprir suas necessidades fundamentais, referindo-se também à insuficiência de direitos e da plena cidadania. Ou seja, são aquelas populações que não têm como ser globalizadas.

¹⁸⁶ TOLEDO, José Roberto. Globalização aprofunda o abismo entre ricos e pobres. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02nov.1997. Pesquisa na internet. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021112>.

citados no relatório da ONU não estão só no Terceiro Mundo. Cerca de 100 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza nos países desenvolvidos. Em algumas dessas nações, como o Reino Unido, esse número tem crescido. A quantidade de pobres nos países ricos varia de 3% da população, na Noruega, a 37%, na Irlanda. Os EUA ficam no meio do caminho, com 14%.¹⁸⁷

A verdade é que, na Europa, durante as décadas de 80 e 90, nota-se um ressurgimento vigoroso da pobreza. Nos Estados Unidos, até então considerados como um dos países mais ricos do mundo, a situação não é diferente. Atualmente são 50 milhões de pobres, o que significa 20% de sua população.¹⁸⁸

No entanto, é nas sociedades periféricas do globo - principalmente na América Latina - que os efeitos desses ajustes tem sido considerados mais danosos. Em quase todos os países dessa região, os anos 90 têm sido referenciados como a década de triunfo do neoliberalismo e suas práticas de enxugamento do Estado, abertura de comércio, privatizações de empresas públicas, e cortes nos gastos públicos sociais. O resultado desse conjunto de medidas, como se esperava, tem sido uma crescente desigualdade, e polarização das sociedades e o aumento dos índices de pobreza da população.

Como afirma o professor Rodolfo Stavenhagen, *para milhões de latino-americanos, a pobreza representa também, e, às vezes principalmente, um estado de privações permanente, uma falta persistente de "empowerment", uma sujeição perene a múltiplas formas de discriminação e dominação que se encontram arraigadas nas históricas relações hierárquicas, autoritárias e paternalistas de estruturas classistas de*

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*.

*opressão e exploração, sobre as quais se tem colocado nos últimos tempos apenas uma leve capa de democratização aparente. A pobreza na América latina não só acarreta um estremecimento da democracia como, também, apresenta-se enraizada na “não democracia” como forma de existência.*¹⁸⁹

Em suma, vale dizer, que as mais freqüentes violações dos direitos humanos ocorrem entre as classes consideradas marginais, aquelas que encontram-se à margem da sociedade, desde abusos administrativos de autoridades, até as repressões violentas por parte dos braços armados do Estado, perpassando pelo monopólio da administração da justiça, que se apresenta, em vários casos, de forma corrupta e vagarosa. Na América latina, pobreza¹⁹⁰, pode significar tanto a insuficiência de direitos como a ausência de plena cidadania.

Mas, na maioria dos países latino-americanos, tanto a pobreza como a pobreza extrema não podem ser consideradas como fenômenos conjunturais e nem afetam somente pequenos grupos específicos de *excluídos*. Ao contrário, se trata de um fenômeno amplamente estendido, enraizado no desenvolvimento histórico de seus países e agravado consideravelmente durante as últimas décadas, devido às características do crescimento

¹⁸⁸Fonte: STAVENHAGEN, Rodolfo. *Consideraciones sobre la pobreza en América latina. Conferência realizada en las “jornadas para la erradicación de la pobreza*. El Prat de Llobregat, 22-24 de noviembre de 1996. P. 01.

¹⁸⁹ STAVENHAGEN, R. Op. cit., p. 06.

¹⁹⁰ Segundo Rodolfo Stavenhagen, é complexa a determinação do que significa o termo “pobreza”, devido às diversas situações heterogêneas e as variadas dificuldades metodológicas. Pois fixar a pobreza segundo a renda e necessidades básicas é extremamente arbitrário, já que se faz necessário que sejam considerados a heterogeneidade de contextos e situações. Além disso, as necessidades básicas incluem aspectos nutritivos, além de saúde, moradia, educação, etc. Considerar a pobreza, então, não se reduz apenas a insuficiência de renda; é necessário um conjunto de elementos mais amplo. Assim, os critérios utilizados pela CEPAL e pelo Banco Mundial para fixar o que seja “pobreza” e “extrema pobreza” são pouco confiáveis. O autor ainda acrescenta que “as políticas de erradicação ou alívio de pobreza não podem limitar-se ao problema do salário ou do emprego, pois, devem considerar também o entorno social e político, assim como o conjunto de políticas sociais pelas quais é responsável, em última instância, o Estado como representante do Bem-estar coletivo.” STAVENHAGEN, Rodolfo. Op. cit., p. 03-04.

econômico e políticas neoliberais postas em prática pelos governo nacionais e organismos financeiros multinacionais.

Assim, nos países latino-americanos é visível e estarrecedora a crescente desigualdade e polarização dessas sociedades e o considerável aumento dos índices de pobreza da população. *O panorama da pobreza na América Latina é de extrema gravidade. A Comissão Latino-americana do Caribe sobre o Desenvolvimento Social informa que entre 1980 e 1990 o total de pobres aumentou em 60 milhões, chegando a 196 milhões o número de latino-americanos com rendas inferiores aos 60 dólares mensais. Isto significa que 46% da população total não consegue suprir suas necessidades fundamentais. Vale ressaltar que, a extrema pobreza (com rendas menores de \$30 dólares mensais) também aumentou no mesmo lapso de tempo e afeta 94 milhões de pessoas.*¹⁹¹

Diante dessa situação, o professor Franz Hinkelammert acrescenta que o conceito de exploração muda agora. Como se sabe, o conceito clássico de exploração se refere a uma força de trabalho disponível, que é efetivamente usada na produção, e a qual se expropria o produto de suas mãos. Se trata do conceito de exploração como foi desenvolvido na tradição marxista. Sem embargo, agora aparece uma situação em que uma população já não pode ser usada para a produção capitalista, e onde não há intenção de usá-la e nenhuma possibilidade de fazê-lo no futuro. Surge um novo mundo onde se converte em um privilégio ser 'explorado'.¹⁹²

A situação geral de pobreza, na América Latina se incrementou, passando a atingir níveis assustadores. Em quase todos os países da região, os índices apontam entre

¹⁹¹ Conforme CLCDS (Comissão Latino-americana e do Caribe para o Desenvolvimento Social) . In: STAVENHAGEN, Rodolfo. Idem, p. 03.

¹⁹² HINKELAMMERT, Franz. La crisis del socialismo y el Tercer Mundo. Pág. 1-6.

50% a 70% de pobres em toda a população. O desemprego é, sem dúvida, o fantasma que assombra grande parte dos latinos. Os dados demonstram uma considerável elevação. As estimativas revelam que o problema já alcança uma média de 37 milhões de trabalhadores nos países mais desenvolvidos. Isso confirma o prenúncio de João Luís Duboc Pinaud, quando afirmou que: *Nenhum trabalhador vai morar na cidade global!*¹⁹³

Sobre essa questão, Octavio Ianni, acrescenta que, *hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador.*¹⁹⁴

Alguns autores justificam que a perda de empregos, no Primeiro Mundo, significa a criação de postos de trabalho nos países em desenvolvimento, já que lá os custos de produção são menores (incluindo salários). Isso significaria um crescimento do poder econômico nos próximos anos. Essa é a mesma posição do Banco Mundial. No entanto, pode-se aqui, desde já, afirmar que, se as mega-empresas se beneficiam com os custos baratos, o mesmo não ocorre com os trabalhadores desses países que seguem tendo salários baixíssimos, sem contar que, progressivamente, têm perdido muitas de suas garantias trabalhistas¹⁹⁵ em virtude de acordos selados entre as empresas e os Estados Nacionais, como foi explicitado no capítulo anterior.

¹⁹³ PINAUD, João Luís. Op. cit., p. 292.

¹⁹⁴ IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Op. cit., p. 66.

¹⁹⁵ Neste sentido, François Chesnais adverte que: “Respaldadas pelas políticas seguidas por sindicatos, que consiste, em nome dos “imperativos de competitividade”, em seguir cada vez mais de perto a burguesia, as empresas têm utilizado seu novo tipo de liberdade de ação para transformar as tecnologias contemporâneas em armas de guerra contra a classe trabalhista. O modelo anglo-americano, centrado na desregulação e na ‘flexibilidade’ dos contratos salariais, tem ganhado terreno e tem servido para reconstituir um imenso exército industrial de reserva. Cada passo adiante na introdução da automatização contemporânea, fundado sobre os microprocessadores, tem sido a ocasião para destruir as formas anteriores das relações contratuais, tanto como

Jeremy Rifkin, autor do best-seller *O Fim do Trabalho*, assevera que a economia global está sofrendo uma transformação comparável à Revolução Industrial. Para ele, estamos diante de uma mudança do trabalho de massa para um altamente especializado, *trabalho de elite*, acompanhado da crescente automação na produção de bens e serviços. Calcula o autor que, só nos EUA, cerca de 90 milhões de empregos (a força de trabalho norte-americana é de 124 milhões de pessoas) estão vulneráveis à automação¹⁹⁶: *ao deflagrar um processo de crescimento sem um aumento correspondente na criação de novos postos de trabalho (fenômeno conhecido como 'jobless growth'), as ondas de transformação tecnológica dos anos 90 mudaram a estrutura do mercado de trabalho, convertendo o desemprego estrutural na questão crítica da economia contemporânea.*¹⁹⁷

Em realidade, nota-se, que aquela mão-de-obra pouco qualificada tende a ser alijada do sistema produtivo da economia formal. Esses trabalhadores, que, enquanto empregados, percebiam baixa remuneração, provavelmente não conseguirão ser enquadrados em novos postos de emprego, já que não são dotados de adequada e atualizada qualificação profissional de modo que possam desempenhar novas funções dentro do atual paradigma tecnológico-industrial. Por isso, José Eduardo Faria, afirma que a *sociedade de serviços* intrínseca a essa economia neoliberal-globalizada significa, portanto, *uma*

os meios inventados pelos trabalhadores, sobre a base de técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no lugar de trabalho.” In: CHESNAIS, François. Op. cit.

¹⁹⁶ Segundo Toledo, nesse ponto, “o relatório da ONU estima que o impacto da concorrência com a mão-de-obra barata dos países pobres seja responsável por apenas 10% do desemprego industrial dos países ricos. A redução do gasto fiscal (dos governos) e a mudança tecnológica tiveram um efeito muito maior sobre o desemprego e a desigualdade. Na direção oposta à seguida até agora pela globalização, o texto propõe seis políticas nacionais para os países tentarem distribuir mais equitativamente os benefícios da integração mundial. Entre elas, sugere que os governos adotem critérios mais seletivos na hora de abrir as fronteiras à competição internacional, invistam na educação da população mais pobre e fomentem as pequenas empresas. Em paralelo, a ONU recomenda aos países em desenvolvimento que formem blocos econômicos regionais: pois, eles podem aumentar o comércio, facilitar o fluxo financeiro e melhorar os meios de transporte.” In: TOLEDO, José Roberto. Op. cit.

*combinação de altas taxas de desemprego com parcelas expressivas da população trabalhando em tempo parcial ou, então, precariamente, na economia informal.*¹⁹⁸

Segundo o economista Paul Singer,

*em todas as economias que entraram na globalização, isto é, que permitiram plena e irrestrita internacionalização de seus capitais, é patente a acelerada precarização das relações de trabalho, a ponto de o trabalho assalariado formal estar se transformando de regra em exceção e privilégio, uma espécie de apanágio de uma elite de trabalhadores.*¹⁹⁹

Outra consequência, apontada por Tarso Genro, pode ser percebida em países como o Brasil, onde nota-se *uma aceitação resignada, por parte dos incluídos, de um dos salários mínimos mais vergonhosos da história, (...) é um dos sintomas nacionais dessa fragmentação política e objetiva do mundo do trabalho.*²⁰⁰

O ritmo de crescimento econômico torna-se descompassado a partir do momento em que não há uma equivalente à expansão dos postos de emprego. A consequência é demonstrada através de uma espécie de *seleção biológica* no mercado de trabalho, onde somente sobrevivem aqueles que possuem melhor qualificação e são capazes de exercer diversas ocupações simultaneamente. Esta é uma das principais razões do enfraquecimento político por parte dos sindicatos trabalhistas de diferentes setores

¹⁹⁷ FARIA, José Eduardo. Democracia e governabilidade: os direitos humanos à luz da globalização econômica. In: FARIA, José Eduardo.(Org.) *Direito e globalização: implicações e perspectivas*. p. 137.

¹⁹⁸ Idem, p. 140.

¹⁹⁹ SINGER, Paul. A precarização é causa do desemprego. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 dez.1995. Caderno de Finanças.

econômico, fator que vem ocasionando um considerável esvaziamento no universo de atuação da classe trabalhadora como papel decisivo na formulação de projetos político-ideológicos estratégicos para a sociedade.

Na região brasileira, as rendas de muitas famílias não são suficientes para garantir as necessidades mínimas de alimentação. O desemprego urbano declarado aumentou e paralelamente houve um considerável acréscimo no mercado de trabalho informal, chegando, esse tipo de atividade, a ocupar uma média entre 40 a 50% da força de trabalho.²⁰¹

Isso ocorre porque, a queda real do nível dos salários tem impulsionado muitos trabalhadores a buscarem outros tipos de alternativas informais no sentido de complementarem a renda familiar. Ainda assim, é crescente o número de cônjuges e filhos, muitos ainda em idade escolar, que passam a necessitar de trabalho para contribuírem com as despesas familiares.

A imposição de tais políticas, adotadas por vários países do mundo, além de causar estagnação econômica e a conseqüente precarização das relações trabalhistas, eleva o desemprego, aumentando a pobreza e a vulnerabilidade dos povos e a incidência do trabalho infantil, um perverso tipo de exclusão constatado no mundo inteiro.

Milhões de crianças são jogadas no mercado de trabalho em condições abusivas, prejudiciais ao seu desenvolvimento físico, mental e moral e violando leis nacionais e normas internacionais.²⁰²

²⁰⁰ GENRO, Tarso. *O novo mundo do trabalho. Folha de S. Paulo*. São Paulo, 8 dez. 1995. Cad. 01, p.3.

²⁰¹ Ver: Sontag, Heinz. *Las vicitudes del desarrollo*. P. 278.

²⁰² A exploração do trabalho infantil acompanha uma tendência geral de rebaixar ou mesmo anular conquistas e garantias obtidas através da luta dos trabalhadores. Dentre essas conquistas insere-se a Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), datada de 1973, que estabelece em 15 anos a idade mínima

Esse círculo vicioso de *vidas roubadas* traz à tona a tragédia mundial de um dos tipos de exclusão social que, em nosso país, desaba sobre mais de 4,5 milhões de crianças na faixa etária dos 05 aos 14 anos, ou seja, quase 12% dos meninos e meninas dessa idade.²⁰³

Interessa ressaltar que, entre os vários aspectos da atual organização do sistema produtivo mundial, a terceirização é um dos que merece especial atenção. Compreendida no presente estudo, como o processo pelo qual as empresas contratam de terceiros os serviços que são essenciais ao sistema de produção, ao invés de realizá-los com trabalhadores contratados por elas mesmas.

Por trás do discurso da racionalidade administrativa, dos custos, eficácia, controle, qualidade, etc., há uma razão fundamental, que é econômica. Consegue-se a redução de custos via terceirização, elidindo os custos sociais de produção. O que a terceirização viabiliza é escapar dos controles sociais e previdenciários, que foram gerados como resposta à criação da *grande indústria*. Esses terceiros podem ser empresas ou pessoas. E isso tem repercussões sobre o trabalho infantil. O que a fábrica vai pagar pelo resultado dessa mão-de-obra é extremamente inferior ao que teria que pagar se o trabalhador estivesse no *chão da fábrica*. Além disso, as condições de trabalho passam a ser excessivamente precárias, porque, quando era realizado na fábrica, a produção tinha vigilância constante.

No Brasil, dentro do processo de terceirização, o problema do trabalho infantil é grave e danoso. É onde há mão-de-obra excessiva dessa população. Afinal, o carvão

para o ingresso ao mercado de trabalho, idade até a qual a criança terá escolaridade obrigatória. Tal Convenção, ratificada apenas por 46 países, vem sendo questionada hoje por diversos governos como forma de permitir a exploração de crianças sem constrangimentos.

vegetal, muitas vezes produzido em condições subumanas no Mato Grosso do Sul, é utilizado por grandes siderúrgicas mineiras. A exploração infantil na colheita de laranja no Vale do Paranaíba, em São Paulo, rende excelente matéria-prima para exportação de suco. O sisal colhido e industrializado ao custo de milhares de vidas no noroeste baiano serve para garantir, principalmente, fios e cordas para fazendeiros da Europa e Estados Unidos.²⁰⁴

O trabalho infantil não pode ser tratado como situação marginal. Apesar de ir contra a lei, ele não é realizado na clandestinidade do processo econômico. Pelo contrário, está inserido na cadeia produtiva de setores de importância estratégica para o Brasil, que arma uma bomba do tempo quando ignora o descumprimento das normas menoristas e protela o debate sobre a ratificação das Convenções da OIT.

As empresas da sociedade global utilizando o mecanismo da terceirização exploram a mão-de-obra infanto-juvenil com o objetivo da maximização dos lucros e minimização dos custos. O paradoxo se torna mais gritante a partir da constatação de que esses *pequenos trabalhadores*, além de constituírem mão-de-obra barata para o capital, retroalimentam esse sistema, que brutalmente os exclui dos seus benefícios.

A humanidade se vê diante de problemas globais crescentes. A exclusão é uma catástrofe não só para os excluídos. Quando o todo exclui parte, é o todo que está em questão. A visão do todo deverá ser tomada a partir daquela parte ameaçada. E esta tomada de decisão é imprescindível e urgente.

Tarso Genro aconselha que *a relação com os novos excluídos - os miseráveis jogados à própria sorte pela onda neoliberal - só pode se dar com um programa de*

²⁰³ NASCIMENTO, Gilberto. O trabalho empobrece. In: Revista Isto é. 30/04/97. P. 35-40.

²⁰⁴ Neste sentido ver: MATEOS, Simone Biehler et alii. Quem explora a mão-de-obra infantil – Nossas crianças: a sucata do progresso. In: *Revista Atenção*. P. 8-16.

*'inclusão social', que seja ao mesmo tempo necessário e passível de ser regulado por decisões do Estado e que aponte para a superação do Estado atual - que subordina suas leis e decisões ao que é ditado pelos monopólios privados.*²⁰⁵

Ainda, assim, é necessário acrescentar que, quanto rápido mais corre esse processo, *menor é a efetividade dos direitos fundamentais restabelecidos pela abertura política, uma vez que a miséria, as decepções e a falta de perspectivas minam a estabilidade institucional, esgarçam os laços de solidariedade e abrem caminho para o 'hobbesianismo social'.*²⁰⁶

São brutais as diferenças de renda, direitos e acesso aos bens e serviços públicos, fato que mina as bases da cidadania de expressivas parcelas da população economicamente marginalizadas, num momento em que se enfatiza sua emancipação política. Por isso é que torna-se necessário ressuscitar a parcela falida do Estado, no intuito de resgatar o compromisso de corrigir as profundas desigualdades sociais, setoriais, regionais e étnicas sob pena de se ter ameaçada a sobrevivência da própria democracia representativa.

Na verdade, os variados desafios impostos aos Estados nacionais só serão superados através de reformas sociais que visem à integração das parcelas marginalizadas, através de mecanismos de correção na desigual distribuição de renda e fundamentalmente, valendo-se de meios eficazes de respostas às reivindicações coletivas.

É certo que essas necessidades são impostas num momento complexo, em que, segundo o mesmo autor, *as relações internacionais se caracterizam por dois movimentos diametralmente opostos: o da globalização ou integração econômica, alimentado pelos*

²⁰⁵ GENRO, Tarso. *O novo mundo do trabalho*. Folha de S. Paulo. São Paulo. 8 dez. 1995. Cad. 01, p.3.

*interesses políticos, comerciais e econômico-financeiros dos oligopólios, dos grandes bancos e de alguns poucos governos nacionais; e o da balcanização ou fragmentação sócio-cultural, uma vez que a globalização é um processo de decisões privadas e públicas tomadas na forma de sucessivos e inacabados desafios e ajustes, gerando intensas transformações cujas origens e conseqüências são extremamente complexas, por causa de suas múltiplas dimensões não econômicas.*²⁰⁷

As questões colocadas derivam de características da própria globalidade. Na verdade, o curioso *tempo* da globalização da economia, é capaz de estabelecer que movimentos contraditórios tenham ocorrências simultâneas. Ou seja, o mesmo tempo que germina a integração fomenta a fragmentação. É nesse movimento paradoxal que desenvolvem-se, tanto as diversidades como as disparidades. A dinâmica das forças produtivas, em escala mundial, produz paralelamente, evolução e retrocesso.

A realidade é que o processo de mundialização, globaliza as contradições sociais, nas quais se envolvem as classes sociais como um todo. Capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, mercado, planejamento e a violência organizada e concentrada expandem-se por diferentes lugares do mundo²⁰⁸ planetarizado.

²⁰⁶ FARIA, José Eduardo. Op. cit., p. 130.

²⁰⁷ FARIA, José Eduardo. Op. cit., p. 133-4.

²⁰⁸ Octavio Ianni, acrescenta que 'Simultaneamente, desenvolvem-se os grupos e as classes sociais em âmbito transnacional. Todos são desafiados pelas transformações dos quadros sociais e mentais de referências. Assim é que se formam estruturas ou blocos de poder dominantes em âmbito transnacional, ou global, desenvolvendo a globalização pelo alto, desde cima, articulando classes grupos sociais que controlam o poder econômico e político.

Enquanto isso, os setores populares são desafiados a ajustarem-se a uma realidade social, econômica, política e cultural de âmbito mundial. Os seus quadros sociais e mentais de referência, principalmente nacionais, passam a ser desafiados por quadros mentais de referência abertos com a mundialização das relações, processos e estruturas redesenhando o mapa do mundo'. IANNI, Octávio. *Globalização e neo-socialismo*. P. 2.

Estamos diante de um novo palco da história onde *se manifestam as relações e contradições entre capital e trabalho, mercado e planejamento, propriedade privada e propriedade coletiva, assalariados e proprietários, mulheres e homens, nativos e conquistadores, negros e brancos, africanos e europeus, orientais e ocidentais, islâmicos e cristãos, as inúmeras identidades e alteridade, diversidades e desigualdades que podem ser vistas como diferentes configurações da metáfora hegeliana do 'servo e senhor'*.²⁰⁹

Contudo, as atuais instâncias de poder não têm demonstrado interesse ou capacidade de resposta frente ao acirramento desses problemas globais, que constituem um explosivo contraponto do processo de unificação e flexibilização da economia mundial. As tensões multiplicam-se em escala global. São conflitos nacionalistas, xenófobos e de fundamentalismo religioso em países da Europa, Ásia e África, que aparecem de modo crescente e com características de exacerbação da violência. Além disso, é intensa a degradação das condições de vida dos povos dos países tidos como *em desenvolvimento*, como, por exemplo, na América Latina.

Diferentemente dos países centrais, que apresentam como uma das características principais a ampla tutela dos direitos humanos a uma variedade constante de sujeitos, na nossa região, o gradativo processo esvaziamento do Estado nacional dificulta ainda mais o reconhecimento de importantes esferas de direitos do homem, arduamente conquistados no decorrer da história.

A trajetória histórica dos direitos humanos²¹⁰ iniciou-se no século XVIII como direitos civis (direitos de primeira geração), posteriormente (século XIX), ampliou-se, com

²⁰⁹ Idem, p. 5-6.

²¹⁰ Os direitos do homem pode ser assim classificados: Primeira geração ou direitos civis: correspondem os direitos à liberdade física, liberdade de expressão, liberdade de consciência, propriedade privada, da pessoa

a inclusão dos direitos políticos (direitos de segunda geração), evoluiu, neste século como direitos econômicos e sociais (direitos de terceira geração), chegando à época atual como direitos de solidariedade ou direitos do homem no âmbito internacional (direitos de 4ª geração). Hoje, o implemento das políticas neoliberais de caráter global constitui um sério entrave à expansão e efetivação desses direitos, já que, para os teóricos neoliberais, os direitos do homem são apenas os civis e políticos, isto é, os direitos individuais. A concretização dos direitos econômicos e sociais exigem grandes investimentos, gastos sociais, um eficaz aparato público que intervenha e regule o mercado para corrigir as imperfeições objetivando garantir um mínimo de igualdade entre os cidadãos. Assim, torna-se evidente que direitos do homem e neoliberalismo são, decisivamente, duas realidades incompatíveis.

Neste momento, urge resgatar a importância da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 como referência ética de uma nova ordem contemporânea mundializada. Esse importante documento globalizou os direitos humanos, afirmando sua universalidade, como decorrente da própria condição humana. Ratificou a indivisibilidade de tais direitos, entrelaçando suas quatro gerações num corpo só, transcendendo a diversidade cultural, para constituir um patamar mínimo que assegure a dignidade humana. Ou seja, *é a maior prova histórica até hoje dada do consensus omnium gentium sobre um determinado sistema de valores.*²¹¹

acusada, às garantias dos direitos, etc.); Segunda geração ou direitos políticos: direito ao sufrágio universal, direito de constituir partidos políticos e direito de plebiscito, de referendo e de iniciativa popular; Terceira geração ou econômicos e sociais: são os direitos relativos ao homem trabalhador e ao consumidor (segurança social, educação e habitação); Quarta geração ou direitos de solidariedade: corresponde o direito ao desenvolvimento (econômico, social, cultural e político), ao meio ambiente sadio, à paz, autodeterminação dos povos. In: BEDIN, Gilmar Antônio. Op. cit., p. 46 e ss.

²¹¹ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. P. 27.

Ainda de acordo com Norberto Bobbio, somente depois dela é *que podemos ter certeza de que a humanidade – toda a humanidade – partilha alguns valores comuns; e podemos, finalmente, crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens.*²¹²

Com a declaração de 1948 a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo, universal e positiva: *universal* no sentido de que os destinatários daqueles princípios não eram apenas cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens, indistintamente; e, *positiva* no sentido de que os direitos do homem se tornaram efetivamente protegidos inclusive contra o próprio Estado que os tenha violado.²¹³

No entanto, este foi apenas o início de uma longa marcha, cuja realização final ainda não somos capazes de visualizar, haja vista as dificuldades em implementar um sistema de medidas eficientes para a sua efetivação numa comunidade internacional mundializada. Pois, a globalização da economia funda-se no paradigma econômico que efetiva-se sob orientação das políticas neoliberais. Os pressupostos essenciais de implementação de tais políticas, no entanto, tem ocasionado efeitos aniquiladores à universalidade e a indivisibilidade dos direitos arduamente conquistado em épocas passadas.

Por isso, torna-se necessário criar mecanismos jurídicos de efetivação dos direitos humanos, alargando sua base de proteção, de modo que incluam todos tipos de tutela enquadradas nas cinco gerações de direitos arduamente conquistados no durante os últimos séculos.

²¹² Idem, p. 28.

A situação geral da América Latina permite dizer que estamos longe da realização dos direitos econômicos e sociais, haja vista que o *denominador comum* continua sendo (a) a pobreza absoluta (que atinge cerca de 31,5% da população global do continente); (b) o desemprego disfarçado (ou seja, o subemprego, o emprego informal e a produtividade ociosa frente às possibilidades do aparelho produtivo existente que, em 1990, atingia mais de um terço da população) e (c) o baixo nível dos seus salários (medido em termos reais, na última década, o salário mínimo urbano caiu de 100.0 para 77.1, na Argentina; para 70.6 no Brasil; para 79.7, no Chile; para 50.7, no México; e para 68.6, na Venezuela).²¹⁴

Os dados são constrangedores. Nesse sentido, assevera José Eduardo Faria, *uma parte e expressiva da população latino-americana é constituída por 'párias' no sentido atribuído por Hannah Arendt a esse termo; situados a margem do mercado formal de emprego, esses 'párias' se tornam 'supérfluos' no âmbito do paradigma econômico vigente, passando assim a viver mais no 'estado da natureza' - ou seja, sem leis garantidas em sua universalidade, ficando por isso à mercê das inúmeras formas de violência física, simbólica ou moral - do que no 'estado civil', fundado no império da lei, na segurança jurídica e no direito a ter direitos.*²¹⁵

Essas populações miseráveis fadadas à marginalidade sócio-econômica, ou seja, à fome, a exploração, trabalho, muitas vezes escravo, e condições 'hobbesianas' de vida, jamais podem ser enquadradas como sujeitos de direitos, tampouco incluídas na esteira das liberdades e garantias fundamentais elencadas no ordenamento constitucional. São, desta

²¹³ Idem, p. 30.

²¹⁴ Conforme relatório da UNICEF. In: FARIA, José Eduardo. Op. cit., p. 144.

²¹⁵ FARIA, José Eduardo. Op. cit., p. 145.

forma, excluídos devido à ineficiência do Estado em regulamentar leis complementares que viabilizem a prestação de serviços de assistência social e jurídica, ou ainda por limitar o acesso à justiça.²¹⁶

Por essas e outras razões, o conceito de *justiça* tende a se esvaír do imaginário coletivo, fato que acarreta a progressiva deterioração dos padrões legais. Enquanto isso, as relações de poder passam a se estabelecer por meio da violência generalizada, seja institucional, simbólica ou física, assentada no embate instituído entre *incluídos* e *excluídos*. Fato que obstrui os processos de democratização nos países da América Latina haja vista o profundo descrédito nos valores democráticos. No Brasil, por exemplo, passados mais de vinte anos do fim do período ditatorial a democracia ainda encontra-se incompleta, no seu sentido real.

É dentro desta realidade de pontos e contrapontos *que o capitalismo na América Latina tem desenvolvido regiões como São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México e criou, seu contraponto em termos regionais: o nordeste brasileiro, o norte argentino e o sul do México (e crescentemente sua fronteira norte)*²¹⁷. Ou seja, o paradoxo social está cruelmente instalado numa região onde riqueza e pobreza operam juntas.

²¹⁶ O professor da USP, analisando a questão de maneira bastante crítica e profunda, indaga: “Para estes segmentos, afinal, qual é o significado do direito à propriedade se não dispõem de condições efetivas para se tornar proprietários? Do mesmo modo, qual o sentido do direito à livre iniciativa se não dispõem de terras para cultivar? O que representa o direito à inviolabilidade do lar para aqueles que, nas favelas, nos guetos e nas periferias, têm seus barracos, cortiços e casas invadidos pela polícia e presos sem ordem judicial? Qual é o alcance do direito à livre expressão para quem não dispõe dos meios necessários - educação básica, por exemplo - para se expressar? Que significado tem a divisão dos poderes para os que não dispõem de meios financeiros para o acesso à Justiça, ficando à mercê dos tão degradados serviços gratuitos de assistência judiciária? Como é possível que os “excluídos” respeitem as leis se muitos daqueles cuja responsabilidade é defendê-las as desrespeitam sistematicamente e impunemente? Que credibilidade têm as leis e os códigos quando muitas de suas normas são editadas e reeditadas conforme os interesses conjunturais do poder econômico? Que validade têm textos constitucionais que concedem direitos impossíveis de serem reconhecidos ou concretizados, por ausência de leis regulamentares destinadas a torná-los eficazes em termos tanto formais quanto materiais?” FARIA, José Eduardo. *Idem*, p. 133.

²¹⁷ SOBRINHO, Sebastião Tigüera. In: CHOMSKY Noam & outros. *Op. cit.*, p. 46.

Os programas de ajuste econômico para a região latino-americana estabelecidos através do *Consenso de Washington*, entre outras consequências, também ocasionaram um debilitamento expressivo nas clássicas organizações participativas, como os sindicatos, movimentos populares, associações comunitárias, etc.. *Verifica-se aí, no plano interno de cada país latino-americano, o mesmo fenômeno apontado no plano externo: crescente integração transnacional do mundo resultando na desintegração nacional; a reestruturação da economia internacional segmentando as sociedades nacionais, ao criar circuitos e mercados fechados entre si; a especialização da produção funcionando em cadeias e blocos divididos, embora economicamente interligados.*²¹⁸

As nações do continente latino-americano não podem alimentar a ilusão de permanecerem fechadas aos impulsos auto-regulatórios de uma economia globalizada: *Não se trata de reverter a Globalização, mas de completá-la: a internacionalização do capital deve ser limitado pelo restabelecimento de algumas prerrogativas dos Estados nacionais e pelo estabelecimento de instituições reguladoras do intercâmbio comercial, que tenham a reformalização das relações de trabalho como um dos seus objetivos principais.*²¹⁹

Em suma: Importante se faz reconhecer, que o crescente intercâmbio de valores, identidades e alteridades entre os diversos povos do mundo envolve uma progressiva transculturação. A proposta de uma nova *aldeia global* só será, de fato, *mundial* à medida que contemplar as singularidades e as multiplicidades socioculturais, bem como as novas possibilidades de realização que se abrem com o fenômeno da transculturação.

Recoloca-se, a luta por outro tipo de sociedade. Diversa daquela que se forma com o neoliberalismo. Trata-se da luta por uma sociedade mais justa. Na qual se dissolvem

²¹⁸ Idem, p.148.

as desigualdades fabricadas pela supremacia do mercado e do capital, de poucos sobre muitos.

3.4. TERCEIRO MUNDO E A ORDEM GLOBALIZADA

Em nível externo, a mundialização do capital se dá com a preponderância dos investimentos diretos do exterior, os quais, segundo François Chesnais: *estão concentrados nos países centrais*, que o autor chama de tríade, formada pelos EUA, União Européia, Japão, e que há cada vez mais barreiras aos países em desenvolvimento em ingressar nesta tríade²²⁰. Pode-se afirmar que, a mundialização é excludente e deixa à margem amplos setores da população mundial, principalmente América Latina e Ásia.²²¹ A consequência é a *desaparição gradual dos processos democráticos a medida que a tomada de decisões se concentra nas instituições privadas e nas estruturas governamentais que estão se*

²¹⁹ SINGER, Paul. *A precarização é causa do desemprego*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 10 dez. 1995.

²²⁰ CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. p. 32 e 34.

²²¹ “O fluxo internacional de recursos aprofunda as disparidades mundiais. Mais de 90% dos investimentos estrangeiros diretos vão para Japão, EUA, Europa e oito províncias da China. Todos os demais países, com 70% da população mundial, ficam com menos de 10% dos investimentos. ‘Isso significa que regiões enormes do mundo estão ficando excluídas dos avanços tecnológicos’, registra o relatório da ONU. Os mecanismos que deveriam minimizar esses impactos resultaram ineficientes. A Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio ‘deixou intacta a maior parte da proteção da indústria e da agricultura dos países industrializados’, diz a ONU. Os produtos exportados pelo Primeiro Mundo tiveram uma redução muito mais forte das tarifas que lhe eram impostas do que as exportações do Terceiro Mundo: -45% contra -20% a -25%.” TOLEDO, José Roberto. Op. cit.

*aglutinando em torno delas, ou seja, o que o Financial Times chama de governo mundial de fato que trabalha em segredo sem prestar contas a ninguém.*²²²

De acordo com o Informe sobre Desenvolvimento Humano da ONU, na globalização da economia há ganhadores, os países ricos e perdedores, os países pobres. Os países menos desenvolvidos, onde vivem um bilhão de pessoas, podem perder anualmente US\$ 600 milhões. Nota-se uma distribuição desigual dos investimentos estrangeiros: 90% foram para os Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão e China. Os 10% restantes foram para os demais países, nos quais vivem 70% da população da Terra.²²³ Os países pobres não recebem créditos e taxas de juros adequados para se desenvolver. Ainda, segundo o referido relatório, são vários os fatores que determinam essa situação: *das barreiras alfandegárias mais punitivas às exportações dos países subdesenvolvidos às leis de proteção de patentes que dificultam o acesso das nações pobres a novas tecnologias.*²²⁴

Embora o comércio mundial tenha apontado um crescimento vertiginoso após a Segunda guerra mundial, ele constitui o motivo que mais determinou desigualdades entre países ricos e pobres no universo global. Com 10% da população do planeta, os países do terceiro mundo são responsáveis 0,3% do comércio mundial.²²⁵ Segundo a ONU, os subsídios dos ricos prejudicam o Terceiro Mundo de várias formas: *1) mantêm baixos os preços internacionais, desvalorizando as exportações dos países pobres; 2) excluem os pobres de vender para os mercados ricos; 3) expõem os produtores pobres à concorrência de produtos mais baratos em seus próprios países.*

²²² Idem, ibidem. P. 17.

²²³ Ver TOLEDO, José, Roberto. Globalização aprofunda abismo entre ricos e pobres. Folha de S. Paulo. São Paulo. 2. Nov. 1997. Pesquisa na internet. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021112htm>.

²²⁴ Idem.

Nesse cenário de contradições, as nações latino-americanas têm participado de maneira mais passiva do que ativa no tocante às vantagens alcançadas no comércio mundial. Âmbito onde, muitas vezes, são permanentemente associadas a diversos problemas e acusadas de desrespeitar direitos humanos, degradar os recursos naturais, desconsiderar a propriedade intelectual e fixar regras de protecionismo comercial.

De acordo com a afirmação de Eduardo Saxe-Fernández,

*As instituições políticas dos países da região estão sendo reestruturadas de acordo com as necessidades dos interesses metropolitanos. A região ocupa uma posição cada vez mais marginal na cada vez mais decisiva economia internacional, ao mesmo tempo que se torna imprescindível para a sobrevivência internacional, como potência, dos Estados Unidos(...). Como resultado da aplicação de programas e políticas neoliberais e 'pro business', hoje se pode constatar catastróficas e crescente marginalização e subsidiarização políticas internacional.*²²⁶

Nos Estados desenvolvidos, a ênfase tem sido dada à revitalização do livre comércio e à libertação dos agentes produtivos, sob forma de estratégias de desregulação, deslegalização e desconstitucionalização. O que vem alimentando essa ênfase são as sucessivas ondas de transformação tecnológica dos países avançados, responsáveis pelo

²²⁵ Idem, ibidem.

²²⁶ FERNÁNDEZ, Eduardo Saxe & BOURGEOIS, Christian B. *El Globalismo Democrático Neoliberal Y La Crisis Latinoamericana*. P. 8-9.

*deslocamento do eixo de competição do comércio internacional, a partir dos anos 90.*²²⁷

No passado, a competição era em busca do controle de matérias primas; com a globalização, todavia, procura-se dominar as atuais escalas internacionais de produção, o que ocasiona o fim das vantagens comparativas dos países em desenvolvimento que possuem grandes reservas energéticas e mão-de-obra barata excessiva.

Por um lado, os detentores das recentes transformações tecnológicas apenas promovem transferência às sociedades em desenvolvimento, daquelas fases produtivas que envolvem trabalho manual, se baseiam em salários baixos e que causam impacto negativo nos recursos ambientais.

Por outro lado *as vias que foram seguidas até agora para 'globalizar' as economias latino-americanas não têm conseguido, e não farão no futuro, uma autêntica transformação produtiva e institucional cujos benefícios sejam compartilhados por toda a população. O aprofundamento dos processos de integração pode contribuir com uma mudança social, mas para isso é necessário que a sociedade civil tenha uma ampla participação na tomada de decisões.*²²⁸

Essa transferência acarreta uma concorrência desleal entre mercados de trabalho situados em plano local com aqueles em nível nacional, com vistas a atrair novos tipos de investimento, fato que obriga os países em desenvolvimento a disputarem entre si pelas inversões muitas vezes desfavoráveis às suas economias.²²⁹

²²⁷ FARIA, José Eduardo. Op. cit., p. 135.

²²⁸ GUERRA-BORGES, Alfredo *Globalización de la regionalización en América Latina: un punto de vista alternativo*. p. 436-43.

²²⁹ Segundo dados da ONU, "Das 100 maiores economias do mundo, 50 são mega-empresas. Como a GM, cujo faturamento em 1994 foi superior ao PIB de países como Turquia, Dinamarca e África do Sul." In: TOLEDO, José Roberto. Op. Cit.

Essa competição vai provocar, o considerável enfraquecimento do trinômio *Estado-nação-indústria nacional*. Neste sentido, José Eduardo Faria assevera que:

Por causa desse enfraquecimento, (a) os Estados nacionais têm comprometida sua capacidade de coordenação macroeconômica, (b) perdem as condições materiais de estabelecer critérios políticos e dispositivos jurídicos aptos a permitir a superação da rigidez da lógica econômica na busca do bem-estar coletivo, (c) revelam-se incapazes de impedir a transferência de parte de seu poder decisório para as áreas de influência do capital privado e dos grandes conglomerados empresariais, (d) enfrentam dificuldades para assegurar a eficácia de seus instrumentos de política industrial baseados na imposição de restrições aos fluxos de capitais e mercadorias e, por fim, (e) dispõem de poucas condições políticas e financeiras para administrar o custo social da transformação das relações entre o capital e o trabalho provocada pela substituição do antigo paradigma 'fordista' pelo novo paradigma da 'especialização flexível da produção'.²³⁰

O esvaziamento do Estado-nação se processa paralelo à extinção da soberania, haja vista que o mercado começa a penetrar em campos não especificamente econômicos. Assim, destroem-se os limites entre o público e o privado, fazendo com que os critérios de eficiência e lucratividade se sobreponham a critérios sociais. Isso faz decrescer a

²³⁰ FARIA, José Eduardo. Op. cit., p. 141-142.

capacidade da política tradicional de controlar os processos sociais, consequentemente, menor é a autonomia do poder público.

Em suma, é interessante reiterar aqui, o que foi dito no capítulo precedente: essa terminologia *globalização da economia mundial* está sendo utilizada para justificar a nova forma de dominação não só econômica, como sócio-cultural dos países do *Primeiro Mundo* sobre os países periféricos, impondo novos padrões de normas, condutas e comportamentos, ou seja, dão uma nova roupagem a este antigo tipo de dominação.

Por isso, parece-nos indispensável, termos em mente que há uma enorme distinção entre o discurso da globalização e a realidade histórica a qual pretende aludir. O que, a primeira vista, aparece como uma intensificação das relações sociais mundiais, na verdade, constitui-se uma a nova face do imperialismo mundial.

3.5.- O CAMINHO DA RESISTÊNCIA

De modo muito lento a sociedade vai tomando consciência dos perigos que enfrenta. No âmbito teórico estão surgindo trabalhos que analisam a globalização à luz de pressupostos críticos, que evidenciam a necessidade de proteger os excluídos e salvaguardar seus direitos de vida e trabalho, vantagens adquiridas em nível de proteção social, o meio ambiente, enfim, o futuro de todos e não de uns poucos.

Teses que apontam para a necessidade de construir uma globalização *por baixo* construindo a base de uma nova resistência nos municípios, fabricas, escolas e universidades, organizações populares, com pressupostos de solidariedade.²³¹

No campo da *praxis*, estão surgindo movimentos e grupos de apoio que, sem olvidar a reflexão teórica, começam a proliferar por todas as partes do globo. Na América Latina, aos poucos, multiplicam-se essas novas e importantíssimas frentes de ação. Dentre elas destacam-se alguns movimentos como o Movimento dos Sem Terra (MST), no Brasil, dos indígenas, no Estado de Chiapas (México), dos mineiros bolivianos, paraguaios e colombianos, etc. Na América do Norte e Europa também há exemplos do ressurgimento de um novo internacionalismo obreiro, que propõe novos critérios para o enfrentamento da globalização. Entre eles estão o *North American Worker to Worker network*²³², o *Transnational Information Exchange*, na Holanda, com finalidade de conectar todos os trabalhadores da mesma empresa em diversos países, a *Federación Internacional de Trabajadores de Empresas Químicas, de Energía y de Minas*, com sede na Bélgica e que tem realizado ações comuns finalizando a estruturação de um novo tipo de movimento sindical global.

Tanto no Norte como no Sul são crescentes as reivindicações contra a globalização liderada pelas empresas transnacionais. Mas, o passo primeiro para a efetiva

²³¹ Boaventura de Souza Santos é um dos importantes colaboradores teóricos. Este autor, ultimamente vem estudando a globalização capitalista atual como generalização e imposição de um único ponto de vista local, que marginaliza qualquer outra alternativa. Seus conceitos de *globalismos localizados* e *localismos globalizados* são importantes formas de conhecer a sociedade atual e promover resistência a ela. Além dele, podemos citar outros tão importantes como os professores Franz Hinkelammert e Jaime Petras, o colombiano Germán Palácio, o costa-riquenho Eduardo Saxe-Fernández e outros tantos que há muito vêm denunciando os perigos da globalização neoliberal. No Brasil, podemos citar Emir Sader, Antônio Carlos Wolkmer, José Eduardo Faria, Odete Maria de Oliveira, Edmundo Arruda, Octavio Ianni, entre outros.

transformação social, está em unir esforços no sentido *de substituir os 'cidadãos-servos' (os sujeitos formais de direito que não dispõem de poder substantivo) por 'cidadãos plenos' (capazes de influir nas decisões fundamentais relativas à organização da vida econômica e à construção dos lugares da convivência social).*²³³

O conceito de utopia - entendido como a construção de mundos impossíveis destinados a iluminar a formação e conquista de mundos possíveis - deve ser resgatado como um *horizonte de sentido* ao alargamento dos espaços públicos da palavra e ação, práticas políticas e exploração de novas possibilidades e vontades em torno do que a humanidade tem direito de desejar, merecer, e por isso, lutar.

Boaventura Santos, em seu clássico, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, afirma que a utopia é duplamente relativa: *por um lado, é uma chamada de atenção para o que não existe como (contra) parte integrante, mas silenciada, do que existe; pertence à época pelo modo como se aparta dela; por outro lado, a utopia é sempre desigualmente utópica, na medida em que a imaginação do novo é composta em parte por novas combinações e novas escalas do que existe.*²³⁴

Nesta perspectiva, *a utopia é a metáfora de uma hiper-carência formulada em nível a que não pode ser satisfeita. O que é importante nela não é o que se diz sobre o futuro, mas a arqueologia virtual do presente que a torna possível. Paradoxalmente, o que é importante nela é o que nela não é utópico.*²³⁵ Desta forma, *a utopia é a possibilidade de encontrar alternativas voltadas às tradições suprimidas, para as experiências subalternas,*

²³² Esse movimento, surgido em 1990, dos sindicatos norte-americanos de trabalhadores da multinacional Ford, tem realizado greves de apoio a empregados da filial da mesma empresa no México, que recebiam menos direitos que seus colegas dos EUA.

²³³ FARIA, José Eduardo. Op. cit., p. 152-153.

²³⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., p. 323.

*para as perspectivas das vítimas, para os oprimidos, as margens, a periferia, para as fronteiras, para o Sul do Norte(...).*²³⁶

A utopia, então, apresenta-se como uma denúncia, originando-se, fundamentalmente, de onde se manifestam as limitações estruturais de determinada ordem social-econômica, político-cultural, e jurídica.

É esse sentimento utópico que, nesta década, tem alimentado vários setores das populações latino-americana no sentido de lutar pela reconquista da cidadania, por efetivação e legitimação dos direitos humanos, preservação de suas crenças que estão ameaçadas de extinção, principalmente, em virtude da padronização de valores comportamento impostos pela globalização da economia, enfim, contra violação de direitos, opressão e exploração pelos quais, os latinos têm sido vítimas freqüentes.

Neste sentido, José Eduardo Faria, considera que:

*Esse não é um cenário em que todos precisam partilhar, obrigatoriamente, os mesmos projetos e as mesmas aspirações, mas, em que cada um, agindo a partir de atitudes conscientes e qualitativamente diferenciadas, consegue atuar de modo ativo no processo de construção de uma cidadania plena, constituída tanto na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado quanto na obrigação política horizontal dos próprios cidadãos entre si. A utopia somente oferece um critério de discernimento.*²³⁷

²³⁵ Idem, p. 324.

²³⁶ Ide, ibidem.

De toda a análise, constata-se ainda que, alguns pressupostos como mercado regulado, Estado intervencionista e justiça social, democratização dos poderes executivos, mecanismo de integração social em benefício dos excluídos, etc, são fundamentais para efetivação direitos econômicos e sociais e em decorrência, direitos do homem. Pois como nos indaga Norberto Bobbio, se pode ser livre (direito à liberdade) quem não tem trabalho? Quem não tem acesso à educação? Quem não está em condições de obter proteção suficiente em relação a um bem primário como a saúde? É lógico que *é não*. Neste sentido, entende-se que os direitos econômicos e sociais constituem-se condição primordial para o efetivo respeito aos direitos civis e aos direitos políticos. Assim, ao serem destruídos os direitos econômicos e sociais, como querem os neoliberais, todos os demais direitos estarão sujeitos a uma rigorosa relativização em sua efetividade prática.²³⁸

Entretanto, apesar das enormes dificuldades, apontadas no decorrer deste estudo, quanto à sua real efetivação, num momento histórico em que as leis reguladoras da globalização econômica e as da legitimação da ordem democrática constituem como pólos extremamente opostos e excludentes, e em que os mapa político internacional contemporânea é redesenhado, os direitos humanos apresentam-se como critério primordial para conquistar o apoio daqueles que sintam o chamamento histórico no sentido de resgatar a liberdade e a dignidade humana.

Em face desse cenário, importa lembrar, que o cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos significa um momento oportuno para que Estados e sociedade civil renovem o seu compromisso com a efetivação e supremacia dos direitos

²³⁷ FARIA. José Eduardo. Op. cit., p. 157-158.

²³⁸ Conforme BEDIN, Gilmar. Op. cit. p. 112.

humanos, para que a lógica do mercado global se entrelace à ética dos direitos e aos direitos sem fronteiras.

Lembrando, nesse sentido, o mandamento do físico Fritjof Capra: *É necessária uma estrutura social e econômica radicalmente diferente: uma revolução cultural na verdadeira acepção da palavra. A sobrevivência de toda a nossa civilização pode depender de sermos ou não capazes de realizar tal mudança.*²³⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos diante de uma nova versão de guerra declarada pelo modo de produção capitalista. Uma guerra cuja arma mortal é o maior lucro e do menor custo. Esta é a guerra do sistema global. Sua bandeira: a nova racionalidade. A esta ordem, não importam erros, sofrimentos e misérias. O núcleo fundamental deste paradigma está protegido e alimentado pelos mesmos objetivos econômicos e financeiros que nutrem e coordenam o sistema transnacional. Essa ordem e racionalidade só têm um objetivo: a eficácia e a efetividade econômicas sem importar as suas consequências.

É importante reconhecer que a proposta dessa *aldeia global* implica o crescente intercâmbio de valores, identidades e alteridades entre os diversos povos do mundo. No entanto, dita sociedade só será, de fato, *mundial* à medida que contemplar as singularidades e as multiplicidades sócio-culturais, bem como as possibilidades de realização que se abrem com essa transculturação. Trata-se, pois, lutar contra as desigualdades sociais fabricadas, que envolvem as relações de trabalho, homem, mulher, negro, branco, etc. Buscar uma alternativa adequada à sociedade atual constitui-se opção essencial, para quem não se contenta em pensar a realidade de maneira alienada e desvinculada dos problemas sociais-globais. Necessário e urgente reconstruir uma teoria crítica que reflita e denuncie tal ordem, que se oculta sob aparência da *mão invisível* e de mecanismos auto reguladores do mercado, e que, finalmente imponha uma sentença de morte real e simbólica à opressão dos excluídos. Uma teoria crítica que analise as situações de poder que subjazem nas propostas

²³⁹ CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. P. 16.

econômica-sociológica-política, que se insira na seara do pluralismo jurídico, dos movimentos sociais e populares, que não se enclausure na jaula de ferro do intelectualismo não comprometido, e que se revele como marco de consolidação de uma sociedade, no mínimo, razoável, contrária ao atual sistema estrutural econômico, social e político e distinta deste sistema liberal capitalista mundial.

O desenvolvimento desse novo sistema torna-se uma tarefa extremamente complexa, não só em nível prático como teórico. As respostas usuais a esse questionamento, geralmente, são variações do marxismo. Existem, porém, dimensões na sociedade que não se identificam com a totalidade vigente do sistema capitalista, no qual, o objetivo fundante é a rentabilidade. Há segmentos apontando à priorização de outro critério: a satisfação de necessidades humanas fundamentais. Entretanto, a carência na satisfação de necessidades fundamentais se transforma na consciência de se exigirem direitos que garantam tal satisfação. Tais direitos não obtêm espaço a reconhecimento no interior do sistema legal-estatal. Todavia, não deixam de existir e se revestir de legitimidade, presente tanto na consciência coletiva como social. Preocupada com a inoperância do Direito vigente em dirimir tais conflitos coletivos, surge a perspectiva do pluralismo jurídico, identificada com o reconhecimento da produção normativa excedente ao contexto estatal-legal, além de uma ética concreta da alteridade (enquanto expressão de valores como emancipação, autonomia, solidariedade e justiça) na qual, os sujeitos compartilham e comprometem-se com a dignidade do outro.

Recoloca-se, finalmente, a luta por outro tipo de sociedade, diversa da que se forma com o neoliberalismo. É a luta por uma sociedade mais justa, na qual se reduzem e dissolvem as desigualdades fabricadas pela supremacia do mercado e do capital, de alguns

sobre muitos. A tarefa primeira é a de impugnar, ética e politicamente, tanto a tirania do Estado quanto a do mercado, propondo uma visão da sociedade e da política, na qual a dimensão do público possa ser recuperada. A extensão da democracia em todas as áreas da vida. Isso deverá ser o resultado de uma pressão constante de baixo, pela expansão dos direitos democráticos. Qualquer tipo de exclusão *nunca* poderá constituir-se como solução viável à consolidação de uma realidade emancipatória. Portanto, a inclusão de vastos setores sobranceiros da população é tarefa urgente e indispensável.

Torna-se evidente, portanto, a constatação de que, se o direito quer refundar os seus referenciais teóricos para poder acompanhar o contexto social contemporâneo, deve buscar o diálogo interdisciplinar, sem o qual torna limitada e inoperante sua inserção prática e teórica.

Portanto, longe de se ter esgotado o desenvolvimento da temática, ressalta-se o caráter provisório das conclusões aqui elencadas. O escopo primordial deste esforço é, antes de tudo, incentivar outras investigações a respeito do assunto. Tarefa que se pretende empreendê-la posteriormente. A relevância deste tipo de análise salta aos olhos, caso se leve em conta a extrema exclusão social que vive o povo latino-americano e a inoperância das instituições político-jurídicas em extingui-la, bem como a insistência de teorias em não se aperceber desta realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guillon et MOISÉS, José Álvaro (orgs.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

AMIN, Samir. El futuro de la polarización global. *Revista Nueva Sociedad*. Caracas. n.132, jul/ago, 1994.

ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.p 9-23.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania: do direito aos direitos humanos*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

_____. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: UnB, 1986.

ARRUDA JÚNIOR., Edmundo L. et BORGES FILHO, Nilson. *Gramsci: Estado, Direito e*

sociedade – ensaios sobre a atualidade da filosofia da praxis. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1995.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo L. et RAMOS, Alexandre Luis (orgs.). *Globalização, Neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: EDIBEL, 1998.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo L. *Direito e século XXI: conflito e ordem na onda neoliberal pós-moderna: ensaios de sociologia do direito*. Rio de Janeiro: Luam, 1997.

ASTARITA, Rolando. Sobre las tendencias actuales del capitalismo. *Revista Herramienta*. n. 5. Pesquisa na internet. Endereço eletrônico: <http://www.herramienta.com.ar/5/5-8-3.html>.

BALDI, César. Dependência e integração econômica: A teoria da dependência trinta anos depois. Paper apresentado no curso de Mestrado em teorias críticas do Direito e a democracia na América Latina na Universidad Internacional de Andalucía- La Rábida-Espanha. nov. 1996.

BARCELONA, Pietro. *Post-modernidad y comunidad: el regreso de la vinculación social*. Tradução de Héctor Claudio Silveira Gorski. Madrid: editorial Tratta, 1992.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Cadernos da Dívida Externa*. São Paulo, n. 6, PDEX, 1994.

BEDIN, Gilmar Antônio. *Os direitos do homem e o neoliberalismo*. Ijuí: Unijuí, 1997.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. Liberalismo à brasileira. *Carta Capital*. 15. out. 1997. P. 63.

BEQUELE, Assefa. *Trabalho infantil: perguntas e respostas*. In: O trabalho Infantil Brasília: OIT, 1993.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIAVASCHI, Magda. As reformas do Estado em tramitação: breves considerações. In: ARRUDA Edmundo & RAMOS, Alexandre. *Globalização, neoliberalismo e mundo do trabalho*. Curitiba: Edibej, 1998. P.231-243.

BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BONALUME NETO, Ricardo. O homem que expandiu o mundo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17.maio.1998. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/mais/fs17059808.htm>.

BORGES FILHO, Nilson. *Os militares no poder*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

_____. *Sobre o sagrado e o profano: civis e militares na política brasileira*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

BORON, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. In: SADER, Emir, e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 63-118.

BRIONES ROUCO, Luis. Rasgos económicos del capitalismo de fin de siglo. *Revista Herramienta*. Buenos Aires. N.5. Endereço eletrônico: <http://www.herramienta.com.ar/5/5-8-2.html>.

BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1988.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. Tradução de Álvaro Cabral. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Teoría de la dependencia" o análisis concretos de situaciones de dependencia. In: Flacso- Unesco : *Teoría , metodología y política del desarrollo en América Latina*. Buenos Aires/Santiago: Ed. Flacso, 1972.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Trad. Silvana Fianzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Notas para una caracterización del capitalismo a fines del siglo XX (primera parte). *Revista Herramienta*. Buenos Aires. n.1. Endereço eletrônico: <http://www.herramienta.com.ar/1/1-3.html>.

_____. La caracterización del capitalismo a fines del siglo XX. *Revista Herramienta* Buenos Aires. n. 3. Endereço eletrônico: <http://www.herramienta.com.ar/3/3-2.html>.

_____. Una conmoción en los parámetros económicos mundiales y en las confrontaciones políticas y sociales. *Revista Herramienta*. Buenos Aires. n. 6. Endereço eletrônico: <http://www.herramienta.com.ar/6/6-6.html>.

CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. *La sociedad global: educación, mercado y democracia*. México: Joaquín Mortiz, 1996.

CHOMSKY, Noam et alii. *Chiapas Insurgente -5 ensaios sobre a realidade mexicana*. México: Txalaparta, 1995.

CHOMSKY, Noam. *Consenso de Washington é uma fraude*. Entrevista concedida ao Jornal da Tarde em 30/11/96. Pesquisa na Internet <http://www.jt.com.br/jt/caderno/sa1130a.htm>.

CINCO SÉCULOS DE COLONIALISMO. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 maio. 1998. Pesquisa na internet. <http://www.uol.com.br/fsp/mais/fs17059808>.

CLARK, Jeff. *Globalización, el derecho y la soberanía de las jurisdicciones nacionales*. Conferência apresentada em Havana (Cuba), em 13-15 de abril de 1995.

COGGIOLA, Osvaldo et KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

CORREAS, Óscar. El neoliberalismo en el imaginario juridico. In: MARQUES, Agostinho Ramalho et alii. *Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. Curitiba: Edíbej, 1996. P. 3-15.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

_____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson et NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.) *As categorias de Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 103 a 127.

COUTINHO, Luciano. Globalização perigosa. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 18. Junho. 1998. P. 3.

DEUTSCH, Karl. *Política e Governo*. Trad. de Maria José da Costa Feliz. 2. ed. Brasília: UNB, 1983.

DURAN, Jorge e BAUMGARTNER, José Luís. *América latina liberación nacional*. Montevideo: Banda Oriental, 1985.

DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do outro (a origem do mito da modernidade)*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

✕ FARIA, José Eduardo (org.). *Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas*. São Paulo: Malheiros, 1996.

FRANCO, Célia Gouveia de. Empresa global troca de país como se troca de roupa. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 2 nov. 1997. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021108htm>

FALETTTO, Enzo. O nascimento da Teoria da Dependência. *Zero Hora*. Porto Alegre. 13 jun. 1998, p. 8-10.

FAORO, Raimundo. A voz da revolução silenciosa. *Carta Capital*. 15 out. 1997. P. 31.

FREI BETTO. Fora do neoliberalismo há salvação? *Folha de São Paulo*. São Paulo. 2 nov. 1997. Endereço Eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/dinheiro/fj021103.htm>.

FIORI, José Luís. A nova face da dependência. *Revista Quadrimestral da AMATRA IV*. Porto Alegre, n 5, v II, abr/ ago, 1995.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GENRO, Tarso. Reflexão preliminar sobre a influência do neoliberalismo no Direito. In: ARRUDA Edmundo & RAMOS, Alexandre. *Globalização, neoliberalismo e mundo do trabalho*. Curitiba: Edibej, 1998. P. 29-38.

_____. O novo mundo do trabalho. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 08 dez. 1995. P. 3.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

GONZÁLES ORDOVÁS, Maria José. La propiedad en los Neoliberales: el ejemplo de Nozick. *Crítica Jurídica*. México. n. 15. 1975. p. 93 e ss.

GUARESCHI, Pedrinho A. O “programa do bom menino” ou como preparar mão-de-obra barata para o capital. *Serviço social e sociedade*. São Paulo: Cortez. Ano IX . outubro de 1988.

GUERRA-BORGES, Alfredo Globalización de la regionalización en América Latina: un punto de vista alternativo. *Revista Comercio Exterior*. México. Jun. de 1996. P. 436-43.

GUIGLIANI, Guillermo. La globalización y la fragmentación social. *Revista Herramienta*. Buenos Aires, n. 5. Endereço eletrônico: <http://www.herramienta.com.ar/5/5-8-4.html>.

GULDBERG, Horácio Cerutti. *Filosofía de la liberación latino americana*. 2. ed. México: Terra Firme, 1992.

_____. *Tareas Culturales En Tiempos De Desintegracion*. Texto elaborado para discussão no curso de Mestrado em Direito e democracia na América Latina da Universidad Internacional de Andalucía-La Rábida, Espanha, 1996. 40 p.

HABERMAS, Jürgen. *O estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da cidadania e da soberania*. Trad. de Antônio Sérgio Rocha. *Revista novos estudos*. CEBRAP. n. 43, nov. de 1995. p. 87 –101.

HINKELAMMERT, Franz J. *El mapa del emperador – determinismo, caos, sujeto*. San José: DEI, 1996.

_____. *El huracán de la globalización: la exclusión y la destrucción del medio ambiente vistos desde la teoría de la dependencia*. Texto apresentado para discussão no curso de mestrado em “Teorias Críticas do Direito e a democracia na América Latina”, na Universidade Internacional de Andalucía- sede La Rabida- Espanha. Novembro, 1998.

_____. *Cultura de la esperanza y sociedad sin exclusión*. San José: DEI, 1995.

*A*_____. La crisis del socialismo y el Tercer Mundo. *Revista Pasos*. Costa Rica, n. 30. P. 1-6. 1990.

HOBSBAWN, Eric. Barbárie: o guia do usuário. In: SADER, Emir (org.) *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 15-30.

_____. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Trad. de José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *A sociedade global*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Globalização e neo-socialismo*. Texto apresentado no III Congresso Internacional de Direito Alternativo do Trabalho. Promovido por IDA-CPGD/UFSC Florianópolis, 1 a 4 de maio, 1997.

JARDIM, Arnaldo. *A globalização e a opção pela terceira via*. *Esquerda 21*. Rio de Janeiro. P.97-100. 1996.

JORGE, EDUARDO. Guerra ou paz? *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 dez. 1997. P. 7.

INFÂNCIA ROUBADA. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. Caderno especial. São Paulo, 1 maio, 1997. P.03-12.

LA PALOMBARA, Joseph G. *A política no interior das Nações*. Trad. de Marilu Seixas Corrêa e Osvaldo Biato. Brasília: Unb, 1982.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina(org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Trad. Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

LEMA, Sergio Roberto. Globalização neoliberal e a democracia. In: ARRUDA Edmundo e RAMOS, Alexandre. *Globalização, neoliberalismo e mundo do trabalho*. Curitiba: Edibej, 1998. P. 153-164.

LISBOA, Armando de Melo. *Desenvolvimento: uma idéia subdesenvolvida*. Revista Plural, n. 7, v 5, jan./jun., p. 71-78. 1996.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. de Sérgio Bath. 3. ed. Brasília: UNB, 1994.

_____. *O Príncipe*. Trad. de Brasil Bandecchi. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

MACRIDIS, Roy C. *Ideologias políticas contemporâneas: movimentos e regimes*. Trad. de Luís T. Caldas de Moura e Maria Inês Caldas de Moura. Brasília: UNB, 1982.

MARCOS, subcomandante. *De la invitación al encuentro internacional por la humanidad y contra el neoliberalismo*. Panfleto distribuído no Estado de Chiapas, México, 1995.

_____. *De la cuarta declaración de la selva Lancandona*. Panfleto distribuído no Estado de Chiapas, México, 1995.

_____. *Declaración de principios del EZLN*. In: CHOMSKY, Noam et alii. *Chiapas Insurgente -5 ensaios sobre a realidade mexicana*. México: Editora Txalaparta, 1995.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*, trad. de José Carlos Bruni, São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARQUES FILHO, Agostinho Ramalho et alli. *Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. Curitiba: EDIBEL, 1996.

MARTINS, Clair. *Relações laborais e a integração da América Latina*. Texto apresentado no II Encontro Nacional de advogados trabalhistas : o Mercosul e as relações laborais.

MATEOS, Simone B. Quem explora a mão-de-obra infantil: nossas Crianças: A sucata do progresso. *Revista Atenção*. São Paulo. dez.95/jan.96. P. 8-16.

MELLO, João M. C. Consequências do neoliberalismo. *Revista Economia e sociedade*. São Paulo. n 1, agosto 1992.

MOISÉS, José Álvaro. Entre a “incerteza” e a tradição política.- uma crítica da primeira geração de estudos da transição. *Novos estudos*, Rio de Janeiro. n. 40, novembro. p.89-100. 1994.

MONETA, Carlos J. y QUENAN, Carlos (orgs). *Las reglas del juego: América Latina, globalización y regionalismo*. Argentina: Corrigidor, 1994.

MONTSERRAT FILHO, José. *Globalização, interesse público e direito internacional*. Conferência apresentada no encontro Anual do SBPC. São Luis, julho, 1995.

NASCIMENTO, Gilberto. O trabalho empobrece. *Revista Isto é*. Rio de Janeiro. 30, abril, 1997. P. 35-40.

NASCIMENTO NETO, Antenor. A roda global: globalização. *Revista Veja*. Rio de Janeiro. n. 14, 03 abril. p. 80-89. 1996.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Odete Maria de. (coord.) *Relações internacionais & globalização: grandes desafios*. Ijuí: Unijuí, 1998.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense. 1994.

PALACIO, Gérman. *Glocalización y dilemas de política ambiental*. Revista Pensamiento jurídico. Colômbia. N. 2. Faculdade de Derecho. Universidad Nacional de Colômbia. P. 5-23. 1996.

_____. *Pluralismo jurídico*. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 1993.

PETRAS, Jaime. Perspectivas de libertação: as alternativas para o neoliberalismo na América Latina. Trad. de Amílcar Dávila de Melo. Revista Plural. N.7, v.5, jan/jun. P. 13-22. 1996.

PETRAS, Jaime. *Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas*. Texto apresentado em seminário promovido pela Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. 1996.

PETTIS, Michael. A armadilha da liquidez. *Gazeta mercantil*. Rio de Janeiro, 17 jan. 1997. p. 8.

PINAUD, João Luís Duboc. Globalização, Estado e empresa pública. In: ARRUDA JR. Edmundo & RAMOS, Alexandre (orgs.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: edibej, 1998. P. 291-298.

PINTO, Celso. Mercado arrisca sorte num jogo de perdas fatais. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 02 nov. 1997. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021102>.

RAMOS FILHO, Wilson. Direito pós-moderno: caos criativo e neoliberalismo. In: MARQUES FILHO, Agostinho Ramalho et alli. *Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. Curitiba: EDIBEJ, 1996. P. 79-114.

RIEGEL, Estevão. Globalização, neoliberalismo e flexibilização: direitos e garantias. In: ARRUDA Edmundo & RAMOS, Alexandre. *Globalização, neoliberalismo e mundo do trabalho*. Curitiba: Edibej, 1998. P. 133-144.

RODRIGUES, Eduardo M. Pluralismo jurídico: el derecho del capitalismo atual? *Nueva sociedad*. Caracas, n. 112, mar./abril, p. 91-101. 1991.

ROMERO, Aldo Andrés. Mundialización-globalización del capital. *Revista Herramienta*. Buenos Aires. N. 6. Endereço eletrônico: <http://www.herramienta.com.ar/6/6-6.html>.

ROSSI, Clóvis. Globalização diminui as distâncias e lança o mundo na era da incerteza. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02. Nov. 1997. Endereço eletrônico. <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021101htm>

_____. ‘Rodada Uruguai’ ditou agenda do processo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 nov. 1997. Endereço eletrônico: www.uol.com.br/fsp/especial/fj021107htm.

_____. Blocos evidenciam o conflito entre globalizar e regionalizar. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 02/11/98. Pesquisa na internet. Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br/fsp/especial/fj021106.htm>.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 3. ed. São Paulo: Abril, 1983.

SACHS, Ignacy. Desordem mundial. *Revista Isto é*. Rio de Janeiro, 21 ago. 1996. P.5-7.

SADER, Emir et GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *O Anjo Torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990.

SADER, Emir. *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice : o social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. London: Routledge, 1995.

SANTOS, Milton e outros organizadores. *Fim de século e globalização*. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Theotônio dos. *Dependência econômica e cambio revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: ed. El Viejo Topo, 1974.

_____. *El Nuevo Carater de la Dependência*. Santiago: CESO, 1968.

_____. *Democracia e Socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Pensar América Latina*. Revista Cultural de Nuestra América. Espanha, n.º 6-7. p. 3-12. 1996.

_____. *A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico*. Texto elaborado para a discussão no Mestrado em teorias críticas do Direito da Universidad Internacional de Andalucía. Outubro de 1996.

_____. *Os fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso*. Textos para discussão n. 10 elaborado para o Centro de estudos sobre economia mundial, integração regional e mercado de trabalho. 1996. 19 p.

SAXE-FERNÁNDEZ, Eduardo & BOURGEOIS, Christian. El 'globalismo democrático Neoliberal' y la crisis latinoamericana. *Cuadernos Prometeo*, n. 15, Costa Rica, 1996.

SOUZA, Josias. Neo-escravos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 5 maio, 1997, p.2

SILVA, Karine de Souza. *Os excluídos da globalização*. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (coord.). *Relações internacionais & globalização: grandes desafios*. Ijuí: Unijuí, 1998.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira. *O pluralismo jurídico, os novos movimentos sociais e a exterioridade em Dussel*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina Centro de pós-graduação em Direito (CPGD/UFSC). Dissertação de Mestrado defendida em 9. out. 1996.

SINGER. Paul. A precarização é causa do desemprego. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10dez.,1995. P. 3.

_____. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987.

SMITH, Adam. *A riqueza das Nações- investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

SONTAG, Heinz R. *Las vicisitudes del desarrollo*. RICS n.140, jul. P.265-284, 1994.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Consideraciones sobre la pobreza en América Latina*. Conferência pronunciada em "Jornadas internacionales para la erradicación de la pobreza. El Prat de Llobregat, 22-24 de novembro de 1996.

TAVERES, Maria da Conceição. Globalização e Estado nacional. Folha de S. Paulo. São Paulo. 12. Out. 1997. P 2/4.

TEITELBAUM, Alejandro. *El impacto de los métodos de trabajo y de las empresas transnacionales sobre el disfrute de los derechos humanos*. Pesquisa na internet. Endereço eletrônico: <http://www.ez-poa.com.br/aaj/teitel6-esp.htm>.

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina(Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. Trad. Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

TWUROUT, Lester. *El futuro del capitalismo*. Trad. De Narcis Puig Mascaray. Barcelona: Ariel, 1996.

WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WIGHT, Martin. *A política do poder*. Trad. de Carlos Sérgio Duarte. Brasília: UnB, 1985.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa-Omega, 1994.

_____. *O terceiro mundo e a nova ordem internacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.